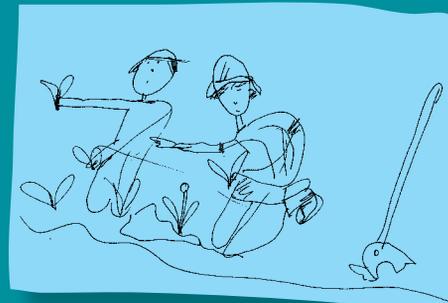
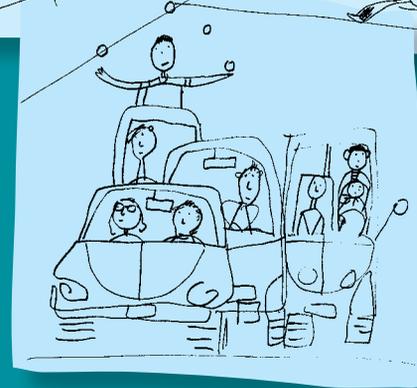


Retratos do Trabalho Infantil



Retratos do
Trabalho Infantil



Retratos do Trabalho Infantil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Retratos do trabalho infantil. -- São Paulo : Fundação Telefônica, 2009.

ISBN 978-85-60-195-06-0

1. Crianças - Direitos 2. Escravidão infantil 3. Trabalho infantil.

09-04094

CDD-362.76

Índices para catálogo sistemático:

1. Exploração do trabalho infantil : Problemas sociais 362.76



Iniciativa



FUNDAÇÃO TELEFÔNICA

Antonio Carlos Valente

Presidente do Conselho Curador

Sérgio Mindlin

Diretor-Presidente

Maria Gabriella Bighetti

Gerente

Patrícia Mara Santin

Coordenadora do Programa Pró-Menino

Talita Montiel

Analista de projetos



AÇÃO EDUCATIVA

Vera Masagão Ribeiro

Coordenação geral e redação do relatório final

Claudia Bandeira

Coordenação de equipe e da publicação

Coordenação da pesquisa

Claudia Bandeira

Joana Buarque de Gusmão

Vanda Mendes Ribeiro

Pesquisa de campo

Daniel Marostegan e Carneiro

Edson Martins

Coordenadores dos projetos participantes

Elaboração do banco de dados

Fernando Guarnieri

Tabulação de dados

Fernando Guarnieri

Simone da Silva Aranha

Alexandre Geraldi de Oliveira

José Carlos Bispo Garcia

Natália Geraldi de Oliveira

Equipe de apoio

Luis Felipe Soares Serrão

Parceria



Ana Claudia Mielki

Produção e edição

ESTÚDIO GIRASSOL

www.estudiogirassol.com.br

Beth Kok

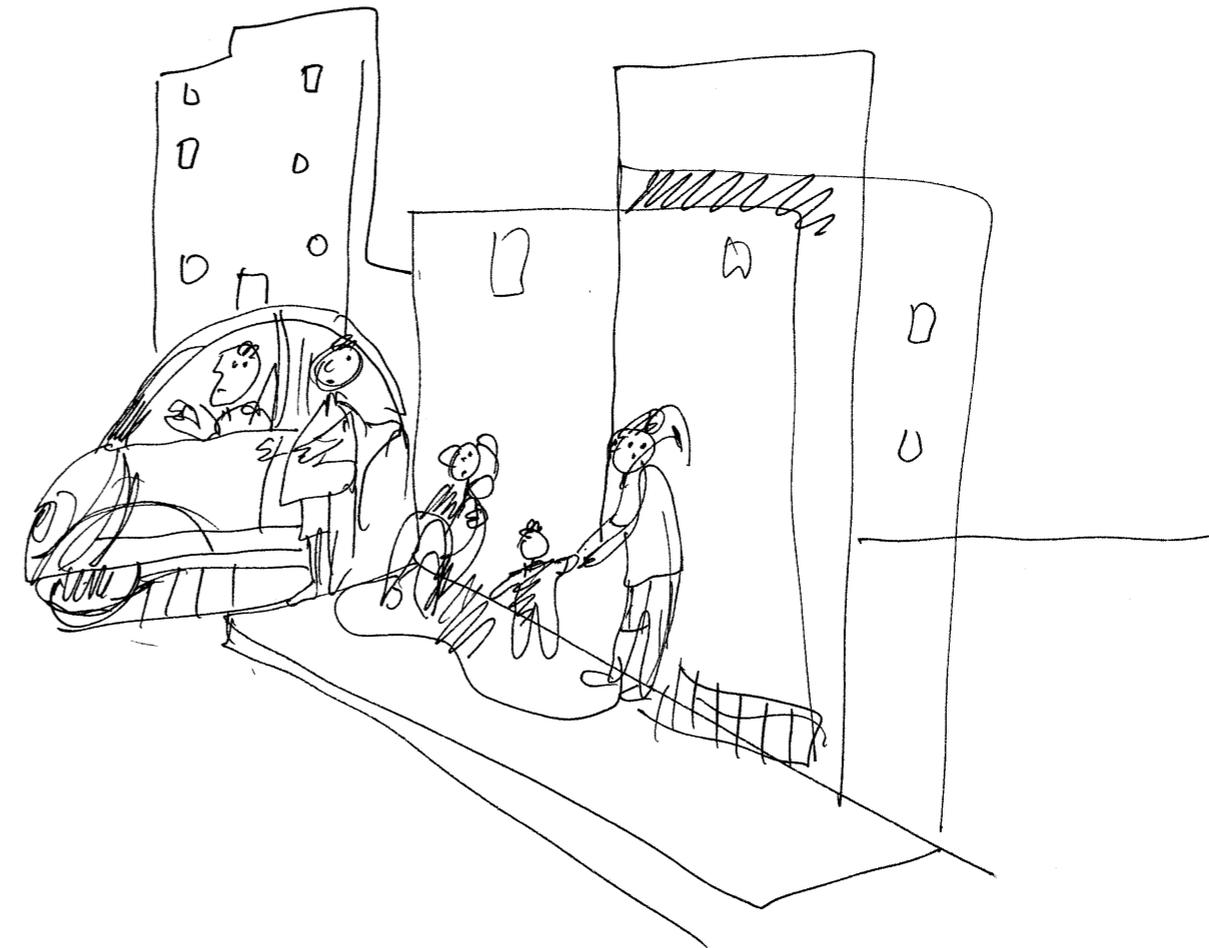
Capa e desenhos

Esperanza Martin Sobral

Projeto gráfico e editoração

Eliana Aloia Atihé

Revisão de texto e editorial



Uma palavra da Fundação Telefônica

Contribuir para a consolidação dos direitos da criança e do adolescente é um dos eixos centrais da estratégia de responsabilidade social da Telefônica, e reflete o compromisso do Grupo com ações efetivas e perenes, com investimentos que revertam em benefícios para o Brasil, a médio e longo prazos. Criada em 1999 para coordenar os investimentos sociais da empresa no Brasil, a Fundação Telefônica tem como prioridade garantir a sustentabilidade de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes em situação de risco. Em aliança com governos e organizações sem fins lucrativos, a Fundação tem se empenhado para que as novas metodologias de trabalho, desenvolvidas a partir da experiência desses projetos, contribuam para a melhoria das políticas públicas.

O combate ao trabalho infantil é uma das vertentes do Pró-Menino, programa da Fundação Telefônica que também conta com outras duas linhas de atuação: atendimento de jovens em conflito com a lei, que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, e apoio à estruturação de redes de atenção à criança e ao adolescente. A iniciativa integra o programa internacional Proñino, desenvolvido pelo Grupo Telefônica nos 13 países da América Latina onde está presente.

Nos últimos dez anos, nossa atuação no Brasil tem sido marcada pela preocupação em não só apoiar projetos que atendam diretamente aos meninos e meninas em situação de risco, mas também em desenvolver ações e ferramentas, principalmente tecnológicas, que subsidiem o poder público e as organizações da sociedade civil no aprimoramento e maior efetividade na proteção à infância.

Um exemplo disso é nossa ênfase no apoio a projetos de implantação de redes sociais e eletrônicas que integrem as entidades de atenção a crianças e adolescentes nos municípios. Em 2008, a Fundação Telefônica lançou o REDECA – Sistema de Informação das Redes pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por meio dele, é possível registrar e consultar informações sobre qualquer criança de um município, já que o sistema permite que os órgãos

governamentais e não governamentais alimentem os dados em um registro único por criança. Podem ser observados dados sobre saúde, educação, assistência social e outros temas relativos ao seu desenvolvimento.

Brincar, aprender, ter acesso aos serviços de saúde, educação de qualidade e ficar fora de qualquer situação de exploração são direitos que devem ser garantidos a toda criança. É por isso que direcionar o investimento social para ações de proteção à criança, principalmente para o combate ao trabalho infantil, tem sido prioridade para a Fundação Telefônica. No Brasil, de acordo com dados coletados em 2007 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), trabalham 1,2 milhão de crianças de 5 a 13 anos, o que é proibido por lei.

A publicação que você tem em mãos traz os resultados de uma pesquisa que foi encomendada por nós à Ação Educativa, com o objetivo de estudar a situação de trabalho infantil e as características dessa atividade. O estudo envolveu as crianças atendidas pelo programa Pró-Menino desde 2006, no Estado de São Paulo.

As conclusões são surpreendentes. Os resultados nos desafiam a rever nossa estratégia para a erradicação da exploração precoce do trabalho de crianças e adolescentes, a fim de aprimorar sua eficácia. Um dos pontos que mais chamam a atenção é o fato de que muitas das crianças atendidas pelas instituições apoiadas pelo Pró-Menino continuam trabalhando, apesar de frequentarem a escola, participarem de projetos de educação complementar no contraturno escolar e de integrarem famílias atendidas por programas governamentais de transferência de renda.

Luciano, de 11 anos, é um deles. Aluno da 5ª série do Ensino Fundamental de uma escola pública de Bebedouro, que foi atendido por um projeto de combate ao trabalho infantil apoiado pelo Pró-Menino na cidade, o garoto passou alguns meses de 2007 “lixando calças” em uma oficina improvisada. Seu trabalho era garantir que os jeans ganhassem o ar de desgaste que a moda pede. Ao ser ouvido pelo pesquisador da ONG Ação Educativa, ele relatou que, neste ano, pretende trabalhar de novo.

A pesquisa confirma também algumas hipóteses levantadas anteriormente pela Fundação, como a relevância do trabalho integrado entre educação formal e complementar, do fortalecimento e articulação da rede de atenção a crianças e adolescentes e da criação de programas voltados à família.

Estamos convencidos de que, juntamente com as organizações não-governamentais e diferentes esferas de governo, é fundamental nos debruçarmos sobre esses resultados e buscarmos novas formas de combater o trabalho infantil, que tem ganhado novos e maiores contornos, como o envolvimento de crianças em coleta seletiva, exploração sexual, tráfico de drogas, além do trabalho doméstico, conforme constatou a pesquisa.

Assim, esperamos que os resultados desta pesquisa contribuam para a reflexão e o aprofundamento da discussão sobre como podemos ser mais eficazes nas ações contra a exploração da infância, um fenômeno que se transforma e se diversifica a todo momento, exigindo que as estratégias sejam continuamente revistas e aperfeiçoadas.

Boa e proveitosa leitura!

Sérgio Mindlin

Diretor-Presidente da Fundação Telefônica



Sumário

12	Apresentação	57	5. As piores formas de trabalho infantil
15	1. O contexto do combate ao trabalho infantil no Brasil	58	Exploração do trabalho por grupos criminosos
21	2. O desenho da pesquisa	59	Exploração sexual
23	Os instrumentos	63	Trabalho em regime análogo à escravidão.
24	Compromissos	65	6. Mudanças após um ano de participação em projetos
25	A coleta de dados	71	7. Potencialidades e limites da rede de proteção social
25	A construção das categorias de trabalho infantil e vulnerabilidade	73	Família
29	3. Perfil das crianças e adolescentes atendidos	75	Escola
32	Idade, sexo e escolaridade	77	Atendimento educacional complementar
34	Perfil sociodemográfico	78	Transferência de renda
35	O trabalho de crianças e adolescentes	80	De olho nas atividades ilícitas
37	4. Trabalhos de meninos e meninas	81	De olho no trabalho doméstico e na coleta de resíduos
37	Na rua, em casa e para terceiros	83	8. Os desafios da proteção em rede por <i>Graça Gadelha</i>
52	Um recorte de gênero no trabalho infantil	89	Anexos

Apresentação

Este livro apresenta os resultados de uma pesquisa realizada pela Ação Educativa por solicitação da Fundação Telefônica, com o objetivo de diagnosticar as formas de inserção e vulnerabilidade ao trabalho infantil do público atendido no Programa Pró-Menino, mantido pela Fundação. Além de quantificar as crianças e adolescentes participantes do programa que são vulneráveis ou que se encontram efetivamente em situação de trabalho, almejava-se caracterizar as formas e condições em que a ocupação de crianças e adolescentes ocorre, bem como o contexto familiar, escolar e de outras instituições que devem atuar na proteção e garantia de seus direitos.

Para a Fundação Telefônica, era fundamental estabelecer um retrato da situação inicial, para então realizar o monitoramento dos resultados dos programas e também reunir elementos para que as organizações parceiras construíssem, de forma coletiva, uma visão ampliada da problemática e das melhores formas de enfrentá-la. No próprio processo da pesquisa, os gestores e educadores das organizações que atendem as crianças e adolescentes do Programa Pró-Menino participaram ativamente, realizando entrevistas, discutindo as concepções e instrumentos para coleta de dados, orientando e facilitando o contato com as famílias.

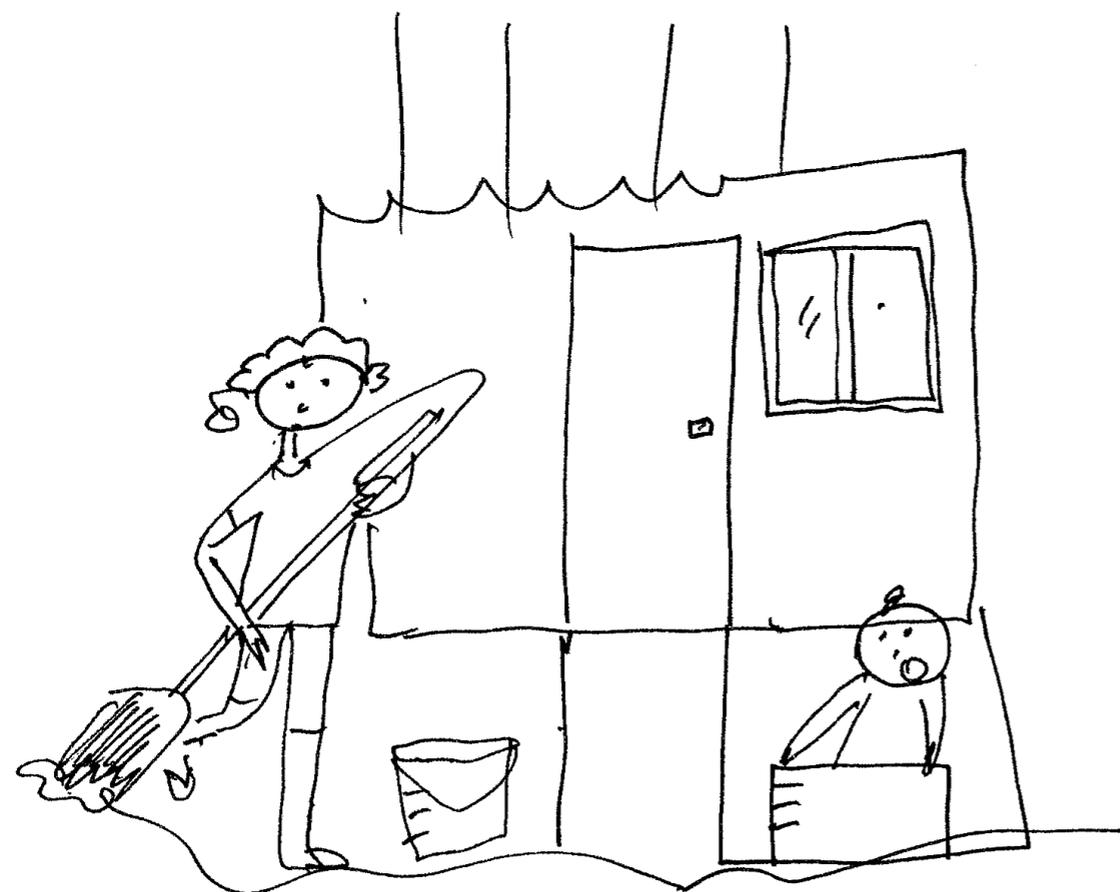
Agora, com os dados já sistematizados, considerou-se que a sua divulgação na forma de uma publicação representaria um subsídio valioso para qualificar a reflexão e a ação desses educadores. Além disso, diante da extensão, ineditismo e relevância das informações reunidas, esta publicação poderia também servir para outros educadores e para alimentar o necessário debate público sobre o tema.

As complicações conceituais que envolvem a questão do trabalho infantil, tema em torno do qual circulam tantas interpretações e valores, muitas vezes antagônicos, colocam grandes desafios metodológicos para a pesquisa e o monitoramento de políticas de combate e prevenção ao trabalho infantil. Certamente o esforço aqui empreendido, de criar categorias e formas de dimensionar o trabalho de crianças e adolescentes, representa um avanço. Por outro lado, semelhante a todo esforço de conhecimento rigoroso, fez emergir novos problemas metodo-

lógicos e conceituais a serem enfrentados. Tanto os achados quanto as lacunas deste trabalho devem, portanto, estimular novas iniciativas e abordagens, enriquecendo a compreensão sobre o trabalho infantil e apontando melhores formas de enfrentá-lo.

Para que os dados reunidos nesta pesquisa diagnóstica melhor servissem para enriquecer a visão dos leitores sobre a temática, antecede a sua apresentação uma breve contextualização do combate ao trabalho infantil no Brasil. Em seguida, foram descritas, com mais detalhes, as opções metodológicas, os instrumentos e os procedimentos para a coleta de dados. O terceiro capítulo traz o perfil, quantificação e distribuição das crianças e adolescentes atendidos pelos projetos, bem como suas situações em relação ao trabalho, e uma breve caracterização dos projetos por município. O quarto e quinto capítulos apresentam as formas de trabalho encontradas, entre as quais as piores formas de trabalho infantil, além de uma análise específica sobre o recorte de gênero. No capítulo sexto, encontram-se os dados sobre as mudanças na vida dessas crianças e adolescentes, a partir da entrada nos projetos. Os capítulos subsequentes trazem uma discussão sobre os desafios para se criar uma rede de proteção social que envolva as famílias, escolas, organizações de atendimento educacional complementar, conselhos e demais instâncias responsáveis pela garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

Ao longo de alguns capítulos, foram incluídos comentários do coordenador do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Mundial do Trabalho (OIT), Renato Mendes, do professor e doutor em Educação, Mario Sérgio Cortella, da coordenadora do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Oliveira, do coordenador de Programas da Childhood Brasil, Itamar Gonçalves, além de um artigo da socióloga e especialista em Políticas Públicas na área da infância e da juventude, Graça Gadelha. Todos são especialistas e ativistas do campo, que gentilmente cederam entrevistas que enriqueceram esta edição. Seus comentários amplificam as informações que compõem o corpo da publicação e estimulam o debate, ao oferecerem múltiplos pontos de vista sobre a questão.



1 O contexto do combate ao trabalho infantil no Brasil

Basta percorrer algumas das ruas e avenidas mais movimentadas das cidades brasileiras, sejam elas grandes, médias ou pequenas, para perceber a presença de crianças e adolescentes envolvidos em algum tipo de ocupação: vendendo balas ou fazendo malabarismos nos faróis, engraxando sapatos nas regiões centrais, vendendo frutas nas esquinas, coletando materiais recicláveis pelas ruas... Alguns até são remunerados por esse trabalho; outros não. Alguns freqüentam a escola; outros sequer têm essa oportunidade. São meninos e meninas que, na maior parte das vezes, estão sendo privados da própria infância, submetidos a jornadas exaustivas de trabalho e expostos a todo tipo de exploração e violência.

Em 1980, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reconheceu que

quase 7 milhões de crianças e adolescentes brasileiros entre 5 e 17 anos eram trabalhadores. Esse número chegaria ao ápice em 1992, quando cerca de 9,6 milhões foram considerados trabalhadores – segundo as estatísticas, cifra que representa quase 22% da população nessa faixa etária. Tal crescimento deveu-se principalmente a uma mudança na conceitualização de ocupação pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a qual, a partir de então, passou a utilizar categorias de tempo e de atividade mais abrangentes.

Os altos índices de exploração da mão-de-obra precoce observados entre a década de 1980 e o início dos anos 1990 elevaram o trabalho infantil – não por acaso – à condição de problemática de destaque, junto à opinião pública nacional e internacional. Os marcos da legislação brasileira sobre o tema, nesse

período¹, são a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Complementar nº 8069/90). Na cena internacional, aconteciam então a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças (CDC) de 1989 e as Convenções nº 138, de 1973 e nº 182, de 1999, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A legislação brasileira atualmente em vigência proíbe o trabalho aos menores de 14 anos; aos adolescentes entre 14 e 16 anos incompletos é permitido apenas o trabalho na condição de aprendiz e para os que têm entre 16 e 18 anos incompletos é permitido o trabalho formal, desde que não em atividades insalubres ou degradantes².

É importante destacar que, para o IBGE, considera-se ocupada a pessoa de 10 anos ou mais que, na semana de referência, tenha tra-

balhado durante todo o período ou parte dele. Para as pessoas que trabalham na produção de bens e serviços para ajudar um membro da unidade domiciliar, há a condição de que tenham trabalhado por pelo menos 1 hora, assim como no caso daqueles que produzem para o próprio consumo ou constroem para o próprio uso. No caso especial das crianças entre 5 a 9 anos de idade, o conceito de trabalho utilizado é o mesmo, com a diferença de que a investigação é realizada tendo como período de referência 365 dias. Se a criança trabalhou nos 365 dias, investiga-se se trabalhou na semana de referência. Para essa faixa etária, também são investigadas as principais características: ocupação, atividade, rendimento, posição na ocupação e horas trabalhadas³. É importante destacar também que

¹ Contudo, é preciso lembrar que os primeiros dispositivos legais de proteção ao trabalho datam de 1891 (Decreto-Lei nº 1313) e 1927 (Código de Menores), esse último sendo alterado em 1979 (FERREIRA, 2001). Também em 1943, momento da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), pode-se observar a proibição do trabalho para os menores de 14 anos, situação alterada no ano 2000, quando a idade mínima para trabalhar passou para os 16 anos, exceto na condição de aprendiz (entre 14 e 16 anos) e foi proibido o trabalho insalubre ou degradante para aqueles menores de 18 anos.

² Em 2008 foi sancionado o Decreto nº 6.481, de 12 de julho, que lista as piores formas do trabalho infantil. O decreto proíbe a contratação de adolescentes entre 16 e 18 anos para exercer serviços domésticos. Antes do decreto, era legal a contratação, desde que registrada em carteira. A atividade foi proibida por oferecer riscos a saúde e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

³ Informações fornecidas pela economista Maria Lúcia Vieira, gerente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

o IBGE adota o conceito de ocupação, na medida em que considera como tal qualquer atividade realizada pelo trabalhador, ainda que de maneira informal ou esporádica.

Em virtude da legislação posta em vigor e da luta de diferentes atores sociais na busca por medidas de proteção aos direitos das crianças e adolescentes, o que se viu nas duas últimas décadas foram importantes alterações no quadro, o que não significa, necessariamente, uma diminuição considerável dos índices do trabalho infantil.

Segundo a última PNAD⁴, no ano de 2007, 4.849.000 brasileiros entre 5 e 17 anos estavam exercendo algum tipo de ocupação. Cabe notar que, dentro dessa faixa etária, incluem-se adolescentes que, segundo a legislação vigente, estariam aptos a trabalhar na condição de aprendizes ou mesmo de trabalhadores formais.

Entre as crianças e adolescentes nessa faixa etária que estavam ocupados, 1.906.000 atuavam em atividades agrícolas e outras

2.943.000, em atividades não-agrícolas, segundo a classificação do IBGE. Em números percentuais, isso significa dizer que 60,7% dessa população de crianças e adolescentes estão concentrados na zona urbana e 39,3% na zona rural. Em 1999, a zona rural apresentava percentual maior, com 57% das crianças e adolescentes ocupados⁵.

Em menos de uma década, portanto, houve uma migração desse trabalho precoce, das zonas rurais para os grandes centros urbanos, acompanhando o movimento de desestímulo, da população como um todo, à permanência no campo e de sua consequente busca por novas condições de trabalho na cidade. Nesse quadro, a região Sudeste agrega o segundo maior número de crianças e adolescentes ocupados – 1.375.000 no total – dos quais 1.120.000 estão exercendo o chamado trabalho não-agrícola⁶.

⁴ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

⁵ Fonte: Ministério do Trabalho, 2005.

⁶ O maior número ainda está na região Nordeste, com 1.827.000 de crianças e adolescentes ocupados. Destes, 1.036.000 atuam na atividade agrícola e 791.000, na atividade não-agrícola.

Mudanças nas relações de trabalho

“O trabalho infantil, até a década de 90, respondia a algumas características do desenvolvimento do país, e naquele momento esse desenvolvimento estava muito mais vinculado ao setor formal da economia. A inspeção do trabalho e ação do Estado se faziam de forma muito mais fácil em termos de fiscalização e de atuação. [...] Com o desenvolvimento do país, com as terceirizações e informalização, as relações de trabalho ficam mais complexas. O trabalho infantil também passa por esse processo. Torna-se mais disseminado e dissolvido no território nacional, em outras atividades da cadeia informal da economia onde o acesso por parte das organizações da sociedade e do Estado é mais difícil.”

Renato Mendes,

Organização Internacional do Trabalho

No Estado de São Paulo não é diferente. Atualmente, do universo de 8.809.000 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos vivendo no Estado, 642.087 estão ocupadas em situação

de trabalho. As atividades consideradas agrícolas ocupam 7,7% delas, enquanto as atividades não-agrícolas, ou seja, aquelas essencialmente urbanas, ocupam 92,3% das crianças e adolescentes que trabalham em São Paulo⁷.

O percentual de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando é de 7,3 % no Estado de São Paulo. Ainda que esse percentual seja inferior à média nacional – que é de 10,8% –, a situação de São Paulo é preocupante. Isso porque, considerando que o total absoluto de crianças e adolescentes em situação de trabalho no país é 4.849.223, o impacto da participação do Estado de São Paulo é significativo. Mais de 10% do trabalho infantil de todo o país está no Estado, que juntamente com Minas Gerais e Bahia, representa cerca de 40% do total de trabalho infantil no país.

Dar conta dessa situação é trabalho e responsabilidade tanto do Estado quanto da sociedade, ambos atuando por meio de suas instituições e organizações. No cenário internacional atual, destacam-se as agências multilaterais como a OIT e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), presentes no Brasil desde os idos de 1950, com importante participação nas negociações de políticas públicas sociais. No âmbito nacional, há diversos

ministérios e secretarias que desenvolvem políticas na área, além de um grande número de organizações da sociedade civil, entre elas sindicatos de trabalhadores e patronais. Há ainda inúmeras organizações não governamentais (ONGs), muitas delas articuladas no Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, como também integrantes da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), instituída em setembro de 2002 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), hoje a principal instância deliberativa sobre o tema. A CONAETI envolve representações de 14 ministérios, além de representantes do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA), do segmento dos trabalhadores e dos empregadores (BRASIL/MTE, 2002). A CONAETI conta ainda com a OIT e o UNICEF como colaboradores permanentes.

Entre os programas governamentais, o mais amplo é o Programa Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996 pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O programa conta com a cooperação técnica do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em conjunto com os Conselhos Tutelares, entidades sindicais e

Ministério Público do Trabalho (MPT), para a fiscalização do trabalho precoce. Possui três eixos de atuação: concessão de bolsas, oferecimento de jornada escolar ampliada e trabalho junto às famílias. O PETI caracteriza-se por uma concepção de gestão intersetorial e intergovernamental, articulando diversos órgãos nas três esferas do governo e envolvendo a participação da sociedade civil, por meio de conselhos, comissões e fóruns de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Também as organizações da sociedade civil (ONGs), associações sem fins lucrativos e movimentos sociais implementam programas de combate ao trabalho infantil. Entre elas, incluem-se a Fundação Telefônica e as organizações parceiras do Programa Pró-Menino, atuando desde 2006 no Estado de São Paulo. A iniciativa integra o Programa Internacional Proniño, promovido pelo Grupo Telefônica em 13 países da América Latina.

Essa integração de governo e sociedade, tanto na elaboração e controle quanto na execução de políticas voltadas ao combate e prevenção ao trabalho precoce, corresponde aos princípios estabelecidos no ECA: a proteção integral às crianças e adolescentes reconhecidos como sujeitos de direitos, a intersectorialidade e ampla participação social nas políticas destinadas a efetivar tais direitos.

⁷ PNAD/IBGE (2007).



2 O desenho da pesquisa

Como já foi mencionado, os objetivos da Fundação Telefônica, ao encomendar este estudo, eram tanto de estabelecer um marco zero para posterior monitoramento dos resultados do Programa Pró-Menino, quanto de construir, em conjunto com as organizações parceiras, um conceito comum de trabalho infantil.

Alguns exemplos concretos podem ajudar a compreender essa preocupação: nem todas as entidades de atendimento apoiadas estariam considerando, em sua atuação cotidiana, que um menino de 11 anos que brinca com os amigos pelas ruelas da favela onde mora e, ao mesmo tempo, recebe do narcotráfico pequenos benefícios por avisar quando a polícia se aproxima, seja um trabalhador infantil. Ou que uma adolescente de 14 anos que cuida dos seus três irmãos mais novos no período da tarde, enquanto a mãe trabalha como

diarista, possa ser computada nas estatísticas de trabalho infantil. Ou ainda, que a menina de 17 anos, viciada em crack e que se prostitui para pagar seu vício, seja parte da questão da exploração do trabalho infantil. Isso não quer dizer que as entidades não reconheçam que cada uma destas crianças e adolescentes tenha problemas que merecem atenção.

A hipótese era de que tais entidades poderiam estar abordando o problema fora do enquadramento jurídico, político, conceitual e ético do trabalho infantil, ao abrigo do qual poderiam compreender melhor a questão e implementar estratégias de atendimento mais adequadas a cada caso. Este pressuposto, assumido como hipótese de pesquisa, implicava alguns desafios metodológicos para o alcance dos objetivos propostos. As entidades poderiam estar atuando com um número

maior ou menor de trabalhadores infantis entre seus atendidos do que imaginavam inicialmente. Tal situação imporia dificuldades para integrar informações prestadas pelas entidades, com base em seus próprios critérios. Seria preciso construir, de forma articulada, uma compreensão comum sobre as diversas formas de trabalho infantil e sobre a condição de vulnerabilidade, o que só poderia ser possível a partir de um levantamento mais rigoroso, realizado com base em critérios comuns.

Além disso, tal estudo deveria combinar diferentes abordagens metodológicas, além de arsenais conceituais de outros campos, para cercar o problema. Se a circunscrição do que é trabalho infantil amplia-se para incluir formas não tradicionalmente pensadas como tal, os elementos de análise também se multiplicam, passando a incluir temas tradicionalmente tratados fora de seu escopo. Por exemplo: para conhecer e compreender uma forma de trabalho infantil, como a exploração de crianças e adolescentes pelo narcotráfico das periferias urbanas, é preciso combinar instrumentos de pesquisa tradicionais da área do trabalho (questionários sócioeconômicos, pesquisas de emprego e desemprego etc) com dados e métodos mais tradicionalmente utilizados para pesquisar a violência, o

mercado informal, as dinâmicas culturais das periferias urbanas, dentre outros.

Considerando os desafios, definiram-se dois objetivos interdependentes à pesquisa:

- Identificar as crianças e adolescentes, atendidos no âmbito do Programa Pró-Menino, que se encontram inseridos nas diversas formas de trabalho infantil ou vulneráveis a ele, possibilitando o acompanhamento e avaliação dos resultados do programa caso a caso.
- Caracterizar os contextos e condições em que ocorre o trabalho infantil nas áreas atendidas, considerando os marcos da atual legislação nacional e internacional, de modo a subsidiar o trabalho de prevenção e erradicação.

Quanto à metodologia, optou-se pela combinação de duas estratégias: uma quantitativa, mais voltada ao monitoramento dos resultados, e outra, qualitativa, visando aprofundar as diversas situações de trabalho e o contexto familiar das crianças e adolescentes.

Na primeira estratégia, utilizou-se um questionário padronizado, que foi aplicado pelos educadores em todas as crianças e adolescentes atendidos pelas 21 entidades parceiras do Programa Pró-Menino – Com-

bate ao Trabalho Infantil. Com o resultado do questionário e o apoio desses mesmos educadores, foi feita a seleção dos casos de trabalhadores precoces a serem estudados mais a fundo, por meio de visitas aos domicílios e entrevistas com as famílias. Nessa fase, pretendia-se também, com base em indicações feitas pelos educadores, localizar alguns casos de envolvimento nas piores formas de exploração do trabalho infantil, já que, de antemão, foi assumido que não seria adequado tentar detectar o envolvimento de crianças e adolescentes em atividades ilegais – como narcotráfico ou prostituição – por meio de questionário padronizado, aplicado ao conjunto da população estudada.

Os instrumentos

Para a definição do plano da pesquisa e a elaboração dos instrumentos de coleta de dados, foram analisados os projetos das entidades apoiadas pela Fundação Telefônica no Programa Pró-Menino – Combate ao Trabalho Infantil, além da bibliografia pertinente, em especial o Manual sobre Metodologia em Diagnóstico Rápido da OIT. Tendo em vista a

¹ No final da publicação, você encontra a reprodução do questionário utilizado.

extensão do programa e as limitações operacionais do estudo, definiu-se que o questionário seria aplicado às crianças e aos adolescentes pelos próprios educadores das entidades de atendimento, com base em orientações definidas pela equipe de pesquisa.

O questionário utilizado para o levantamento censitário dos dados sobre trabalho infantil e caracterização das famílias baseou-se em instrumento desenvolvido em pesquisa anterior, empreendida pela Fundação Orsa, o Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação Trabalho Infantil e a OIT no Estado de São Paulo, entre 2006 e 2007. A possibilidade de contar com uma referência como essa, previamente testada em estudo com objetivos semelhantes, foi de extrema valia, considerando as dificuldades metodológicas envolvidas na aplicação de questionários junto à população infantil, especialmente quando está em foco o tema do trabalho, que tem fronteiras semânticas bastante indefinidas e é fortemente carregada de valores e percepções variáveis quanto a sua legitimidade. Depois de um pré-teste realizado junto a 30 crianças atendidas por uma entidade social no município de São Carlos, foram feitas as alterações pertinentes¹.

Para os estudos de caso, foram elaborados um roteiro de entrevista semiestruturada, que buscava apreender a trajetória familiar e a percepção dos adultos responsáveis sobre a inserção da criança ou adolescente no trabalho, e um questionário complementar para padronização da coleta de dados básicos sobre a família. Essas entrevistas ficaram a cargo dos pesquisadores, que estabeleceram contato com as famílias por intermédio dos educadores.

Compromissos

A equipe de pesquisa nutriu, desde o início, a convicção de que o sucesso da pesquisa e também o adequado aproveitamento de seus resultados dependiam, em grande medida, do envolvimento das entidades que realizam o atendimento às crianças e adolescentes. Por esse motivo, em 5 de dezembro de 2007, realizou-se um encontro da equipe da pesquisa com os coordenadores dos 14 projetos participantes do Programa Pró-Menino na primeira fase da coleta de dados, 13 dos quais realizavam atendimento e foram, portanto, envolvidos na execução dos trabalhos. O objetivo do encontro foi, primeiramente, compartilhar concepções sobre o trabalho

infantil e informação sobre os marcos legais e as convenções internacionais que tratam de suas piores formas.

Ao longo de todo o processo, foi enfatizado o compromisso ético e legal que o desenvolvimento da pesquisa deveria respeitar, tendo em vista o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e a garantia da confidencialidade das informações prestadas pelas crianças, adolescentes e suas famílias. Foi elaborado um documento, assinado pelas entidades participantes, junto com a Fundação Telefônica e a Ação Educativa, firmando o compromisso de garantir a confidencialidade quanto à identificação dos participantes às informações prestadas pelas crianças, adolescentes e suas famílias, tanto nos questionários quanto nas entrevistas domiciliares. Além disso, em cada um dos municípios, as famílias e pessoas entrevistadas foram informadas da existência desse documento e se pronunciaram a partir do compromisso dos pesquisadores com ele. Por esse motivo, os nomes atribuídos aos relatos nos capítulos seguintes são fictícios, de modo a garantir a essa confidencialidade.

A coleta de dados

Para alcançar os objetivos da pesquisa, houve, durante os anos de 2007 e 2008, diferentes momentos de aplicação do questionário e entrevistas para coleta dos dados.

Na primeira fase, realizada em novembro e dezembro de 2007, 2.541 crianças e adolescentes responderam o questionário e foram selecionadas de três a nove famílias em cada um dos núcleos de atendimento, totalizando 54 familiares que participaram das entrevistas. Com base nesses dados, foram construídos os critérios para definir quem seria considerado trabalhador.

Na segunda fase, já de posse desses critérios, foram selecionadas para ingresso no Pró-Menino, durante o segundo semestre de 2008, mais 3.074 crianças e adolescentes de um universo de 6.584 questionários aplicados pelos educadores de projetos conduzidos por entidades da sociedade civil e órgãos do poder público municipal. Vale ressaltar que, neste caso, as crianças e adolescentes que ingressaram no Programa encontravam-se em situação de trabalho ou de vulnerabilidade.

Assim, no total, foram 5.615 crianças e adolescentes envolvidos com o Pró-Menino e que participaram da etapa quantitativa da pesquisa durante os anos de 2007 e 2008.

Além da coleta de dados, que possibilitou um retrato da situação inicial dos participantes do Programa, 1.097 crianças e adolescentes que responderam ao questionário em 2007 foram novamente entrevistados em 2008, cerca de 40% do público que participou da primeira fase. Essa coleta permitiu verificar se, em um período aproximado de um ano, ocorreram mudanças significativas na presença de trabalho infantil entre as crianças e adolescentes que participam do Pró-Menino.

A construção das categorias de trabalho infantil e vulnerabilidade

A parte principal do questionário aplicado, que visa a identificação da situação de trabalho da criança ou adolescente, consiste numa bateria de perguntas sobre atividades que ela desempenha normalmente, onde são elencadas atividades lúdicas e educacionais, como empinar pipa, jogar futebol ou ir à escola, em meio a outras que caracterizam trabalho, como distribuir panfleto, vender bala e chocolate, limpar a casa ou catar sucata. Depois dessa bateria, vinham algumas perguntas abertas que abordavam diretamente o envolvimento com o trabalho:

- Você trabalha?
- Tem algum outro trabalho que você faz?
- Tem alguma coisa que você faz para ganhar dinheiro?

Quando o entrevistado, na bateria, afirmava realizar alguma das atividades que configuravam trabalho, ou se respondia afirmativamente às perguntas abertas, lhe era perguntado com que periodicidade realizava tais atividades.

Depois de analisar as respostas já tabuladas e cotejar com a experiência dos pesquisadores no campo, definiu-se o critério para considerar uma criança ou adolescente como trabalhador.

A pesquisa considerou como trabalho infantil todo trabalho realizado por crianças e adolescentes em regime integral ou parcial, seja ou não remunerado, feito para outras pessoas ou para a própria família, em âmbito privado ou fora de casa. Dessa forma, foram consideradas trabalhadoras todas as crianças e adolescentes que responderam afirmativamente a pelo menos uma das seguintes questões: (a) Você trabalha?; (b) Tem algum outro trabalho que você faz?; ou (c) Tem alguma outra coisa que você faz pra ganhar dinheiro?; além dos que afirmaram exercer alguma das seguintes atividades:

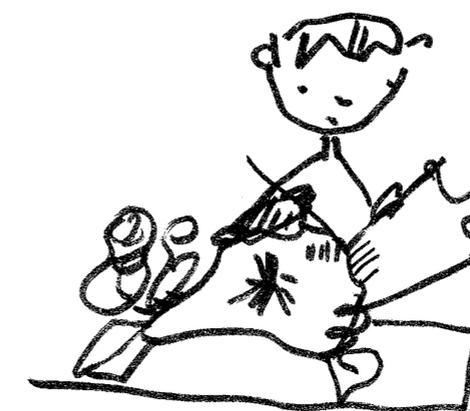
lavar vidro de carro na rua, distribuir panfleto na rua, cuidar de carro na rua, vender frutas, balas ou chocolate na rua, fazer malabarismo na rua; engraxar sapatos na rua; somados ainda aos que afirmaram cuidar dos irmãos ao mesmo tempo em que limpam a própria casa, fazem ou esquentam comida na própria casa de segunda a sexta-feira ou nos sete dias da semana. Essa grande quantidade de variáveis foi utilizada para cobrir aquelas atividades que poderiam não ser consideradas pelo entrevistado como trabalho, mas que o configuram, de acordo com a abordagem deste estudo. A partir das respostas, as crianças e adolescentes foram agrupadas em três categorias de trabalho: trabalho para terceiros, trabalho doméstico e trabalho em situação de rua.

O caso do trabalho doméstico na própria casa era o mais complicado, pois essa situação não é reconhecida como ocupação pelos levantamentos do IBGE. Além disso, era preciso distinguir a criança ou adolescente trabalhador daquele que simplesmente ajudava algum adulto nas tarefas domésticas, sem que isso significasse prejuízo à plena vivência da sua condição. Entende-se que há prejuízo quando essas atividades tomam muito tempo, principalmente se são feitas em substituição aos adultos e não junto com os

adultos, num ambiente de aprendizagem. No caso do questionário aplicado, a informação dizia respeito somente aos tipos de atividades domésticas e aos dias da semana em que eram realizadas. Para que houvesse maior rigor, diminuindo o risco de incluir crianças e adolescentes que, num contexto saudável, apenas ajudavam os adultos, foram considerados trabalhadores somente aqueles que combinavam a dedicação simultânea às três atividades (limpar a casa, preparar comida e cuidar dos irmãos) de segunda a sexta-feira ou nos sete dias da semana.

Outra categoria construída especialmente para este estudo refere-se à da vulnerabilidade ao trabalho infantil. Isso porque à Fundação Telefônica interessava incluir no Programa Pró-Menino não somente crianças e adolescentes efetivamente inseridos no trabalho, mas também aqueles considerados vulneráveis, ou em risco de trabalhar, a título de prevenção. Com base na experiência de outros projetos, a Fundação considera como indicadores de vulnerabilidade o fato das crianças e adolescentes já terem trabalhado alguma vez, terem irmãos menores de 16 anos trabalhando e viverem em famílias grandes, onde há muitas pessoas dependendo da renda de poucos. Para testar a hipótese de que essas condições de fato determi-

nam uma maior probabilidade de trabalho precoce, aplicou-se um teste estatístico nos dados coletados junto aos participantes do Programa Pró-Menino na primeira fase. Esse teste estatístico mostrou que ter trabalhado antes do momento de entrada no projeto e ter irmãos menores de 16 anos que trabalham são duas variáveis que têm peso significativo como preditoras da inserção no trabalho dessas crianças e adolescentes. Foram, portanto, consideradas vulneráveis ao trabalho infantil todas as crianças e adolescentes que responderam afirmativamente às perguntas, que também constavam do questionário: (a) Você trabalhava antes de entrar no projeto? e (b) Algum deles (dos irmãos que trabalham) tem menos que 16 anos?



3 Perfil das crianças e adolescentes atendidos



A pesquisa foi realizada com crianças e adolescentes participantes de 21 projetos envolvidos com o Programa Pró-Menino – Combate ao Trabalho Infantil. Os projetos são desenvolvidos por órgãos do poder público municipal e entidades da sociedade civil localizadas em 17 municípios do Estado de São Paulo: três na região metropolitana – Embu, Guarulhos e Diadema –; 12 no interior – Campinas, Ribeirão Preto, Araçatuba, Mococa, Guairá, Hortolândia, Bebedouro, Espírito Santo do Pinhal, Bauru, Ourinhos, Sumaré

e Várzea Paulista –; 2 no litoral – Santos e São Vicente.

Os municípios com maiores percentuais de crianças e adolescentes atendidos pelos projetos parceiros são Bebedouro, com 30,4% e Bauru, com 15,2% (Tabela 1, p. 30). Isso não significa que tais municípios tenham mais crianças e adolescentes trabalhando, mas que, dentre os municípios participantes da pesquisa, ambos foram os que apresentaram maior número de crianças e adolescentes no Programa¹.

¹ Neste caso, para fazer qualquer análise comparativa é preciso levantar dados dos municípios, como total da população, total da população na idade considerada na pesquisa etc. Além disso, tanto a “força” de alguns municípios quanto a “fraqueza” de outros podem distorcer a análise. No caso de Bebedouro, sua força enviesava a análise, isto é, características particulares desse município acabam “puxando” a análise para um extremo ou outro; quando isso ocorrer, iremos verificar como seria a distribuição sem o impacto do município. O pequeno número de casos em alguns municípios não permite generalizações e a análise desses casos deve ser cuidadosa, principalmente quando apresentarmos valores relativos.

1. Distribuição da população por município

Município	Total	%
Bebedouro	1709	30.4%
Bauru	854	15.2%
Campinas	411	7.3%
Hortolândia	394	7.0%
Santos	383	6.8%
Ourinhos	338	6.0%
Ribeirão Preto	329	5.9%
Diadema	259	4.6%
São Vicente	253	4.5%
Embú	176	3.1%
Guaíra	139	2.5%
Guarulhos	106	1.9%
Várzea Paulista	91	1.6%
Sumaré	54	1.0%
Araçatuba	51	0.9%
Mococa	39	0.7%
Espírito Santo do Pinhal	29	0.5%
Total	5615	100.0%

FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008

Todas as 5.615 crianças e adolescentes que responderam ao questionário fazem parte de algum dos projetos oferecidos pelas organizações parceiras do Programa Pró-Menino.

Em cada município envolvido, pelo menos um desses projetos desenvolve, de modo geral, atividades no contraturno escolar com as crianças e os adolescentes e atendimento às famílias. Dentre as ações de atendimento aos familiares, destacam-se reuniões, visitas aos domicílios e atividades de geração de trabalho e renda. Já as atividades realizadas com as crianças e os adolescentes incluem informática, leitura, jogos, discussões sobre meio ambiente e sexualidade, artes, expressão corporal, reforço escolar, esporte, música, educação religiosa, artesanato e oficinas de profissionalização².

É possível perceber que, nos municípios de Campinas, Diadema e Santos, há mais de um projeto parceiro do Pró-Menino sob responsabilidade de diferentes instituições. Assim, no total, são 21 instituições envolvidas. Destas, 62% são organizações da sociedade civil (ONG's) e 38% órgãos do poder público municipal (Tabela 2, p. 31).

2. Municípios e organizações participantes de Programa Pró-Menino

Município	Instituição	Projeto
Araçatuba	Secretaria da Ação Social do Município de Araçatuba	Educação Complementar
Bauru	Prefeitura Municipal de Bauru	Pró-Menino Bauru
Bebedouro	Prefeitura Municipal de Bebedouro	Semeando o Futuro
Campinas	Prefeitura Municipal de Campinas	Convivência e Cidadania
	CPTI - Centro Promocional Tia Ildeide	Projeto Ciranda
Diadema	Sociedade Batista de Beneficência Tabea	Alcançando o Protagonismo Juvenil através da Ação Mobilizadora
	ACER - Associação de Apoio à Criança em Risco	Menino Cidadão
Embu	Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu	Fortalecendo Vínculos
E. S. Pinhal	Associação Pinhalense de Amparo ao Menor	Integração
Guaíra	SOGUBE - Sociedade Guairense de Beneficência	Super Ação
Guarulhos	Clube de Mães Girassol	Projeto Vivendo e Aprendendo
Hortolândia	Escola Evangelho Esperança	Construindo Redes
Mococa	Grupo TUMM - Todos Unidos Mudaremos o Mundo	Projeto Catavento
Ourinhos	Prefeitura Municipal de Ourinhos	Pró-Menino Ourinhos
Ribeirão Preto	ABEC - Associação Brasileira de Ensino e Cultura	SASE Serviço de Apoio Socioeducativo: Combate ao Trabalho Infantil, por meio da Educação Complementar
São Vicente	Prefeitura Municipal de São Vicente - Trabalho Infantil	Construindo Possibilidades II - OLHAR ADOLESCENTE
Santos	Associação Pró-Viver	Pró-Menino Pró Viver
	Associação Poiesis	Re-Construindo
	Associação Pro-Eco	Projeto Vem pra cá Menino
Sumaré	SHD - Sumaré	Pró-Menino Sumaré
Várzea Paulista	Prefeitura Municipal de Várzea Paulista	Incluir pra ValerTotal

FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008

² No final da publicação há informações mais detalhadas sobre cada um dos projetos.

Idade, sexo e escolaridade

Uma informação interessante sobre o público atendido pelo Programa nos municípios é que aproximadamente 65% do mesmo estava inserido na faixa entre 5 e 11 anos de idade, ou seja, a cada três participantes, dois encontravam-se no período compreendido pelo ECA como a infância. O segundo público mais atendido correspondeu à faixa entre 12 e 15 anos, com cerca de 31%; os maiores de 15 anos representaram menos de 4% do total de participantes. Com relação ao sexo, 57% dos participantes do Programa eram meninos e 43% meninas (Tabela 3).

Das crianças e adolescentes participantes do Pró-Menino, praticamente todos, ou 98,9% deles, estavam na escola, ainda que existam distorções em relação à idade e série cursada. Como utilizar a correlação entre a idade e série cursada, para avaliar o grau de defasagem quanto à escolaridade, tem sido um procedimento cada vez mais problemático³. A pesquisa dividiu a população pesquisada por grupos de idade e grupos de séries esco-

3. Distribuição da população por sexo

	TOTAL	
	Nº	%
Masculino	3078	56,83
Feminino	2338	43,17
Total	5615	100,0%

FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008

lares (Tabela 4, p. 33). Assim, tendo em vista a duração do curso e a idade de ingresso no Ensino Fundamental, era esperado que crianças entre 6 e 11 anos estivessem cursando entre a 1ª e a 5ª séries (primeiro ciclo do Ensino Fundamental), as crianças entre 12 e 15 anos deveriam estar entre a 6ª e a 9ª série (segundo ciclo do Ensino Fundamental) e adolescentes com mais que 15 anos deveriam cursar o Ensino Médio.

³ Em primeiro lugar, porque muitas redes de ensino adotam o sistema de ciclos ou outros sistemas em que a progressão não corresponde necessariamente ao sucesso na aprendizagem. Além disso, está em curso no país a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, já adotado por alguns sistemas, mas não por todos, o que altera as idades esperadas para cada série, à medida que as crianças passam a ingressar aos seis anos.

A maior distorção encontrava-se entre os adolescentes com mais de 15 anos, já que 57,3% deles ainda cursavam o Ensino Fundamental. Nota-se que a proporção dos adolescentes que estavam realmente cursando o Ensino Médio (41,5%) é menor do que a média do Estado de São Paulo onde, em

2006, conforme a fundação SEADE, 66,3% de jovens entre 15 e 17 anos que deveriam cursar o Ensino Médio efetivamente o faziam⁴. Além disso, nota-se que 27,3% dos adolescentes entre 12 e 15 anos encontravam-se ainda inseridos no primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

4. Distribuição da população por escolaridade e grupo de idade (em %)

	GRUPO DE IDADE		
	5 a 11	12 a 15	Maior que 15
Série agrupada			
1ª a 5ª	97	27,3	28,7
6ª a 9ª	1,0	68,6	28,7
Ensino Médio	0,0	3,4	41,5
Outros	1,8	0,7	1,2
Total	100	100	100

FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008

⁴ A fonte é a taxa de escolarização líquida, segundo níveis de ensino 1993 – 2004, conforme a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio do IBGE, reproduzido na publicação do SEADE Desenvolvimento e Inclusão Social: indicadores do Estado de São Paulo, 2006.

Perfil sociodemográfico

Do total das crianças e adolescentes entrevistadas, 19,4% moram com quatro pessoas, 23,4% com cinco pessoas e 18% com seis pessoas na mesma casa. O índice dos que moram com mais de sete pessoas é de 26,6% (Tabela 5). A média de 6,1 pessoas por domicílio é bem maior do que a da região Sudeste, de 3,2 moradores por domicílio⁵.

Se, por um lado, as famílias são grandes, por outro, o número de pessoas trabalhando é, em geral, muito baixo: em 42,4%, há duas pessoas trabalhando e em 31,3%, há apenas uma pessoa trabalhando na casa para o sustento do todos (Tabela 6, p. 35). Entre as ocupações mais comuns de pais e responsáveis estão o trabalho doméstico para as mulheres (55% das que trabalham têm nessa ocupação) e o trabalho no setor de serviços para os homens, com preponderância para o trabalho de pedreiro.

5. Distribuição da população pela quantidade de pessoas que moram no domicílio

Nº de pessoas	Nº	%
1	9	0,2
2	122	2,2
3	545	9,8
4	1082	19,4
5	1303	23,4
6	1003	18
7	621	11,2
8	371	6,7
9	217	3,9
Maior que 10	268	4,8
Não respondeu	23	0,4
Total	5564	100

FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008

⁵ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD: 2005-2006)

6. Distribuição da população conforme o número de pessoas que trabalham no domicílio

Nº de pessoas	Nº	%
1	1409	31,3
2	1906	42,4
3	800	17,8
4	259	5,7
5	86	1,9
6	29	0,6
7	9	0,2
8	4	0,1
9	2	0
Total	4504	100

FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008

O trabalho de crianças e adolescentes

Sobre a situação de trabalho e vulnerabilidade das crianças e adolescentes envolvidos com o Pró-Menino, constatou-se que 67% desenvolviam algum tipo de trabalho e outros 20,8% foram considerados vulneráveis

à inserção no trabalho (Tabela 7). Apenas na primeira etapa, encontram-se crianças e adolescentes não-trabalhadores e não-vulneráveis; na segunda etapa de entrada de participantes no Programa, estes já foram selecionados de acordo com as categorias construídas com base no diagnóstico da primeira etapa.

Além das discussões sobre o impacto que a precariedade das condições socioeconômicas exerce no ingresso precoce de crianças e adolescentes em atividades laborais, as entrevistas realizadas na pesquisa mostraram a influência dos familiares na formação de adolescentes, no que se refere à consideração do “valor do trabalho”.

7. Distribuição da população por situação

Situação	TOTAL	
	Nº	%
Trabalham	3763	67,0
Vulneráveis	1167	20,8
Não Trabalham	685	12,2
Total	5615	100

FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008

Este é o caso de Leonardo, garoto de 12 anos que vive em Diadema. O adolescente trabalha muito e faz as mais diferentes atividades por qualquer dinheiro que lhe paguem. Contou, durante a entrevista, que enxerga o trabalho como um valor, uma vocação. Ele mora com a avó, pois a mãe o abandonou e aos irmãos. A avó, que também participou da entrevista, disse que sua batalha é fazer dos netos pessoas melhores do que sua filha, “que não soube aproveitar as oportunidades que teve”. Uma meta do Leonardo é, um dia, trabalhar no Mc Donald’s. O avô diz que Leonardo “puxou a ele”, que é trabalhador, e por isso tem grande orgulho do neto.

É comum, nessas famílias, uma visão de que a ocupação dos filhos os deixaria distantes do tráfico de drogas e de outros tipos de crime ou de violência aos quais estão suscetíveis. No entanto, as entrevistas evidenciaram que a ocupação dos filhos, sobretudo a atividade realizada nas ruas, pode acabar sendo a primeira forma de contato que eles estabelecem com essas atividades ilegais.

O trabalho encarado como valor social

“Apesar das políticas compensatórias para aumentar a renda familiar, o trabalho infantil ainda persiste. E por que persiste? Porque culturalmente o trabalho ainda é um valor para a educação da criança. Além do elemento pobreza, há um elemento cultural de que o trabalho é um valor social, é bom para a socialização de crianças e adolescentes. Dada a forma de atuação das escolas católicas no país, isso ficou muito impregnado na consciência da opinião pública brasileira, a idéia de que a única via de socialização de uma criança e de um adolescente era por via do trabalho e não por via do esporte, do lazer, da educação etc. Priorizou-se o trabalho e está difícil de erradicar essa cultura arraigada, especialmente quando se trata do filho do outro e do filho do outro pobre.”

Renato Mendes,

Organização Internacional do Trabalho

4 Trabalhos de meninos e meninas

Para possibilitar uma compreensão mais abrangente das diversas situações de trabalho e do contexto familiar das crianças e adolescentes no Programa Pró-Menino, neste capítulo foram combinados os dados quantitativos, coletados por meio de questionário com relatos dos pesquisadores que realizaram as visitas e entrevistas com as famílias.

Na rua, em casa e para terceiros

A pesquisa dividiu os tipos de trabalhos encontrados em três categorias: trabalho em situação de rua, trabalho doméstico e trabalho para terceiros. Isso foi possível a partir do questionário aplicado nas entrevistas, que continha perguntas que permitiram iden-

tificar aquelas crianças e adolescentes que trabalhavam mesmo em algumas atividades que não são normalmente encaradas como trabalho (Tabela 8, p. 38).

Quanto à idade das crianças e adolescentes que exercem os diferentes tipos de trabalho, é possível perceber que o trabalho em situação de rua, aquele que mais expõe as crianças a riscos, é exercido, em sua maior parte, por crianças de 5 a 9 anos (55,5%). Já o trabalho doméstico em casa é feito majoritariamente por crianças entre 10 e 13 anos (57,1%) (Tabela 9, p. 39).

Como vimos anteriormente, a cidade de Bebedouro é a que concentra a maior parte das crianças entre 5 e 9 anos e também a maior parte dos trabalhadores em situação de rua (56,4%).

8. Distribuição das crianças e adolescentes que trabalham por tipo de trabalho

Tipo de trabalho	Nº	%
Trabalho em situação de rua	1665	53.2%
Trabalho doméstico em casa	631	20.2%
Trabalho de situação de rua e doméstico na própria casa	337	10.8%
Trabalho para terceiros	238	7.6%
Trabalho para terceiros e na rua	173	5.5%
Trabalho para terceiros e doméstico na própria casa	44	1.4%
Todos os três tipos	39	1.2%
Total	100	100

FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008



9. Distribuição das crianças e adolescentes que trabalham por tipo de trabalho e grupo de idade (em %)

Tipo de trabalho	GRUPOS DE IDADE (em anos)				Total
	de 5 a 9	de 10 a 13	de 14 a 16	17 ou mais	
Em situação de rua	54,8	37,2	7,6	0,5	100
Doméstico em casa	20,6	53,1	24,7	1,6	100
Em situação de rua e doméstico na própria casa	44,1	44,1	11,7	0,2	100
Para terceiros	24,9	50,3	21,9	3,0	100
Para terceiros e em situação de rua	43,0	49,1	7,8	0,0	100
Para terceiros e doméstico na própria casa	3,3	49,2	42,6	4,9	100
Total	42,6	43,1	13,3	0,9	100

FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008

Trabalho em situação de rua

Nesta categoria, foram considerados os trabalhos realizados por crianças e adolescentes de modo autônomo ou em regime familiar, que se efetiva nas ruas das cidades: lavar carros, motos e bicicletas, realizar pequenos serviços ou pequenas atividades comerciais nas ruas, fazer malabarismo na rua ou pedir esmolas, distribuir panfletos na rua¹ e coletar material reciclável.

A maior parte das crianças e adolescentes que trabalham, 2.214 (70,8%), o fazem em situação de rua; destas, 337 também exercem trabalho doméstico e 173 também trabalham para terceiros, além das 39 que disseram que exercem os três tipos de trabalho.

Entre os que estão em situação de rua, a forma mais comum de ocupação é a coleta de material reciclável, que ocupa 77,9% de crianças e adolescentes entrevistados. Tendo em vista que 56,5% dos que exercem esse tipo de trabalho são crianças entre 5 e 9 anos, nota-se que esta faixa etária está exposta, não só aos riscos do trabalho na rua, como também aos

perigos inerentes à manipulação de resíduos.

Ainda que esse tipo de trabalho na rua seja majoritariamente esporádico, a coleta de materiais recicláveis, nas condições em que é realizada, é uma atividade que expõe os trabalhadores a riscos de contaminação biológica e química, e a ferimentos, além de ser pouco rentável.

Relato de Rodrigo

Rodrigo tem 7 anos e três irmãs mais velhas (12, 10 e 8 anos); está matriculado na 1ª série do Ensino Fundamental. A mãe, de 27 anos, trabalhou na roça desde os 7 e teve três casamentos. Recebe R\$ 100,00 da pensão do primeiro marido, R\$ 200,00 do segundo e R\$ 112,00 do Bolsa Família. O terceiro marido está empregado numa usina, e a mãe de Rodrigo recorreu à justiça para receber a pensão que lhe é de direito. O processo tramita. Ela já trabalhou na roça, como diarista e também foi empregada doméstica durante 3 anos, com registro. Passou o serviço para a mãe, para poder cuidar das crianças.

A família vive nos fundos da casa dos avós de Rodrigo e não paga aluguel. Os espaços vagos são ocupados por pilhas de material reciclável, que toda a família ajuda a juntar. Há problemas com o Conselho Tutelar: as crianças foram vistas nas ruas coletando material reciclável e a família também foi ameaçada de prisão. A madrasta de uma das irmãs de Rodrigo denunciou “maus tratos” ao Conselho; a menina tem anemia freqüentemente.

Os trabalhadores em situação de rua são também o grupo onde a defasagem idade/série é mais pronunciada.

As observações realizadas pelos pesquisadores durante as visitas e entrevistas com familiares confirmaram que as famílias de catadores ou crianças que trabalham em situação de rua estão, muitas vezes, entre as mais vulneráveis socialmente, em situação semelhante àquela em que ocorrem outras das “piores formas do trabalho infantil”. Muitas vezes, os pais e mães dessas crianças sobrevivem também da coleta de matérias recicláveis; inicialmente, os filhos apenas os acompanham mas, paulatinamente, passam a fazer a coleta de maneira independente. Essa situação foi diagnosticada na família de Vitor, segundo relato do pesquisador.

Relato de Vitor

Vitor tem 11 anos e frequenta a 3ª série do Ensino Fundamental. É um menino muito esperto, que adora a rua e tem paixão por empinar pipas. É muito querido na escola, mas repetiu algumas vezes, por falta ou evasão. Segundo a mãe, ele também é muito temperamental. Por isso, vive arrumando brigas na rua e na escola, já tendo sido suspenso algumas vezes. Em casa, não faz nenhum tipo de trabalho. Não que a mãe não queira (ela considera errada a atitude do menino), mas porque não gosta e se recusa a realizar essas atividades. Sua mãe tem uma longa trajetória de moradora de rua. Segundo dizem, Vitor nasceu enquanto ela estava nessa condição. O serviço de assistência social tem feito todo o esforço para ela conseguir morar numa casa, adaptar-se. Várias tentativas foram frustradas, pois ela prefere morar na rua com seus três filhos. A última tentativa têm sido a mais bem sucedida, pois conseguiu convencê-la a permanecer nessa casa por mais de um ano. A renda familiar é de aproximadamente R\$ 400,00 por mês.

Antes, Vitor catava lata com a mãe na rua. Ainda faz essa atividade para conseguir algum dinheiro, que fica todo para ele. Também foi visto inúmeras vezes pedindo dinheiro nas ruas ou tomando conta de carros em um

¹ Por não ser realizada de forma autônoma, mas mediante pró-labore, pago por um empregador, a entrega de panfletos poderia ser classificada como trabalho para terceiros; por outro lado, por ser realizado na rua, expondo as crianças e adolescentes a uma sociabilidade semelhante a de quem vende doces ou realiza outros serviços nesse ambiente, optamos por essa classificação. Além disso, na análise do perfil sociodemográfico das crianças e adolescentes que entregam panfletos, não foram verificadas diferenças importantes em relação aos demais trabalhadores de rua.

mercado e na região da feira. Uma outra atividade de Vitor é a música. Toca nas ruas e participa de um projeto que leva crianças de rua a tocar em festivais, escolas e bares, com finalidades sócioeducativas. Ganha cachê por isso, mas uma condição para participar é freqüentar a escola, além de não ser visto em outro tipo de trabalho, especialmente na rua.

Foram bastante recorrentes, nessas famílias, os relatos sobre violência e toda sorte de dramas familiares. Além, é claro, de uma exposição das crianças e adolescentes à exploração, não só do trabalho, mas também de sua sexualidade. Os indícios de tentativa de aliciamento ou assédio sexual foram encontrados, por exemplo, no relato de Rafael.

Relato de Rafael

Rafael tem 12 anos e já é classificado a partir do estigma condicionado pelo preconceito ao homossexual. O menino teria “trejeitos”, me disseram logo que perguntei sobre o caso. Não bastasse o prejuízo psicológico desse estigma, havia problemas concretos em sua trajetória: Rafael vinha sendo perseguido, no período da entrevista, por um homem que queria lhe dar dinheiro em troca de serviços sexuais.

Rafael vive com mãe, padrasto e irmã, de 8 meses de idade. A mãe tem 26 anos e trabalhava numa chácara de prostituição em sua terra natal, uma cidade vizinha. Lá ainda vivem avó e tios de Rafael. Sua mãe recebia uma remuneração por semana, equivalente a pouco mais de um salário mínimo. Ela teve Rafael com 14 anos e o pai não esteve presente na criação do filho. A mãe conheceu o padrasto de Rafael na chácara onde se prostituía e, em seguida, converteu-se à Igreja. Casou-se com ele há 4 anos. Vivem em casa própria, embora não regularizada.

Rafael costuma passar as férias na cidade vizinha, com os avós, tios e primos. Mas a mãe já se preocupa. Dois dos tios são viciados em crack, uma tia segue trabalhando na prostituição e um dos primos, da idade de Rafael, já tem seus serviços explorados pelo tráfico local. “É muito perigoso”, ela me diz.

No último ano, o padrasto de Rafael ficou desempregado durante seis meses, tempo em que Rafael vendeu balas, trufas e algodão doce na rua, à noite, para ajudar em casa. Na cidade, há uma área de bares bem movimentados, mesmo durante a semana, e o menino percebeu que ali conseguiria mais dinheiro do que catando material na rua. O padrasto conseguia “bicos” na roça durante o dia, como diarista e, durante a noite, acompanhava Rafael na

venda de balas. Mas um conselheiro tutelar os surpreendeu nessa tarefa e, na discussão, chamou o padrasto de Rafael de “vagabundo”. Aí eles resolveram parar com a atividade. Por sorte, algumas semanas depois o padrasto conseguiu um emprego mais estável, registrado, numa gráfica de material publicitário. Recebe um salário (R\$ 380,00), que é toda a renda familiar. A família está cadastrada no Bolsa Família, mas ainda não recebia benefícios. Com o emprego estável do padrasto, Rafael deixou de trabalhar na venda de balas.

Aqui também fica evidente que os responsáveis por essas crianças sentem-se ameaçados pelos conselheiros tutelares. As famílias de trabalhadores em situação de rua, em geral, situam-se “no fio da navalha”, entre as políticas sociais de proteção e a violência do universo das atividades ilícitas e da polícia. Relatos como os de Rodrigo, Vitor e Rafael, entre outros, exemplificam claramente esta situação. A privação de direitos fundamentais de toda a família, portanto, sugere a necessidade de que as políticas de proteção voltem-se para a família, condição para que os direitos das crianças e adolescentes sejam respeitados.

Trabalho doméstico na própria casa

Como já foi dito anteriormente, a pesquisa considerou trabalho infantil doméstico aquele realizado na própria casa e que agrupa todos que disseram cuidar dos irmãos, ao mesmo tempo em que limpam a casa, fazem ou esquentam comida de segunda a sexta-feira ou nos sete dias da semana (também no sábado e domingo). O fato desse trabalho ser feito sem remuneração faz com que não seja considerado trabalho em algumas análises, como as do IBGE. No entanto, os efeitos dessa atividade, quando ocupa parte significativa do tempo da criança durante a semana, podem ser tão danosos quanto os de outros tipos de trabalho.

As atividades domésticas são bastante frequentes a partir dos 10 anos de idade, ainda que nas faixas etárias acima dos 14 anos a pressão por geração de renda aumente e ela passe a se combinar com trabalho remunerado.

Foram identificadas 1.051 crianças e adolescentes nessa condição, sendo que 39,96 % deles conjugam a atividade doméstica com alguma outra. São 631, ou seja, 20,2% das crianças e adolescentes que não trabalham na rua e nem para terceiros, mas dedicam parte significativa de seu tempo realizando afazeres domésticos, o que, como vimos, é uma forma “velada” de trabalho infantil.

O trabalho doméstico na própria casa

“Mesmo no trabalho doméstico para efeitos de socialização dos cuidados da casa, é preciso ter limites. E o limite é a exposição das crianças aos perigos da própria casa. A legislação nacional e convenções da OIT chamam a atenção da opinião pública para que se tenha o devido cuidado. Uma criança menor de 18 anos não deve ser responsável por cuidar, na ausência dos pais, de outra criança menor de 18 anos. Isso é um serviço de babá dentro da própria casa que não deve ser promovido, justamente porque ambas estão em situação de desproteção e perigo.”

Renato Mendes,

Organização Internacional do Trabalho

Por se tratar de uma modalidade de trabalho realizada nos ambientes privados e sem remuneração, suas características são claramente muito distintas das demais formas de trabalho infantil estudadas. É a única modalidade majoritariamente feminina, ainda que o envolvimento dos meninos seja também expressivo. É o que mostra o caso de Paula, que tem 13 anos e passou da 6ª para a 7ª série do Ensino Fundamental. Ela mora em uma casa de quarto e cozinha, com a mãe e dois irmãos. A família não tem nenhuma fonte de renda mas, com apoio de familiares e amigos, consegue juntar R\$ 100,00 mensais. Paula faz muitas coisas em casa: lava, passa, limpa e cuida dos irmãos menores. Ela assume integralmente as atividades e a responsabilidade pela rotina da casa. Paralelamente a isso, ainda faz aulas de informática, inglês e violino no projeto em que está inscrita.

Os dados mostram também que as crianças e adolescentes que se dedicam ao trabalho doméstico são as que moram nos domicílios mais numerosos, além de apresentarem alguma defasagem escolar, ainda que menor que a dos trabalhadores em situação de rua. Como acontece com Elis, que costuma ganhar R\$ 10,00 para ajudar a limpar a casa e o quintal da vizinha. A adolescente tem 13 anos e está na 6ª série do Ensino Fundamental, no período

vespertino. Além de ajudar na limpeza da casa e do quintal da vizinha, Elis costuma cuidar também da própria casa, onde mora com seis pessoas, entre elas seus pais, que trabalham fazendo “bicos”. A casa, construída num terreno invadido, fica na frente de um córrego onde o esgoto é lançado a céu aberto. O pai está registrado em uma empreiteira mas, segundo a própria mãe de Elis, não ajuda em casa e gasta todo o dinheiro que ganha nos bares. Tem problemas com bebida e chega a ser violento em casa. A família está inscrita no Programa Bolsa Família e recebe o auxílio de R\$ 95,00 por mês.

Durante a pesquisa de campo, foi possível perceber casos em que o trabalho doméstico associa-se com o trabalho na rua e a outras das piores formas de trabalho infantil, como a inserção nos circuitos do tráfico de drogas e de prostituição.

O relato do caso de Tamires revela um pouco dessa situação.

Relato de Tamires

A menina de 13 anos lavava a louça quando chegamos. Terminou o serviço e passou a lavar a frente da casa, antes de começar a jornada dos banhos diários nos três irmãos pequenos (ela é a mais velha de cinco irmãos).



Bem humorada, muito atenciosa com a mãe e as crianças, e muito querida pelos educadores da entidade, Tamires também aceita regularmente serviços de faxina, para reforçar a renda da casa. Leva os irmãos pequenos para a escola, de bicicleta.

Vive com sua mãe e seus quatro irmãos em casa alugada, num bairro da periferia da cidade. A mãe de Tamires tem 31 anos e trabalha em casas de prostituição. Foi, durante muitos anos, viciada em crack. Relatou ter sido abusada sexualmente pelo pai, que espancava toda a família, dos 9 aos 14 anos de idade. Relatou ainda tê-lo assassinado, ainda adolescente, com veneno para ratos misturado em sua cachaça. A polícia, ao saber da história, deu-lhe razão e lavrou atestado de óbito de suicídio. A família é marcada por mais eventos trágicos.

Uma tia de Tamires, irmã de sua mãe e também abusada desde a infância, teve, na adolescência, surtos psicóticos e acabou, na idade adulta, assassinando um de seus filhos, ainda bebê. Essa tia continua internada. Entre os três irmãos mais novos da menina, matriculada na 8ª série do Ensino Fundamental, um é portador de anemia falciforme e, aos 6 anos de idade, tem a altura do irmão de 3 anos. A renda da casa é variável e não foi informada. Recebem o Bolsa Família, uma prestação mensal em torno de R\$ 50,00.

Nos relatos dos pesquisadores, foi possível verificar que é bastante variável a intensidade com que essas crianças e adolescentes dedicam-se ao trabalho doméstico e, com isso, a extensão dos prejuízos que este ele traz à garantia de seus direitos. A comparação entre os casos de Tamires, Elis e Paula, por exemplo, mostra que eles são bastantes diferentes do de Osmar, conforme mostra o relato do pesquisador.

Relato de Osmar

Osmar, que tem 11 anos, foi escolhido para a visita em função das informações do questionário apresentarem uma família bastante numerosa, e da declaração

de que o menino catava latas e ferro para ganhar dinheiro.

Na visita à casa da família, a conversa aconteceu com Dona Brasilina, que tem 55 anos e é avó de Osmar, responsável pelo menino e pelos seus irmãos. Todos os filhos de Brasilina são adultos e atualmente três deles moram com ela, que empresta a parte da frente da casa para a filha mais velha e mora nos fundos, com o marido, os outros dois filhos e seus cinco netos.

Já faz 16 anos que ela mora nessa casa. Antes disso, havia morado no Jardim São Pedro. Há vários anos, migrou do Paraná com seu marido e quatro filhos. O quinto filho nasceu em Campinas. Com a migração e a distância, ela perdeu o contato com os outros familiares.

Dona Brasilina faz peças de crochê para vender e, além dela, apenas outras duas pessoas da família trabalham. Atualmente não participam de nenhum programa de transferência de renda do governo e a renda familiar está em torno de R\$ 650,00 por mês. Ela reclama da burocracia do Programa Bolsa Família, e das mais de quarenta vezes em que foi à prefeitura para tentar ser atendida.

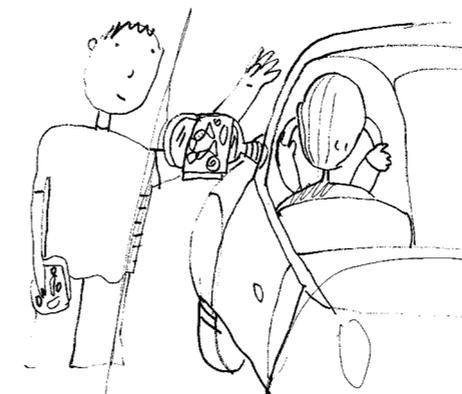
Dona Brasilina começou a trabalhar muito cedo. Com seis anos ajudava os pais na roça e não considera o trabalho infantil um problema. Acha que as crianças têm de estudar, mas

também se ocupar com outras coisas – trabalho – para não irem para o “mau caminho”.

Das 5 crianças que moram com ela, todas ajudam nos serviços da casa e, no caso de Osmar, fica caracterizado o trabalho infantil doméstico. Na entrevista, embora o tema das crianças trabalharem não apareça como um problema, não se confirma a resposta do questionário de que o menino catava latas e ferro para conseguir dinheiro.

Não foram identificados indícios de que a família trabalha com recicláveis, e a postura de dona Brasilina e de suas duas filhas que participaram da conversa é de não permitirem que as crianças fiquem na rua, em função da preocupação com a forte presença do tráfico de drogas na região.

Alguns casos também revelam como se dá, de forma sutil, a passagem do trabalho doméstico na própria casa para o trabalho doméstico para terceiros, normalmente parentes que moram nas proximidades, já mediante alguma remuneração. Apesar dessas distinções, entretanto, verifica-se que processos sociais bastante severos, como a violência doméstica, a proximidade das redes do crime organizado, o desemprego, o alcoolismo etc também contextualizam a situação das famílias em que essa forma de trabalho infantil ocorre.



Trabalho para terceiros

A forma mais explícita e facilmente caracterizada como trabalho pelos próprios entrevistados e pela sociedade de maneira geral, ou seja, as atividades aqui classificadas como trabalho para terceiros, é a menos freqüente na população atendida pelos projetos apoiados pelo Pró-Menino. Ela foi identificada em 494 entrevistados, sendo em 51,82% dos casos combinada a outras formas de trabalho. No grupo dos trabalhadores, os que realizam trabalho para terceiros – ainda que conjugado ao outras formas de trabalho – correspondem a 15,7 %.

Muito provavelmente, a menor ocorrência deste tipo de ocupação se deve aos esforços de prevenção e erradicação do trabalho infantil realizados nas últimas décadas, com fiscalização realizada pelas instâncias

competentes junto aos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços que têm sua situação regularizada, além da vigilância dos Conselhos Tutelares. Deve-se levar em conta, entretanto, o fato de a população atendida nos projetos apoiados pelo Programa Pró-Menino ser majoritariamente de crianças menores, o que certamente influencia esse resultado, já que os dados mostram que essa forma de inserção no trabalho aumenta proporcionalmente à idade.

Foram considerados trabalhos para terceiros, atividades no comércio e serviços, o trabalho doméstico em casa de terceiros – como o de empregada doméstica, faxineira, arrumadeira, babá, acompanhante de idosos, jardineiro e caseiro –, além da produção de bens e agricultura, entre outros. Também foi considerado trabalho para terceiros a ajuda aos pais fora de casa.

Um fato muito importante levantado pela pesquisa é o de que, das 494 crianças e adolescentes que trabalham para terceiros,

a maior parte, 27,5%, ajudam o pai e a mãe e 15,78 % fazem trabalho doméstico em casa de terceiros², seguidos de perto por aqueles que prestam serviços como pedreiros, eletricitas, manicures, pintores etc³, que somam 12,34 %⁴.

Nesse grupo, não foi possível identificar defasagem escolar e, de fato, como se pode observar nos relatos dos pesquisadores, a privação de direitos básicos não se manifesta em suas famílias tão severamente quanto nas demais categorias de trabalhadores infantis. Na etapa qualitativa da pesquisa, foi possível identificar dois tipos distintos de famílias inseridas nesse grupo.

O primeiro é aquele em que a família inicia a criança no trabalho, partindo da crença de que o trabalho é um valor central na formação do indivíduo e deve ser aprendido desde cedo. Caso bastante típico desse grupo é o de Humberto, que trabalha em uma padaria e faz artesanato. Ainda que sua família esteja toda empregada e tenha uma

renda suficiente, o menino trabalha inspirado pelo valor de que deve seguir o exemplo da família trabalhadora, como mostra o relato do pesquisador.

Relato de Humberto

Humberto tem 11 anos de idade e começou a faltar às atividades do projeto. Cheguei a sua casa no começo da noite e ele ainda não tinha chegado. É normal, ele estuda à tarde (5ª série), e depois passa na casa de um amigo. Está ensinando esse amigo a fazer chaveiros com miçangas (em forma de cachorrinhos, zebras, jacarés, entre outros). Humberto pega encomendas dos chaveiros, às vezes até de R\$ 150,00 (cada chaveiro custa R\$ 3,00 ou R\$ 5,00, a depender do tamanho).

O menino trabalha com as miçangas sempre depois da escola, porque de manhã já tem outro serviço, diário, como ajudante de padaria. Ali trabalha das 7 às 10 horas da manhã, ajudando a servir os clientes durante o horário de maior movimento. Ganha R\$ 5,00 por dia. “Está bom, não?”, me disse sua mãe. Foi por causa desse conjunto de atividades que Humberto deixou de freqüentar o núcleo de atendimento da prefeitura.

Neste caso, não é a privação material, mas o valor do trabalho o que parece contar;

a família é kardecista e “muito trabalhadora”. A mãe tem dois filhos do primeiro casamento, e só Humberto do segundo. Ela trabalhou ajudando o pai, sitiante, desde os 7 anos de idade. Depois trabalhou na colheita da laranja, numa usina de suco de laranja, num restaurante, num hotel, num bar e já está há 12 anos na mesma casa de família. O segundo marido também está empregado como montador. Os filhos mais velhos, irmãos de Humberto, já têm 26 e 23 anos. Ambos trabalham também, com registro em carteira e um deles já é casado. A renda familiar, para os quatro moradores da casa, gira em torno de R\$ 2.500,00.

Em todos os casos estudados, o pai ou a mãe entrevistados também foram, na sua infância, trabalhadores infantis, e aprovam a disposição dos filhos para o trabalho. Estes casos, embora informem o senso comum sobre a questão do trabalho infantil, foram, na realidade, muito minoritários na investigação realizada.

² O trabalho doméstico em casa de terceiros engloba os trabalhos de faxina, babá, passar e lavar roupas, acompanhar idosos ou pessoas doentes, fazer jardinagem e atuar como caseiro.

³ A lista completa inclui, além das profissões citadas, auxiliar de serviços gerais, zelador, moto-taxi, atendente, carroceiro, vidraceiro, cabeleireiro, pintor, cuidar de bicicletas, varrer a calçada do vizinho e limpar piscina.

⁴ Veja Tabela 11 no item “Um recorte de Gênero no trabalho infantil”.

O tempo da infância

“Há uma lógica na formação mais antiga de que a criança precisa aprender a trabalhar desde pequena, para que possa aprender o valor das coisas. É uma noção processual da noção de construção do ganho. Isso é muito diferente de ter uma ocupação marginal. A infância não pode ser furtada do seu tempo de infância. Este é um tempo de construção de estruturas e de bases de natureza orgânica, intelectual, reprodutiva. Há um seqüestro dessa condição, quando uma criança é ocupada. E, se a gente observa, muitas famílias têm o trabalho da criança como um conceito importante na formação, mas está confundindo aprender a ter ações que sejam responsáveis, produtivas, com ter uma ocupação monetária ou emprego.”

Mário Sérgio Cortella

Professor e doutor em Educação

Um segundo grupo de crianças e adolescentes trabalhando para terceiros inseriu-se precocemente nessa atividade, sob a pressão da carência material. Um caso típico desta situação é o de Luciano, que trabalhou em uma oficina fazendo acabamento em calças jeans de marca, ganhando R\$ 0,25 por peça: sua família passava por dificuldades tremendas, a mãe havia sido presa e era preciso que as crianças ajudassem como podiam.

Relato de Luciano

Mais um menino de 11 anos visitado. Luciano está matriculado na 5ª série do Ensino Fundamental, e passou alguns meses de 2007 “lixando calças” numa oficina improvisada, no bairro em que vive. Um senhor, conhecido no bairro por vender mel de abelhas, muda de atividade nos períodos de entressafra do mel. Era aí que ele “dava essa oportunidade” para crianças e jovens moradores, e até para adultos, como me foi relatado. Esse senhor pegava encomendas de confecções especializadas em calças jeans de marca, que chegavam em caminhões. Descarregadas, era tarefa dos mais de 30 contratados da oficina, entre eles alguns adolescentes e crianças, lixarem e desfiarem o jeans, segundo técnicas precisas, para conferir ao produto um ar de desgaste, que o torna

mais valorizado. Luciano era um desses trabalhadores. Tinha 10 anos na época e ganhava R\$ 0,25 por peça trabalhada. As calças eram de marcas famosas, vendidas nos shoppings centers por até R\$ 300,00. Ano que vem, ele pretende trabalhar de novo.

A família de Luciano é extensa. Atualmente ele vive com a avó, seus irmãos, tios e primos. São oito moradores na casa. Sua mãe estava presa havia 8 meses, na época da entrevista, por tráfico de drogas. Era ré primária e ainda não tinha sido julgada. Uma de suas irmãs, tia de Luciano, é viciada em crack. A avó cuida da casa, e a sustentava com a renda de faxinas esporádicas (R\$ 230,00 por mês) somada aos R\$ 80,00 do Bolsa Família. Um dos moradores é um homem de 31 anos, portador de deficiência mental leve, mas que o fazia passar os dias dentro de um quarto escuro.

Assim, mesmo que o valor trabalho permaneça como um norte de organização familiar e social nas periferias, é a situação material que, segundo os achados qualitativos da pesquisa, parece fundamentar o ingresso de crianças e adolescentes no trabalho infantil também nessa categoria.

Combinações

Além das três categorias de trabalho infantil encontradas, também foi possível verificar a combinação entre as formas de trabalho infantil. Aproximadamente 19% das crianças e adolescentes que trabalham exercem mais de um tipo de trabalho, sendo que a combinação mais freqüente, como vimos, é o trabalho doméstico na própria casa conjugado ao trabalho em situação de rua. É o caso de Adriano que, com apenas 7 anos, faz a limpeza da casa onde mora com mais sete irmãos e ainda ajuda a avó na feira, onde compram e recolhem alimentos que foram descartados, para serem consumidos em casa.

Relato de Adriano

Adriano tem 7 anos de idade e está no projeto há quatro anos. Bailarino há cinco meses, é muito querido pela instituição, pois em pouco tempo ganhou um prêmio de balé pelo qual concorriam crianças de toda a região. Para além de toda essa habilidade, a doçura é o que mais chama a atenção nele, que gosta muito da escola, mas não quando tem muita bagunça. O que mais vê de interessante na escola são seus cinco amigos e a professora, quando esta apóia as tarefas. Quando ela briga, mesmo que com os outros, ela se torna chata, também com

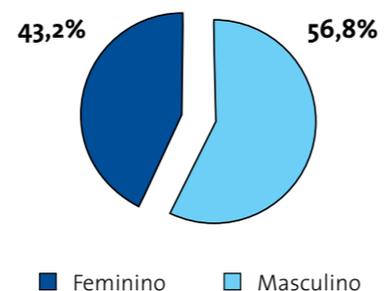
ele. Mora com sete irmãos, sendo todos da mesma mãe e de dois pais diferentes. A renda familiar é de aproximadamente R\$ 200,00 mensais. Quem cuida de todos são a avó e o avô, que têm como renda a aposentadoria, a bolsa do PETI e a venda de sucata, feita eventualmente. A mãe mora em São Paulo e, de vez em quando, traz dinheiro e o visita, em média a cada quatro meses.

Um dos trabalhos de Adriano consiste em ajudar a avó na feira. Lá eles fazem algumas pequenas compras e pegam alguns alimentos descartados. A pior parte é a volta, quando ele, com outros irmãos, têm que trazer as sacolas até chegar em casa. Ele também faz muitas tarefas domésticas e de forma cotidiana, especialmente faxina: varre a casa e o quintal e lava o banheiro. Adriano não sabe quem é seu pai, tem apenas uma imagem dele, formada a partir do que lhe contam a seu respeito. Diz ser evangélico. Chegou à igreja por intermédio da irmã, que o matriculou na evangelização infantil, que acontece aos domingos. Na igreja, não pode contar que faz balé, pois essa atividade não é bem vista.

Um recorte de gênero no trabalho infantil

Na população estudada, a distribuição é de 57% de meninos e 43% de meninas, conforme citado anteriormente (Gráfico 1). Essa distribuição é praticamente a mesma nos 17 municípios pesquisados, só se alterando naqueles com um número pequeno de crianças e em Diadema, onde o número de meninos entrevistados foi bem maior do que o de meninas. É um percentual próximo à distribuição da população nesta faixa, etária na região Sudeste. No Estado de São Paulo, das 642.087 crianças

Gráfico 1. Distribuição da população por gênero



FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008

10. Distribuição das crianças que trabalham por tipo de trabalho e sexo (em %)

Tipo de trabalho	Masculino	Feminino	Total
Trabalho em situação de rua	68,2	31,8	100,0
Trabalho doméstico na própria casa	42,1	57,9	100,0
Trabalho de situação de rua e doméstico na própria casa	50,8	49,2	100,0
Trabalho para terceiros	54,1	45,9	100,0
Trabalho para terceiros e na rua	66,3	33,7	100,0
Trabalho para terceiros e doméstico na própria casa	35,7	64,3	100,0
Todos os três tipos	63,9	36,1	100,0

FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008

e adolescentes que trabalham, 259.144 são meninas, segundo dados da PNAD.

Dentre os entrevistados, ficou evidente que o percentual de meninos envolvidos com o trabalho (59,3%) é maior do que o de meninas (40,6%). Isso já havia sido constatado em pesquisas anteriores sobre trabalho infantil⁵.

Das crianças e adolescentes que trabalhavam apenas na rua, a maioria, 68,2% era do sexo masculino e 31,8% do sexo feminino, o

mesmo aconteceu com o percentual do trabalho para terceiros, 54,1% dos envolvidos eram meninos e 45,9% eram meninas (Tabela 10).

Por outro lado, o trabalho doméstico em casa é desenvolvido majoritariamente por meninas. 57,9% das entrevistadas que trabalhavam desenvolviam trabalho doméstico na própria casa, contra 42,1% dos meninos, ainda que estes últimos tenham presença marcada neste tipo de trabalho, tanto em sua forma

⁵ A PNAD 2006 indicava que, na região sudeste, 56,7% dos trabalhadores infantis eram meninos e 43,3% meninas.

11. Distribuição dos que trabalham para terceiros por tipo de atividade

Tipo de trabalho	Nº	%
Ajuda pai ou mãe	136	31,6
Doméstico	78	18,1
Serviços	61	14,2
Comércio	28	6,5
Produção de bens	27	6,3
Agricultura	8	1,9
Outros	92	21,4
Total	430	100

FONTES: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008

pura, quanto em combinação com o trabalho em situação de rua⁶ (Tabela 11).

A pesquisa também identificou o caso de meninas que realizavam trabalho doméstico para terceiros, com remuneração. Esse tipo de trabalho representou o segundo maior per-

centual (18,1%) do trabalho para terceiros.

Vale lembrar que, desde 12 de setembro de 2008, está em vigor o Decreto 6.481 que proíbe que adolescentes menores de 18 anos trabalhem como domésticos. Antes era legal a contratação, desde que registrada em carteira, de maiores de 16 anos.

Apesar de a pesquisa não apontar dados específicos sobre isso, a partir de outras pesquisas e da literatura já disponível sobre o tema, é possível inferir que a forma básica de inserção das mulheres no mercado de trabalho, como assalariadas, ainda se dá por meio do emprego doméstico. Em termos do total da ocupação feminina no Brasil, o trabalho doméstico para terceiros é o que tem mais peso, aparecendo em primeiro lugar nas pesquisas do PNAD. Isso também foi explicitado na pesquisa, a partir do levantamento do tipo de ocupação das mães, já que 55% delas ou responsáveis mulheres que trabalhavam exerciam o trabalho doméstico para terceiros.

O trabalho infantil doméstico para terceiros, ainda que se constitua numa prática ilegal e criminosa, é bem comum, no caso de meninas, particularmente as negras.

Cerca de 3% delas, que têm de 10 a 17 anos, são trabalhadoras domésticas em Belo Horizonte, Recife e São Paulo; em Salvador essa proporção é de quase 4%⁷. Além disso, constitui-se de forma absolutamente particular, ou seja, a própria convivência no espaço privado dos padrões gera ambigüidade nas relações de trabalho e confusão entre os papéis desenvolvidos no âmbito do trabalho e no âmbito familiar.

As crianças e os adolescentes que exercem o trabalho doméstico para terceiros, geralmente trabalham na própria casa para terceiros (a exemplo das lavadeiras de roupa e das babás), ou na casa de outras pessoas e são remuneradas para isso. Nesses casos, a relação com o empregador pode se tornar ainda mais complexa, porque, quando o trabalho é realizado por uma criança ou adolescente, as garantias trabalhistas ficam ao arbítrio do empregador.

Em outras palavras, “quando a garantia de justiça está disposta ao bom senso da subjetividade e não da objetividade de um Estado social de direito, contraria os critérios de proteção da criança preconizados nas Conven-

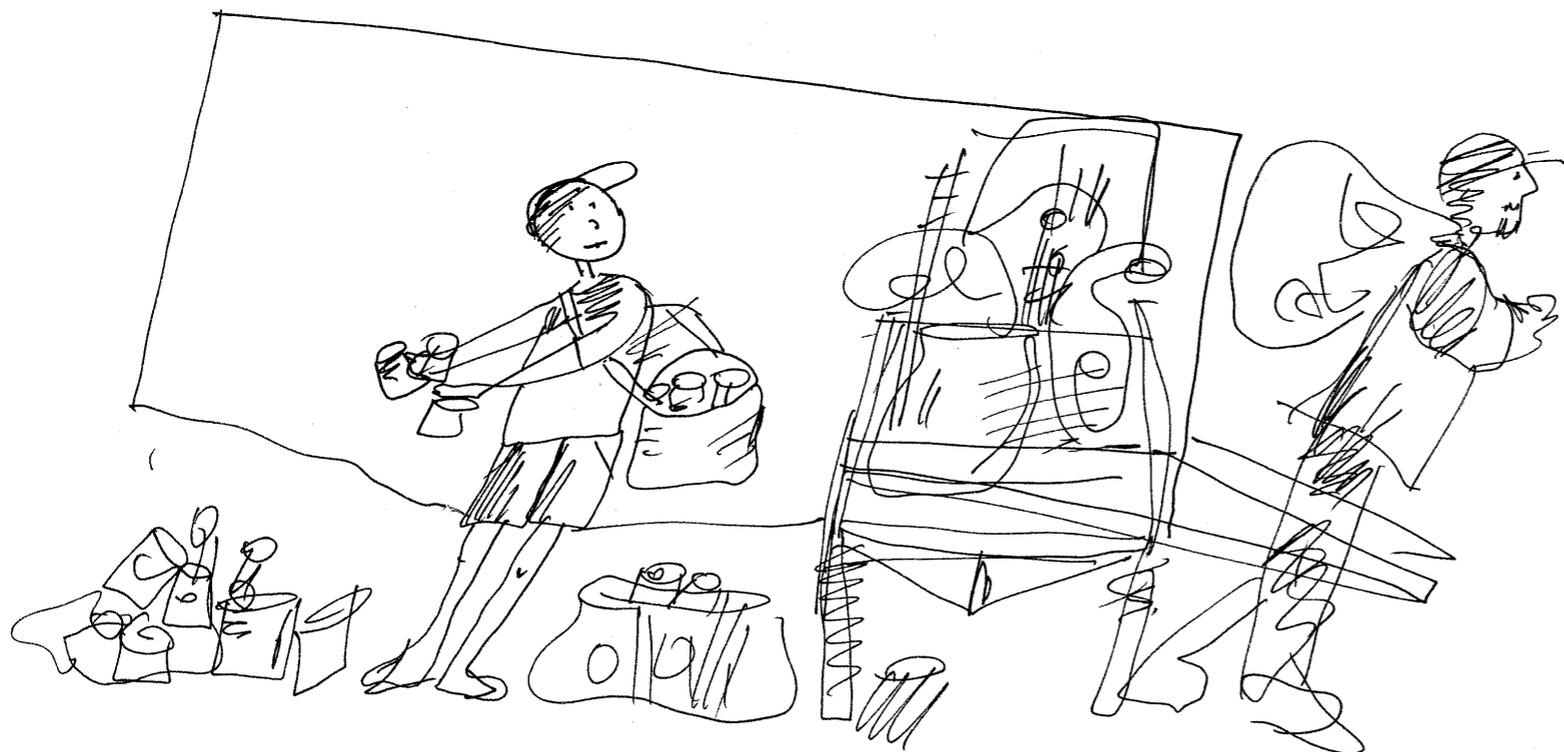
ções nº 138 sobre a idade mínima de admissão no trabalho e a nº 182 da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil, ratificadas pelo Brasil” (OIT, 2005).

É preciso levar em consideração que o desenvolvimento da história da humanidade, tanto do ponto de vista cultural quanto material, acabou por delimitar atribuições sociais a homens e mulheres e que, no caso das mulheres, infelizmente, essas atribuições foram definidas tomando como referência as diferenças biológicas naturalizadas como sociais, para justificar a superioridade de um gênero em detrimento do outro. Pode-se identificar, a partir daí, e pelo que foi coletado na pesquisa, que o trabalho doméstico, sendo realizado majoritariamente por meninas, acaba contribuindo para reproduzir essa diferenciação dos papéis de gênero existentes no seio da sociedade, no qual a mulher ocupa lugar desprivilegiado. E mais: contribui para induzir que essas meninas tenham como única perspectiva de trabalho futuro o trabalho doméstico, seja ele realizado na própria casa ou na casa de terceiros.

⁶ Nesses dados, constam apenas a porcentagem na atividade citada, não constam os casos em que se somam mais de uma atividade.

⁷ Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego Elaboração: DIEESE. Obs.: Cor negra = pretos + pardos. Dados publicado no relatório “Trabalho Doméstico e Igualdade de Gênero e Raça: desafios para promover o Trabalho Decente no Brasil”, da OIT, Escritório Brasil.

5 As piores formas de trabalho infantil



A OIT, por meio de sua **Convenção 182**, definiu o que deveria ser considerado como as piores formas do trabalho infantil. A pesquisa, realizada com as crianças e adolescentes atendidos pelos projetos apoiados pelo Programa Pró-Menino, não abordou, no questionário aplicado junto à população, as atividades relacionadas ao tráfico de drogas ou prostituição, as quais poderiam causar constrangimento às crianças e adolescentes entrevistados. Dessa forma, não foi possível identificar, de forma quantitativa, a inserção de crianças e adolescentes nessas piores formas de trabalho.

Por outro lado, na etapa qualitativa, por indicação dos educadores ou por meio das visitas realizadas às casas das famílias dessas crianças e adolescentes, foi possível perceber alguns tipos de atividades que podem ser en-

quadradas nesta categoria. Temos, portanto, um claro indício de que essa situação ocorre também entre os atendidos no âmbito do Programa Pró-Menino e, por isso mesmo, merece atenção.

Foram relativamente frequentes histórias de famílias, crianças e adolescentes que trabalham em contextos de muita exposição a riscos, sobretudo aqueles em situação de rua, nos lixões. Isso ocorre, contudo, também em famílias que vivem muito próximas das atividades do narcotráfico, ora porque alguns dos membros participaram do chamado “mundo do crime”, ora porque são famílias muito pobres, ora porque mães, madrastas ou tias são enredadas nos circuitos da prostituição, o que pode expor as crianças e os adolescentes da casa ao assédio e à exploração sexual, sobretudo as meninas.

Nesta situação de privação, destacam-se três modalidades das piores formas de trabalho infantil encontradas durante a pesquisa, que puderam ser relativamente bem caracterizadas, sob o prisma qualitativo.

Exploração do trabalho por grupos criminosos

Mesmo que o “mundo do crime” nas periferias urbanas represente apenas uma pequena parte da circulação de capital dos negócios ilícitos, é a parte mais marcada pela violência armada, da qual muitas vezes crianças e adolescentes são vítimas. Esse universo local inclui tanto o narcotráfico quanto as “subcontratações” de adolescentes para assaltos, roubos e furtos, quase sempre marcadas por risco de conflitos armados com a polícia.

Esse é, por exemplo, o caso de Jardel que, aos 17 anos, já foi internado cinco vezes na Fundação Casa, sempre por furtos ou roubos pequenos. Seu irmão mais velho foi assassinado há dois anos, aos 16, quando assaltava uma farmácia, tendo sido “subcontratado” por traficantes do bairro. A mãe de Jardel morreu atropelada enquanto coletava material reciclado, ainda que haja suspeitas de suicídio por não agüentar ver o envolvimento dos

filhos com o crime. No momento da pesquisa, Jardel estava cumprindo Liberdade Assistida e freqüentando o projeto do contraturno diariamente, onde fazia parte do Agente Jovem. Continuava, porém, ainda bastante próximo aos circuitos do crime no bairro. O pai de Jardel, alcoólatra convertido ao neopentecostalismo, mantém a casa com uma renda de R\$ 600,00, que ganha como pedreiro, e recebe mais R\$ 54,00 do Programa Bolsa Família.

Nos relatos dos pesquisadores sobre as famílias visitadas, foi possível constatar casos de vulnerabilidade de famílias, crianças e jovens a esses circuitos de atividades ilícitas, e de modos muito distintos. O relato sobre a família de Norberto exemplifica um pouco essa situação. Norberto, que tem 9 anos, estuda de manhã e freqüenta a jornada ampliada. O menino costuma trabalhar entregando panfletos. Mora com os avós maternos e a mãe, que tem 27 anos, é solteira e está grávida do quarto filho. A mãe também entrega panfletos, deixando evidente que foi ela que iniciou o garoto nesse trabalho. A família recebe R\$ 60,00 do Programa Bolsa Família.

A mãe afirma que Norberto é um menino tranquilo, que frequenta a escola e gosta das atividades da jornada ampliada. Norberto ajuda em casa cuidando da irmã e, de vez em quando, limpa a cozinha. No entanto, infor-

mações coletadas anteriormente indicam o envolvimento da família com o tráfico de drogas. O tio de Norberto é o principal traficante da região e a mãe é usuária e dependente química de cocaína. Alguns depoimentos coletados indicam que Norberto está servindo de “aviãozinho” no bairro.

O tráfico de drogas e outras atividades ilícitas do “mundo do crime” envolvem, sobretudo, o trabalho masculino, que se inicia geralmente entre 10 e 13 anos de idade, mas que se torna mais frequente entre os 14 e os 18 anos (DOWNEY, 2004). A escolaridade dos adolescentes envolvidos nessas atividades é sempre muito defasada. Apesar dessa regularidade sociológica evidente, o fenômeno é múltiplo em suas formas de relação com outros atores sociais – família, escola, serviços sociais etc. Os casos de Jardel e Norberto exemplificam essa dimensão da heterogeneidade interna e da complexidade deste fenômeno, bem como dos contextos em que ele se insere.

Exploração sexual

A exploração sexual de crianças e adolescentes está também entre as piores formas de trabalho infantil e se constitui como um fenômeno bastante complexo, sobretudo,

porque envolve diversas formas de aliciamento. Esse é um problema que acomete principalmente as meninas, mais especificamente a partir dos 13 anos de idade, embora tenha havido relatos – em algumas das cidades pesquisadas – da existência de circuitos que exploram crianças de 11 e 12 anos de idade.

Ainda que não haja indícios concretos de que Ana – que tem 14 anos e cursa a 7ª série – esteja sendo explorada sexualmente, sua mãe desconfia de que ela esteja sendo aliciada. Isso porque ela tem faltado muito às aulas e costuma pular o muro da escola para matar aulas, não dando explicações de para onde vai. Houve um episódio em que a adolescente sumiu por dez dias e foi encontrada em outra cidade – longe de onde mora, na companhia de mais quatro amigas. Segundo relato da mãe, as meninas não tinham dinheiro para voltar para casa e foram “abrigadas” na casa de um homem e seus amigos, o que gerou desconfiança por parte da mãe. Ana também faz bicos na rua, entrega de panfletos, toma conta de carros e, aos sábados, colabora em uma obra, carregando tijolos, blocos e outros materiais de construção.

Exploração sexual

“A exploração sexual de crianças e adolescentes tem maior incidência em determinados cenários, com características de demanda que levam à propagação deste crime contra a infância e adolescência. Exemplo disso é o setor do Turismo, onde redes hoteleiras e de serviços podem estar vulneráveis a ter em sua cadeia produtiva exploradores, facilitadores e/ou usuários da rede de exploração. De forma similar, empresas de Transporte, ou que se utilizam deste tipo de serviço, devem atentar ao fato de que caminhoneiros contratados por elas podem ser vistos e abordados como potenciais clientes pelas redes de exploração, devendo assim adotar medidas práticas para erradicar este risco de suas cadeias de valor. Outros cenários suscetíveis à exploração sexual são grandes canteiros de obras e Internet.”

Itamar Gonçalves

Coordenador de Programas da
Childhood Brasil

Durante a pesquisa, notou-se que a exploração sexual costuma ocorrer tanto em circuitos comerciais da prostituição, a partir de um atendimento especializado, quanto em circuitos sociais vinculados a atividades ilícitas e envolvimento de adolescentes nas redes de sociabilidade do tráfico de drogas, por exemplo. Além disso, e especialmente nas cidades médias e pequenas, a exploração sexual foi identificada como atividade que passa setores das classes médias e elites locais. Praticados, neste último caso, em festas em chácaras ou casas de prostituição, muitas vezes os serviços sexuais de adolescentes de baixa renda não são remunerados, mas considerados como contraprestação, por permitirem sua convivência com pessoas de outro status socioeconômico, recebendo presentes ou mesmo comida. É o que acontece, por exemplo, com Janaína.

Relato de Janaína

Não pude visitar a família de Janaína, num bairro da periferia da cidade. Ninguém recomendou, ou melhor, todos recomendaram que não o fizesse. Essa menina de 15 anos, de voz baixa, matriculada na 8ª série do Ensino Fundamental, é filha de um traficante e homicida conhecido no bairro onde vive. Dizem que ele é imprevisível: poderia me receber como um amigo antigo, poderia me agredir ou até coisa pior. Por via das dúvidas, evitamos a visita. Mas o caso me foi apresentado, ainda assim, por educadores que a atendem. Depois conversei pessoalmente com Janaína, durante mais de uma hora.

Sua mãe morreu quando ela tinha um ano de idade, em circunstâncias desconhecidas. Foi criada pelas avós materna e paterna, em alternância, e frequentou o Conselho Tutelar desde tenra infância. A situação familiar era tão instável que Janaína foi encaminhada judicialmente para um abrigo, onde permaneceu por um ano. O pai tem muitos filhos, mas só registrou formalmente a paternidade no caso dela. Ela não soube dizer quantos irmãos têm, mas crê serem mais de cinco. Sabe que sua mãe tinha outra filha mais velha, com a qual ela não se dá.

Janaína passou os últimos anos “muito revoltada” e fugiu para cidades vizinhas algumas vezes, onde foi parar em casas de prostituição,

sendo resgatada, seguidas vezes, pelo Conselho Tutelar. Seu pai se casou recentemente e Janaína passou a namorar o filho de sua madrasta, de 17 anos de idade. O adolescente está foragido da justiça por não cumprir a medida sócioeducativa de Liberdade Assistida, condenado por tráfico de drogas. Passou três meses preso em cadeia de adultos, antes de ser julgado.

Janaína não vivia mais com o pai, mas com duas amigas (prostitutas) e com seu namorado. Consome maconha, cocaína e “mesclado” diariamente. Não sabe se é viciada, porque nunca tentou parar. Frequenta os circuitos de exploração sexual infantil, conhecidos na região, como “esquemas”. Você não sabe o que é esquema, moço? Trata-se de eventos em chácaras nos arredores da cidade, onde rapazes da elite local fazem festas, para as quais convidam adolescentes pobres. Os serviços sexuais dessas adolescentes são prestados em troca de status, churrasco e cerveja. Janaína descobriu que estava grávida no dia em que a entrevistei. Estava preocupada, sobretudo com a reação do namorado: ele podia não gostar.

O caso de Janaína representa bem a multiplicidade de fatores envolvidos nesta forma de exploração do trabalho infantil, e a complexidade de atores envolvidos em sua caracterização.

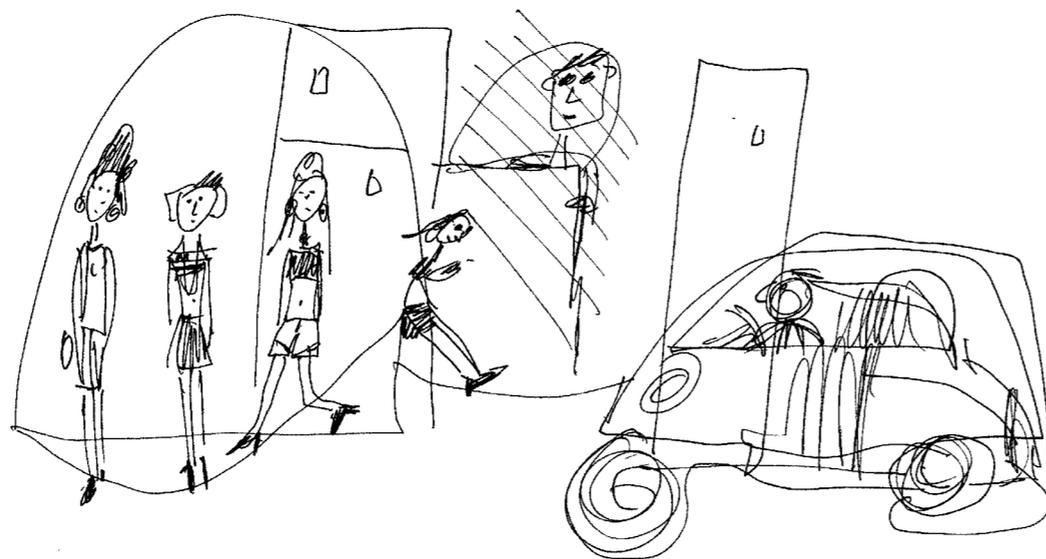
Responsabilidade de todos

“As situações de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes costumam trazer uma difícil tarefa aos profissionais de educação, saúde, dos Conselheiros Tutelares etc, que integram a rede de proteção: a de abordá-los e ou ouvi-los sobre a violência sofrida. Escutar essas histórias não é uma tarefa fácil, e exige cuidado e atenção dos adultos com os quais crianças e adolescentes contam para mudar sua realidade. A partir da notificação por meio dos canais

existentes de denúncia, destacando-se o Ligue 100 (Disque-Denúncia nacional) e os Conselhos Tutelares, deve-se definir o fluxo de atendimento adequado, com participação dos profissionais da rede de proteção, que devem encaminhar os casos de forma ágil e integrada, garantindo o atendimento de crianças e adolescentes com prioridade absoluta, reduzindo as consequências negativas e a revitimização.”

Itamar Gonçalves

Coordenador de Programas da Childhood Brasil



Trabalho em regime análogo à escravidão.

Dos 54 casos estudados na dimensão qualitativa da pesquisa, o caso de Joaquim, de 15 anos, pode ser classificado como o de trabalho análogo à escravidão. Embora a ocorrência deste tipo de trabalho infantil seja muito mais freqüente na zona rural, a pesquisa captou, também na cidade, uma forma de trabalho insalubre, noturna, perigosa, na qual o adolescente não tem folgas semanais e recebe uma remuneração que nunca chega sequer a valor próximo da promessa do empregador.

É que o acontece com o Joaquim, que trabalha todas as noites, da 1h da madrugada até as 8 horas da manhã, por um salário de R\$ 450,00. No entanto, a alimentação de Joaquim é descontada desse valor, o que faz com que haja meses em que ele não receba mais do que R\$ 70,00 por trinta noites trabalhadas. Além disso, Joaquim não está frequentando a escola. A pesquisa chegou a Joaquim por meio do irmão, Francis, de 14 anos, que estuda e frequenta o projeto. Eles moram numa casa com 12 pessoas e somam uma renda média mensal de R\$ 700,00, entre auxílios de programas sociais e a cesta básica do ex-marido da mãe.

Neste caso, embora não haja coerção física ou trabalho forçado por restrição à liberdade de circulação, há claramente coerção moral para o trabalho. O empregador é o pai, separado da mãe, que não paga pensão, e o adolescente assume a tarefa de arrimo de família. Outra característica que assemelha esta forma de trabalho à escravidão por dívidas é a promessa de um salário elevado no contexto em questão e que, no entanto nunca se realiza, pois são sempre descontados os gastos com alimentação do trabalhador infantil, realizados no próprio local de trabalho, também de propriedade do empregador.



6 Mudanças após um ano de participação em projetos

Para verificar possíveis mudanças nas condições das crianças e adolescentes atendidos pelos projetos parceiros do Pró-Menino, após um ano de participação, o mesmo questionário usado no momento da entrada foi reaplicado. Devido à mobilidade de algumas crianças para outros programas, só foi possível fazer esse acompanhamento em 2008, com 1.097 das 2.541 crianças e adolescentes que ingressaram nos projetos em 2007. A comparação dos resultados das duas aplicações do questionário buscou verificar em que medida os projetos estavam sendo eficazes em reduzir ou prevenir o trabalho infantil.

De fato, os dados mostram que houve, nesse grupo de aproximadamente mil crian-

ças e adolescentes atendidos, uma redução do número dos que estavam trabalhando: eram 555 na primeira entrevista, passando para 491 na segunda. Já os que não trabalhavam passaram de 531 para 601. Na primeira fase, havia mais crianças e adolescentes trabalhando (51,1%) do que não trabalhando (48,9%). Isso se inverte na segunda fase, quando 45% deles trabalham, contra 55% que não trabalham¹ (Tabela 12, p. 66).

Essa variação na quantidade de crianças e adolescentes trabalhadores resulta de dois movimentos opostos: o dos que trabalhavam à época da entrada do programa e, após um ano, deixaram de fazê-lo e o dos que, no início, não trabalhavam, mas depois passaram

¹ O total das tabelas 12 e 13 não corresponde ao número de 1.097 crianças e adolescentes, em decorrência de algumas delas não terem respondido às questões.

12. Distribuição da amostra conforme presença de trabalho infantil e fase do programa

Situação	ENTREVISTA	
	1ª	2ª
Trabalha	555	491
Não trabalha	531	601
Total	1086	1092

FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil (fases 1 e 2)

a fazê-lo. No primeiro caso, trata-se de um movimento positivo, que podemos identificar como retirada do trabalho. No segundo caso, o movimento é negativo, pois significa que não houve sucesso na prevenção, ou seja, não se conseguiu evitar que algumas crianças, tidas como vulneráveis, de fato acabassem ingressando no trabalho precocemente.

Para dar conta desses dois fatores – retirada e prevenção – na avaliação dos resultados do programa no combate ao trabalho infantil, foram consideradas duas taxas de retirada do trabalho infantil: a bruta e a líquida. A taxa bruta corresponde à taxa de retirada,

pois considera somente as crianças e adolescentes que, à medida que passam a participar dos projetos, deixam de trabalhar. Já na taxa líquida, desconta-se desse montante o número de crianças que não trabalhavam no início, mas que passaram a trabalhar durante o período estudado.

A partir desses parâmetros, como mostra a tabela 13, chega-se aos seguintes resultados quantitativos:

- De 553 crianças e adolescentes que trabalhavam ao ingressarem no programa, 234 não trabalhavam mais após um ano

13. Cruzamento entre presença de trabalho nas fases 1 e 2

1ª FASE	2ª FASE		Total
	Não trabalha	Trabalha	
Trabalha	234	319	553
Não trabalha	360	168	528
Total	594	487	1081

FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008

de participação, o que significa uma taxa de retirada bruta de 42%.

- Do total de 528 crianças e adolescentes que não trabalhavam ao ingressar, 360 continuaram não trabalhando após um ano, o que significa uma taxa de prevenção de 68%.
- 66 é o número ao qual se chega ao subtrair do número de retirados (234) o número dos que não trabalhavam no início, mas depois passaram a trabalhar (168),

o que significa que a taxa líquida de retirada, ou taxa de eficácia no combate ao trabalho infantil, é de 12%.

Apesar da diminuição no número de trabalhadores seguir certa regularidade nos vários tipos de trabalho, algumas diferenças chamam a atenção: o “trabalho em situação de rua” teve uma queda acima da média (8,20% de queda) e o “trabalho doméstico na própria casa” teve um pequeno aumento de 2,4% (Tabela 14).

14. Distribuição da mostra conforme tipo de trabalho e fase (em %)

	1ª Entrevista	2ª Entrevista
Trabalho para terceiros	2,80	3,80
Trabalho para terceiros e na rua	2,80	2,80
Trabalho para terceiros e doméstico na própria casa	0,70	0,50
Todos os três tipos	0,70	0,50
Trabalho em situação de rua	27,30	19,10
Trabalho em situação de rua e doméstico na própria casa	4,90	4,50
Trabalho doméstico na própria casa	7,70	10,10
Não respondeu	53,10	58,60
Total	100,00	100,00

FONTE: Pesquisa Diagnóstico do Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil, 2007 e 2008

Quanto à redução do número de crianças e adolescentes trabalhando em situação de rua, verificamos que entre 90% e 100% dos que lavavam vidros de carros, distribuíam panfletos, cuidavam de carros, vendiam frutas, balas ou chocolate, faziam malabarismo ou engraxavam sapatos, deixaram de fazê-lo. Uma redução menor se dá entre as crianças que catavam latas: 53%.

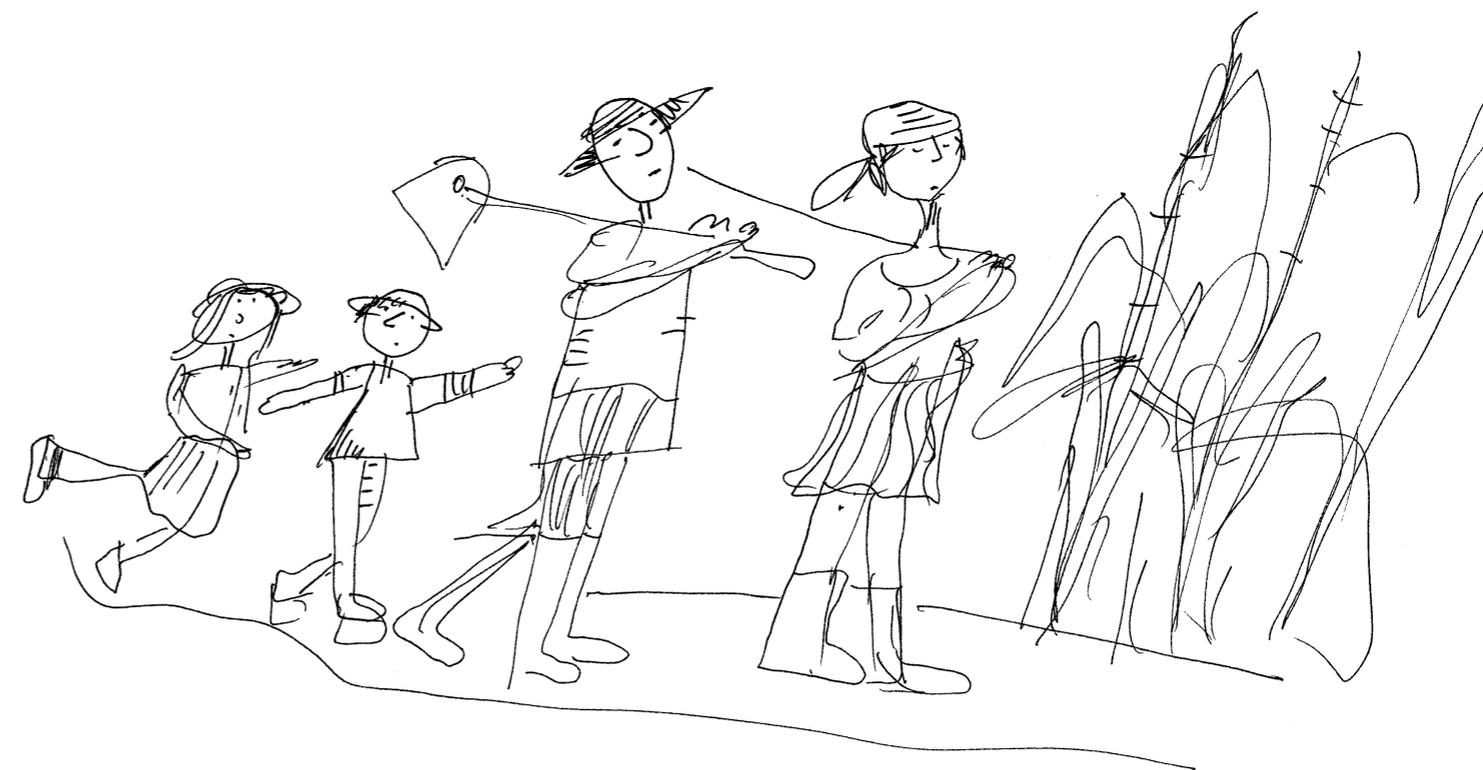
Analisando o efeito do programa pelo sexo dos participantes, constata-se que houve um impacto maior sobre os meninos (queda de 9,3%) do que sobre as meninas (queda de 2,8%), o que pode estar relacionado à maior dificuldade em combater o trabalho doméstico feito na própria casa, conforme já foi dito anteriormente. Já em relação à distribuição da amostra por grupo de idade e presença de trabalho, embora a redução na quantidade de trabalhadores seja um tanto homogênea, nos três grupos de idade ela aumenta conforme aumenta a idade das crianças e adolescentes, passando de 3,7% no grupo de 5 a 9 anos para 5,4% no grupo de 10 a 13 e para 7,8% no grupo de 14 a 17 anos.

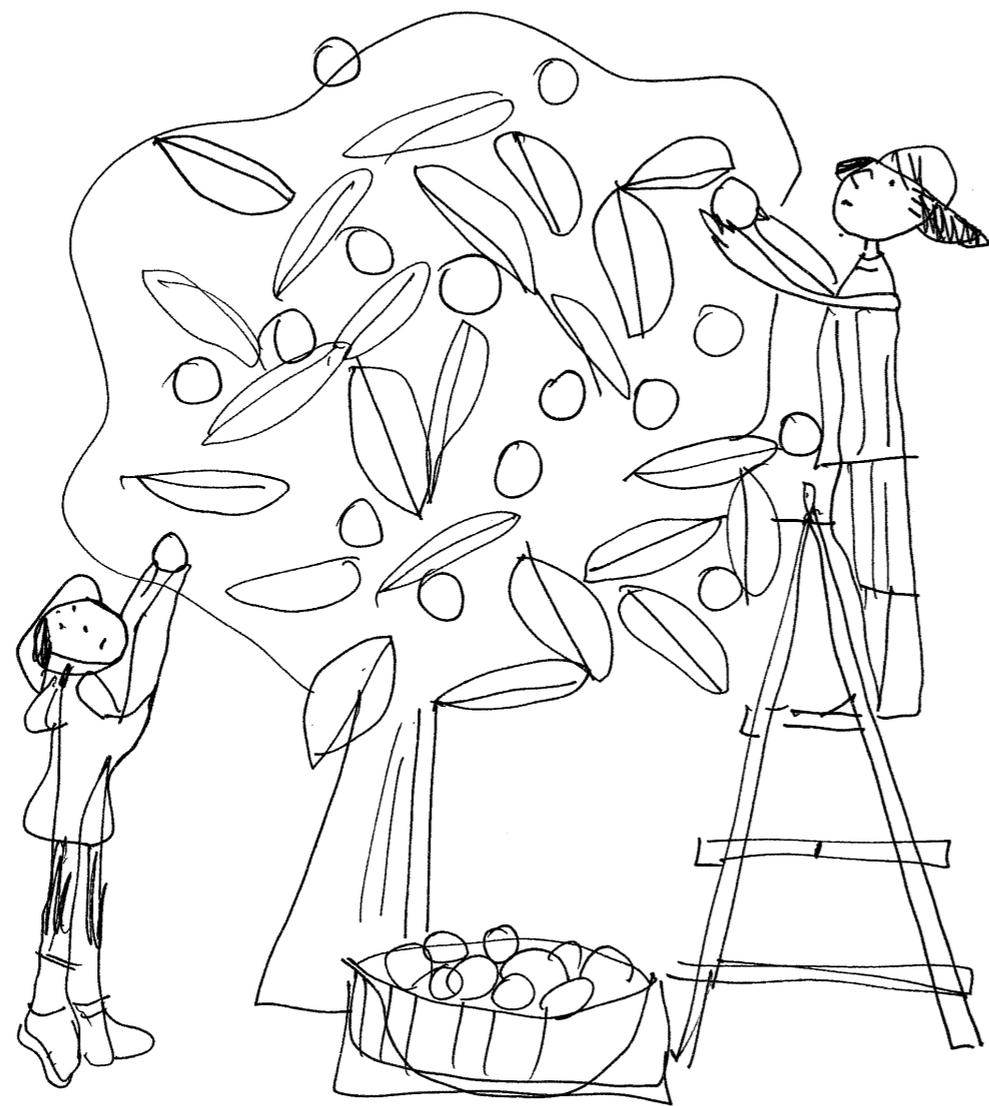
O que se pode concluir, portanto, é que a participação das crianças e dos adolescentes em projetos de atendimento complementar à escola desenvolvidos pelas entidades parceiras do Pró-Menino teve um efeito no combate

ao trabalho infantil. A maior redução se dá no trabalho em situação de rua e a menor, no trabalho doméstico feito na própria casa. Quanto ao trabalho em situação de rua, o fato da redução do número de crianças dedicadas à reciclagem não ter sido tão expressivo quanto as outras modalidades, combinado ao fato de que a redução do trabalho infantil é menor no grupo de 5 a 9 anos, – que é o grupo que está mais envolvido nessa atividade – mostra que há dificuldade no combate a esse tipo de trabalho. O aumento no trabalho doméstico feito na própria casa também mostra-se difícil de combater, o que penaliza mais as meninas, as quais exercem, mais que os meninos, este tipo de ocupação.

Os dados são sugestivos e convidam a um maior aprofundamento. Porém é preciso reconhecer um limite metodológico na forma como eles foram coletados, uma vez que não se produziram dados mais precisos sobre o tempo – em termos de horas diárias ou semanais – que as crianças e adolescentes dedicam ao trabalho. A informação mais aproximada que temos a respeito refere-se aos períodos da semana (2ª a 6ª ou sábado e domingo) em que a atividade é realizada. Poderíamos supor um grau de eficácia maior, se considerássemos a diminuição do número de horas semanais disponíveis para o trabalho quan-

do as crianças têm jornada escolar ampliada ou participam de programas complementares. Outros estudos semelhantes poderiam explorar formas de recolher informações mais precisas sobre esse assunto.





7 Potencialidades e limites da rede de proteção social

As informações coletadas na pesquisa indicam que o fator renda é fundamental para a ocorrência do trabalho infantil, embora as crianças e os adolescentes trabalhadores, a depender da forma do trabalho infantil em questão, sejam provenientes de famílias em melhor ou pior situação, dentro do extrato de renda baixa. Apesar disso, quase todas as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil estão matriculados na escola regular e são atendidos por entidades sociais. Frequentemente seus familiares têm contato e acionam as instâncias dos programas de assistência social e transferência de renda.

Os resultados sugerem, no entanto, que, apesar da existência desses programas e informações que visam à prevenção e combate ao trabalho infantil, sua ação ainda não é suficientemente articulada e eficaz. Apesar das

contribuições das famílias, das escolas e entidades sociais, cuja relevância é inquestionável, há ainda um contingente bastante considerável de crianças e adolescentes submetidos a índices elevados de vulnerabilidade social – sendo alguns desses casos dramáticos, o que demanda esforços de ampliação, qualificação e articulação dos serviços de proteção social atualmente existentes.

Para além da família, que esteve presente em todos os casos estudados, os resultados do estudo realizado nos projetos apoiados pelo Programa Pró-Menino mostram que as crianças e adolescentes atendidos têm acessado diversas outras instâncias da rede de proteção de direitos, tais como a escola, as entidades assistenciais e comunitárias, entidades religiosas, de bairro ou municipais, além de por vezes se beneficiarem também

dos serviços dos Conselhos Tutelares e de políticas sociais de diferentes instâncias, mas, sobretudo, do PETI e do Programa Bolsa Família. As percepções das famílias acerca dessa rede de proteção, entretanto, são bastante desiguais e fragmentadas. Os entrevistados não percebem cada uma delas como parte de uma mesma estratégia de proteção social, certamente porque falta integração efetiva entre elas.



Os limites dos programas

“Na avaliação do Fórum Nacional, os programas de transferência de renda e, em especial, o primeiro que foi instituído, que é o PETI, criado em 1996, tiveram um impacto, num primeiro momento – nos cinco ou oito primeiros anos – tanto que houve uma redução mais significativa do trabalho infantil no Brasil. A proposta inicial do PETI era uma articulação de transferência de renda, com a retirada da criança do trabalho infantil e a inclusão ou manutenção dessa criança na escola, além de frequência às atividades complementares à escola, o que é de fundamental importância no enfrentamento do trabalho infantil, tanto na prevenção, quanto realmente na retirada. Soma-se a essa estratégia o apoio à família, na inclusão produtiva e na elevação da escolaridade dos membros adultos. A estratégia é abrir oportunidades para que os adultos assumam o papel provedor que lhes cabe e não precisem recorrer ao trabalho da criança, seja para complementar a renda ou, como acontece em muitos casos, como única fonte renda da família. Mas, ao longo do tempo, esse trabalho com as famílias não foi realizado a contento. Além disso, os programas – seja o PETI, seja o Bolsa Família – têm contribuído para melhorar a

frequência escolar, mas isso não garantiu que, diante o insucesso e da repetência, a criança não abandonasse a escola. Os últimos dados da PNAD 2007 apontaram que, comparando os grupos de crianças ocupadas e o grupo das que só estudavam, houve uma queda da escolarização das crianças que estudavam e trabalhavam em todas as faixas etárias e em todas as regiões brasileiras.”

Isa Oliveira

Fórum Nacional de Prevenção e
Erradicação do Trabalho Infantil.

Família

A configuração das famílias é fator relevante, do ponto de vista de maior ou menor vulnerabilidade ao trabalho. Se na zona rural, uma família ampliada era sinônimo de mão-de-obra abundante e de maior possibilidade de proteção, nas cidades, ela passa a representar mais desemprego e probabilidade de conflito interno. Com a instabilidade dos arranjos, visando à subsistência característica das periferias urbanas, as possibilidades de conflitos internos, que geram “desestruturação familiar”, aumentam.

Entre as famílias visitadas durante a etapa qualitativa, foram muito frequentes os casos de violência doméstica prévia ou ainda existente, que redundam frequentemente em famílias monoparentais femininas, em que especialmente as mães – mas também avós e tias – se responsabilizam sozinhas pelo cuidado das crianças e pelo sustento material da casa. Nessas condições, efetivamente há maior pressão, tanto pelo trabalho infantil doméstico quanto pela inserção precoce em atividades de geração de renda. E se o grupo familiar é vulnerável, a pressão por trabalho precoce afeta todo o grupo de irmãos.

Ainda que a velocidade e a consolidação dessas transformações sejam distintas – a

dependem do contexto urbano em que se inserem –, em todos os casos se tratou, aqui, de estudar famílias muito vulneráveis sob a ótica dos direitos da cidadania (direitos civis, sociais e políticos). A vulnerabilidade familiar expressa-se tanto pela baixíssima renda média – na dimensão qualitativa da pesquisa, fica evidente que as famílias estudadas têm renda quase sempre inferior a três salários mínimos – quanto pela alta taxa de desemprego.

Cabe ressaltar que, em alguns casos, as famílias estudadas estão muito vulneráveis à violência organizada, tanto por parte das organizações comerciais ilícitas, como o narcotráfico, quanto das forças repressivas do Estado. Ser “trabalhador” nas periferias urbanas, e como demonstram as descrições das trajetórias estudadas, seria não apenas um valor em si, como também um meio de prevenção, na medida em que o “trabalhador” se opõe ao “vagabundo” e, mais recentemente, ao “bandido”. Dada a proximidade de redes de atividades criminosas nos bairros periféricos, o fato da família promover a iniciação ao trabalho de suas crianças seria, também, uma estratégia de prevenção ao seu recrutamento por atividades ilícitas.

Em diversos casos, a precariedade das condições de vida, materializadas na baixíssima renda da família, agrava-se pela dificul-

dade dos adultos em encontrar emprego, pela fragilidade dos laços estabelecidos com a escola, com a repressão proveniente do Estado, por meio das polícias, às vezes até mesmo do Conselho Tutelar e com diversos outros atores sociais. Por vezes, o próprio território em que vive a família é controlado pelo tráfico de drogas, que deixa sempre abertas as possibilidades de participação produtiva dos adolescentes. Dentro desse quadro, muitas vezes as famílias preferem que o filho consiga gerar alguma renda em trabalhos lícitos a deixá-lo sem trabalho, à mercê de formas piores de exploração. O valor do trabalho, além de pensado positivamente, tem sido também relatado como uma forma de reação à tendência, em algumas situações mais visíveis, noutras não, de inserção de crianças e adolescentes em atividades ilícitas. Assim, em diversas situações, o trabalho infantil não significa uma opção, mas uma falta de opção.

Um fato preocupante constatado durante as entrevistas é que muitas famílias, em especial aquelas que de alguma forma estão envolvidas em atividades ilícitas, veem o Conselho Tutelar como um órgão de fiscalização e repressão, e não de proteção de seus direitos. Esta percepção, recorrente durante a pesquisa de campo, está evidentemente em descompasso com as normas legais que estabelecem

as funções dos Conselhos Tutelares. Tal percepção tende a dificultar a intersectorialidade da proteção dos direitos, por estabelecer uma situação de contraposição, quando não de confronto, entre a unidade primária de proteção – a família – e instâncias mais públicas de garantia de direitos, quando justamente elas deveriam atuar de modo complementar.

Escola

A escola é – em muitos casos – valorizada pelas crianças e adolescentes, ainda que se tenham verificado defasagens. Entretanto, algumas entrevistas revelaram situações de conflito entre os trabalhadores infantis e as instituições escolares, os quais resultaram em abandono. Não coube, no escopo deste estudo, dimensionar o sucesso e a efetividade das aprendizagens escolares conquistadas por essa população. Por outro lado, com base nos resultados das avaliações dos sistemas escolares no Estado de São Paulo e em informações sobre a precariedade de recursos materiais e humanos da maioria das escolas situadas nos bairros de periferia, é inevitável reconhecer a urgência na priorização de investimentos em projetos voltados à melhoria da qualidade da escola, discriminando positivamente as

regiões mais pobres. Nessas condições, é fundamental que as escolas se capacitem não só para realizar o trabalho que lhes é peculiar, mas também, e principalmente, para se reconhecer e atuar, de modo integrado, com outras instâncias de proteção social.

Entre os trabalhadores infantis, a escola tem sido percebida, majoritariamente, como um ambiente relevante para o estabelecimento de relações sociais, mas ainda pouco conectada às transformações das dinâmicas sociais que contextualizam, entre outras coisas, o trabalho infantil. Crianças e adolescentes referem-se à escola como espaço de sociabilidade e alimentação, e seus pais projetam sobre o ambiente escolar a imagem utilitária da preparação para o ambiente de trabalho. A dimensão dos currículos escolares e a própria questão da escola como espaço de construção de conhecimento formal, relacionado à formação integral e cidadã, passa majoritariamente ao largo das percepções da população estudada.

A diferença na educação

“As políticas sociais devem vir acompanhadas pelo fortalecimento do sistema educativo. Ainda há muito que fazer em relação à educação, seja do ponto de vista do acesso à educação, oferta de serviços, seja do ponto de vista da qualidade e do conteúdo da educação. A escola, neste momento, tem dificuldade de se contextualizar na comunidade em que está inserida, tem dificuldade de assimilar os problemas das crianças que estão nela matriculadas e tem dificuldade de ser atrativa para essas crianças. Por que

a criança prefere trabalhar a ir para a escola? Que benefício a criança está tendo no trabalho, que não está conseguindo ter na escola? A resposta a estas perguntas pode nos orientar sobre o que fazer para termos uma escola contextualizada, de melhor qualidade e muito mais atrativa. Ir a uma sala de aula onde a cadeira e a mesinha de escrever estão numa situação precária, onde o banheiro está numa situação precária, onde a alimentação não é mais adequada, onde, no caso do Norte e Nordeste, também há dificuldade de acesso, sobretudo na zona rural, onde se tem que caminhar 10 ou 15 quilômetros ou esperar por transporte escolar precário, [...] são fatores desestimulantes, tanto para o pai de família, tanto para a criança. Em relação ao trabalho, o benefício é imediato, é o dinheiro no bolso. A escola ainda precisa melhorar, e muito, em relação a essa satisfação imediata para a criança e para a família. Professores com condições salariais ainda bastante precárias, ou formação acadêmica para docência ainda deixando a desejar, são elementos que levam a todo um desestímulo da participação do adolescente ou da criança no sistema educacional.”

Renato Mendes

Organização Internacional do Trabalho

Atendimento educacional complementar

Além da escolarização, e pelas próprias características da amostra estudada, foi possível perceber que as crianças e adolescentes vulneráveis ao trabalho infantil têm participado de uma série de atividades complementares à escola, como as jornadas ampliadas, os programas recreativos, esportivos, culturais, religiosos etc. Evidenciou-se, entretanto, que para além desta amostra, selecionada justamente a partir das entidades e programas municipais de atendimento complementar, há uma demanda enorme sem ser atendida.

Andar por bairros de periferias urbanas acompanhado de educadores, assistentes sociais ou coordenadores de atividades é escutar, freqüentemente, famílias solicitando vagas para seus filhos. As listas de “demanda” das entidades sociais das periferias são invariavelmente enormes e, em alguns casos, ultrapassavam o número total de atendidos nos programas. Se praticamente todas as crianças já estão matriculadas na escola, no Estado de São Paulo, o atendimento complementar à escola – também muitíssimo relevante para a proteção social de crianças e adolescentes – atinge apenas uma porção minoritária da população das periferias urbanas.

Educação integral: uma responsabilidade

“É um trabalho da escola, do Conselho da Criança e do Adolescente, dos juizados, da promotoria e é um trabalho da sociedade, seja do aparelho Executivo, Legislativo, Judiciário, ou de qualquer pessoa [...] Em uma sociedade onde há diferenças, ficar neutro é ficar do lado de quem vai vencer. Neste caso, quem vai vencer é a miséria, a violência, é a degradação da vida daquela criança. Desse ponto de vista, não há neutralidade possível.”

Mário Sérgio Cortella

Professor e doutor em Educação



Transferência de renda

Praticamente todas as famílias visitadas na etapa qualitativa, por ocasião deste estudo, eram beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do PETI. Em algumas, a simples inserção nestes programas significou atenuação do trabalho infantil realizado ou mesmo a liberação de alguns dos irmãos das atividades produtivas – os responsáveis podem permanecer mais tempo em atividades não rentáveis, o que modifica positivamente a dinâmica familiar, garantindo condições melhores de promoção de direitos de suas crianças.

A interação entre o PETI e o Bolsa Família, através do Sistema Único da Assistência social, parece ainda ter favorecido a capilaridade dessa transferência de renda e sua otimização, portanto a ampliação do uso dos recursos destinados aos programas. Ambos os programas visam transferência de renda vinculada à participação dos beneficiários em outras atividades. O PETI transfere renda para a família, de acordo com o número de crianças em situação de trabalho infantil – sendo R\$ 25,00 per capita – e repassa ainda recursos para as entidades que são responsáveis por atender crianças e adolescentes em jornada ampliada. Esse repasse está vinculado à presença do atendido na escola e na jornada

ampliada. Há ainda uma terceira linha de atividades, voltadas para fomentar iniciativas coletivas de geração de renda. O Bolsa Família, por sua vez, também transfere renda para a família, de acordo com a renda familiar declarada e o número de filhos. O repasse dos recursos está vinculado, nesse caso, à presença das crianças em idade escolar matriculadas e ao acompanhamento médico básico das mesmas, como o calendário de vacinação, o pré e o pós-natal.

Há uma clara interface entre as famílias de baixa renda – público-alvo de atendimento pelo Bolsa Família – e aquelas nas quais as crianças trabalham – público-alvo do PETI. A articulação e integração dos cadastros dos programas, realizadas nos últimos anos, significaram, portanto, a possibilidade, no caso de uma família que se enquadre nos dois programas receber os recursos do Bolsa Família e de seus filhos participarem das atividades da jornada ampliada do PETI, de forma que não exista duplicidade de transferência de renda.

Entretanto, em função do limite de renda pelo qual se calcula quem pode beneficiar-se do Bolsa Família - R\$ 120,00 per capita/mês -, existem situações em que essa articulação das políticas não acontece – caso das famílias que possuem uma renda maior do que a permitida pelo Bolsa Família, nas quais, no

entanto, existem crianças em situação caracterizada de trabalho infantil. Nesses casos, se a família estiver inscrita apenas no PETI, deve receber, portanto, a bolsa e a jornada ampliada pelo PETI.

Este estudo, assim como vários outros realizados no Brasil junto a grupos vulneráveis, comprovam a relevância e a capilaridade das políticas públicas de transferência de renda. A correlação entre baixa renda e trabalho infantil já foi bastante demonstrada, e a presença recente de programas de transferência direta de renda é, sem dúvida, um passo fundamental na prevenção da exploração precoce da mão-de-obra. Tais políticas devem ser aperfeiçoadas e expandidas, inclusive com a participação de aportes dos governos locais e fundos privados, como já vem sendo experimentado em dois dos projetos visitados.

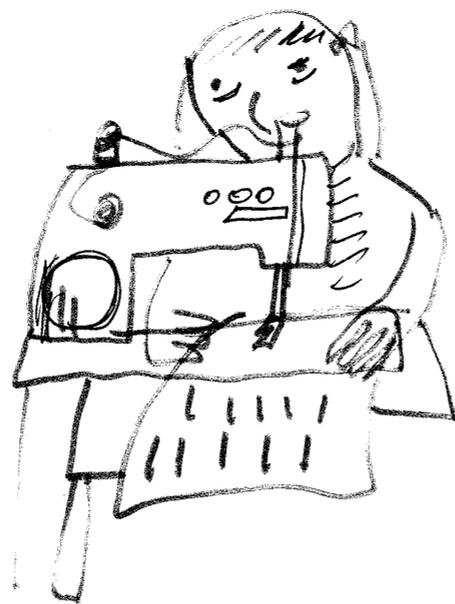
Mudança de foco

“Estudos do IPEA tem mostrado que a transferência de renda às famílias pobres, como é feito pelo Bolsa Família, tem impacto positivo na redução da miséria e da pobreza. Entretanto essa transferência de renda precisa estar articulada com a educação em tempo integral. Não basta apenas colocar na escola, é preciso uma perspectiva muito maior do que é direito das crianças, que envolve, além da escolarização, o acesso à prática esportiva e cultural, à saúde. Além disso, é preciso articular os programas educativos, escolares ou não escolares, com políticas de atendimento à família e de inclusão produtiva, para que elas não fiquem na dependência permanente da transferência de renda. O Brasil tem de mudar o foco do assistencialismo para a promoção de cidadania. Não basta atender as crianças. É preciso investir na melhoria da escolarização dos adultos, particularmente das mães, pois vários estudos indicam claramente que, quando a mãe tem maior escolaridade, ela protege os filhos, não só da exploração do trabalho infantil, como também de outras violências. É preciso investir na qualidade dos programas de educação complementar pois, sem parâmetros pedagógicos definidos, vamos confirmar o

que temos assistido de 2001 para cá, ou seja, o trabalho infantil vem se reduzindo muito lentamente, com momentos até de elevação, como se deu em 2006.”

Isa Oliveira

Fórum Nacional de Prevenção e
Erradicação do Trabalho Infantil.



De olho nas atividades ilícitas

Ao categorizar as piores formas de trabalho infantil, a legislação nacional e internacional tem como espírito destacar a vitimização de crianças e adolescentes, pelo caráter de exploração do trabalho infantil, pelo prejuízo que causam à formação de indivíduos em estágio peculiar de desenvolvimento e pela exposição a riscos elevados. Assim, essas crianças e adolescentes mereceriam, de acordo com os princípios legais, ações da família, da sociedade e do Estado que visassem sua proteção, e não sua repressão. Essa concepção, entretanto, é ainda contrária ao que professa o senso comum, que considera, muito comumente, a participação de crianças e adolescentes em circuitos ilícitos como atividade a ser punida, gerando criminalização desses indivíduos e de suas famílias.

Interpretações menos criteriosas do ECA, no que diz respeito aos artigos que diferenciam as medidas sócioeducativas para o caso de atos infracionais, embora as mantenha dentre as medidas de proteção, podem confundir a necessidade de proteção das crianças e adolescentes inscritas em atividades classificadas como as “piores formas do trabalho infantil.”

De olho no trabalho doméstico e na coleta de resíduos

O acompanhamento de um subgrupo de crianças atendidas pelos projetos reuniu indícios de que o trabalho doméstico na própria casa e a coleta de materiais recicláveis merecem uma atenção especial, na medida em que foram as atividades com menor taxa de retirada do trabalho após um ano de participação em atividades educativas complementares à escola.

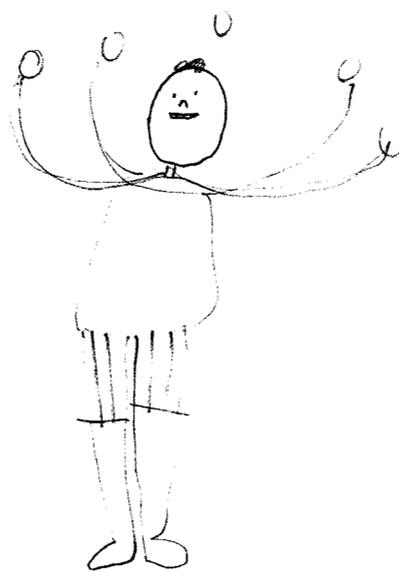
A legislação trabalhista já realizou avanços importantes na regulamentação do trabalho doméstico para terceiros, medida que pode beneficiar, em especial, as meninas. No caso do trabalho doméstico realizado na própria casa, entretanto, o debate precisa ser instaurado, em especial junto às famílias. Essa forma de ocupação, majoritariamente feminina, mas também importante entre os meninos, precisa ser melhor analisada. É preciso problematizar em que medida a ajuda das crianças e adolescentes em casa é prejudicial e potencialmente violadora de seus direitos. Por outro lado, em muitos casos, a exploração desse trabalho é a única alternativa, pois muitos pais e mães que trabalham fora de casa não contam com serviços de creche, tendo que confiar os filhos menores ao cuidados dos

adolescentes. O déficit de vagas em creches em São Paulo é enorme mas, graças à pressão de movimentos sociais e da intervenção do sistema de justiça, tem se conseguido que as famílias mais vulneráveis consigam as vagas de que precisam. Nesse sentido, os programas que atendem crianças a partir dos 5 anos podem orientar as famílias a buscar ou ajudá-las a reivindicar os serviços de atendimento aos bebês e crianças menores.

Frente à alta frequência de envolvimento de crianças com a coleta de materiais recicláveis nas ruas, atividade realizada também pelos adultos das famílias em situação mais vulnerável, seria muito recomendável que se expandissem ações que apóiam a realização desse tipo de trabalho de maneira mais digna, segura e rentável. Além de contribuir com a preservação do meio ambiente e atenuar o problema urbano de deposição de dejetos, a coleta e reciclagem de materiais vêm se constituindo como alternativas de geração de renda para famílias de baixa renda. Uma vez que tal atividade se organize em cooperativas com apoio dos poderes públicos, é mais fácil evitar o envolvimento precoce dos filhos desses trabalhadores numa atividade que pode ser danosa ao seu desenvolvimento.

Todos esses desafios apontam para a necessidade de mais integração das políticas

sociais e de políticas de promoção ao desenvolvimento econômico justo e sustentável, referenciadas por uma perspectiva de defesa dos Direitos Humanos. Educar nessa perspectiva, além de fortalecer a integração das instituições educativas escolares e complementares – entre si e com as famílias – é um desafio ao alcance dos educadores, que podem dar à sociedade e aos governos mais essa bela lição.



Crianças no lixo

“Estamos nos habituando à idéia de normal, quando ele é apenas freqüente. A gente não pode confundir natural com normal e comum. Natural é aquilo que é da natureza, ou seja, é atávico; normal é aquilo que está na norma; e comum é aquilo que é frequente. Crianças no lixo não é natural. No lixo, é natural outras espécies de animais, mas nós, não. Não é normal também, não está na norma; pelo contrário, a norma diz o contrário. Mas é comum. E aí vem a esperança, porque, se fosse natural, seria difícil, pois teríamos que lutar contra a natureza; se fosse normal, teríamos de enfrentar a norma. Mas sendo uma questão de frequência, a questão é diminuí-la e, portanto, não é impossível de ser ultrapassado.”

Mário Sérgio Cortella

Professor e doutor em Educação

8 Os desafios da proteção em rede

Graça Gadelha¹

Falar do processo de construção da história da proteção social da criança e do adolescente no mundo impõe destacar a importância da aprovação, em 1959, da Declaração Universal dos Direitos da Criança e, em 1989, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, instrumentos referenciais da proteção dos direitos humanos da população infanto-juvenil. No Brasil, a incorporação dessas normativas internacionais materializa-se a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, também chamada de Constituição Cidadã, e ainda com a aprovação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Esses instrumentos jurídicos, reconhecidos pela sua força e dimensão ética, marcaram

de forma definitiva um novo cenário no campo do atendimento de direitos, ao determinar que o Estado e a Sociedade devem conferir, à criança e ao adolescente, Proteção Integral e Participação Real. Tendo a Convenção como fonte inspiradora, crianças e adolescentes passam a ser titulares de direitos individuais (vida, liberdade e dignidade) e de direitos coletivos (econômicos, sociais e culturais), além de disporem de direitos especiais, decorrentes de sua caracterização como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento pessoal e social. A revolucionária proposta, de forte conteúdo pedagógico, faz nascer o germen de uma rede de legislações nacionais, voltadas à proteção dessa população. Legislações que estabelecem normas e compromissos como,

¹ Socióloga, especialista em Políticas Públicas na área da infância e da juventude.

por exemplo, o paradigmático Art. 227, da Constituição Brasileira, que expressa não só um conjunto dos direitos, mas também define a rede de instituições e atores responsáveis pela sua efetivação – Família, Estado e Sociedade, uma tríplice responsabilidade que se organiza por meio de um Sistema de Garantia de Direitos. É importante compreender não só o vigor das disposições contidas na Constituição Federal, como também a repercussão de seus pressupostos filosóficos e políticos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tratar do Sistema de Garantia de Direitos à luz dessa legislação é assegurar que os direitos fundamentais de crianças e adolescentes sejam efetivamente operacionalizados, ou seja, que os direitos sejam traduzidos em políticas públicas. Não é sem propósito que a pirâmide a partir da qual esse Sistema foi estruturado preveja o necessário alinhamento de três eixos estratégicos: **Promoção – Controle – Defesa e Responsabilização**. No eixo **Promoção** – o espaço onde se formulam as políticas – é relevante o papel dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, na proposição de diagnósticos, no levantamento e inscrição de todos os programas e serviços existentes no município, na formulação da política de atendimento,

no delineamento de suas diretrizes, tentando incluir os excluídos e promovendo a equidade social. O eixo do **Controle Social** é o espaço privilegiado da sociedade civil. É a partir daí que todos os cidadãos podem exercer o papel de observadores, de fiscalizadores tanto dos programas, dos serviços, do orçamento público, como das atividades desenvolvidas por gestores públicos. O eixo da **Defesa e Responsabilização** é o espaço em que atuam os operadores do direito, comprometendo todos os demais atores no processo de exigibilidade dos direitos quando estes não estão sendo cumpridos (seja por ação, ou por omissão, ou ainda por violação). Em diferentes níveis e âmbitos: Executivo, Legislativo, Judiciário; Federal, Estadual, Municipal todos têm papéis, limites, responsabilidades e competências, quando a regra é fazer valer a política de atendimento de crianças e adolescentes.

Neste contexto, devem ser trabalhados os conceitos de **Sistema e Rede**. Dois conceitos que se articulam e se complementam. O Sistema é formado por um conjunto inter-relacionado de princípios, de regras e de ações. A Rede tem um caráter mais informal e requer uma adesão. O Sistema, pelo seu caráter formal, pressupõe articular e integrar pessoas e instituições para o alcance de um objetivo comum – a proteção integral de crianças e

adolescentes. A Rede flexibiliza o Sistema, na medida em que reúne pessoas, organizações, instituições, comunidades, com objetivo de compartilhar causas, projetos de modo igualitário, democrático e solidário. É uma forma de trabalho coletivo, que indica a necessidade de ações conjuntas, compartilhadas na forma de uma “teia social”, ou uma malha de múltiplos fios e conexões, baseada na cooperação, na conectividade e na divisão de responsabilidades e competências.

Esse Sistema dispõe de uma arquitetura e de uma dinâmica própria, que é acionada sempre que um ator falha e um outro chega, discute e corrige eventuais ameaças ou violações de direitos. Aqui o papel da Rede é importante. Ela pode acionar os mecanismos de proteção especial, porque reconhece que existem extratos dessa população para os quais nunca foi permitido o acesso aos direitos básicos/ fundamentais. São aquelas situações consideradas as mais graves, como por exemplo, crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual ou tráfico para esse fim; expostos a situações de trabalho infantil; em situação de alta vulnerabilidade pessoal ou social; portadores de HIV/Aids; envolvidos com drogas; submetidos às mais diferentes formas de tortura, ou ainda os que cometeram atos infracionais.

Objetivando assegurar o princípio da **Proteção Integral**, o Sistema de Garantia dos Direitos trata da construção da igualdade da organização política e social, por meio dos espaços públicos e institucionais. A Rede contribui para identificar e cobrar o papel do gestor público, do Juiz, do Promotor, do Conselho Tutelar, da Defensoria Pública, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil, Polícia Militar etc.

Por isso, é importante trabalhar com esse público a partir da formação de redes. As redes são estratégias fundamentais para viabilizar a prática da integração. O eixo da articulação só se efetiva se houver integração das ações. Alguns atores, como o Conselho Tutelar e o Ministério Público, conforme estabelece o ECA, são considerados essenciais nas intervenções relacionadas à ameaça ou violação dos direitos. Essa legislação determina ainda que, no **município**, construa-se e se consolide o direito de plena cidadania a crianças e adolescente, pois afinal elas vivem e moram nos municípios, e é nesses lugares privilegiados que as ações devem se concretizar, no campo dos direitos.

Outras instâncias representativas devem ser reconhecidas, como comitês e fóruns que se consorciam e se associam em função de um interesse comum em torno da causa,

ou de questões específicas, como o combate ao trabalho infantil. Relevante destacar também os meios de comunicação social e a iniciativa privada, que devem ser sensibilizados para participarem, em diferentes níveis, desse esforço de garantia dos direitos infanto-juvenis. Representações políticas, entidades de atendimento, instituições religiosas etc, cada um desses atores tem papéis e limites, e deve estar integrado a esse Sistema. Essa é a configuração ideal do que se constitui um Sistema de Garantia de Direitos, cuja base pode ser desestruturada quando o poder público não cumpre as suas obrigações, quando a família não assume as suas responsabilidades ou quando a sociedade muitas vezes violenta essa criança ou adolescente pelo silêncio, pela cumplicidade ou por não denunciar fatos. Quando um ou outro sai da sua esfera de competência e invade o papel do outro, a tendência é a desorganização do Sistema.

O art. 86 do ECA traduz, de forma didática, a idéia da Rede e do Sistema, usando uma palavra chave – Articulação – que expressa uma aliança estratégica entre atores sociais (pessoas) e forças (instituições) que têm na horizontalidade das decisões e no exercício do poder seus princípios norteadores mais importantes, como assim previsto:

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Nesta perspectiva, atuar na área da infância e da juventude é trabalhar o desafio de construir redes, de forma articulada e integrada. Uma das razões principais é que são múltiplas e complexas as causas que provocam o não cumprimento dos direitos, assim como são vários os atores envolvidos na ocorrência de violações, como, por exemplo, a exploração do trabalho infantil. Trabalhar em Rede é imprescindível nesta área, tendo em vista que os fatores responsáveis pela sua ocorrência são múltiplos e se constituem em um “nó” de difícil resolução.

A organização dessa Rede, como já mencionado, envolve muita participação, múltiplas responsabilidades, compartilhamento de tarefas e sobretudo uma mudança de mentalidade.

“... a implantação de uma Rede de Proteção não implica necessariamente grandes investimentos do setor público ou privado. Tem como base a mudança da forma

de olhar dos profissionais que prestam assistência às crianças e adolescentes e suas famílias, no sentido de estar orientando, acompanhando, diagnosticando precocemente e prestando assistência às vítimas em situações de risco para violência, com o apoio dos meios de proteção legal.” (Rede Curitiba).

A realização desta pesquisa, ao evidenciar lacunas, carências e deficiências da **Rede de Proteção Social** a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em 17 municípios do Estado de São Paulo, coloca na cena pública a necessidade de recompor laços, re-pactuar compromissos e celebrar possibilidades de reversão desse quadro.

A pesquisa revela não só a complexidade do tema Trabalho Infantil, mas todo o conjunto de estratégias de sobrevivência que se diversifica e adquire contornos espaciais e culturais profundamente enraizados, que considera como “natural” ou “normal” uma criança trabalhar quando deveria estar na escola ou simplesmente brincando, numa clara inversão de seus direitos e deveres. A propósito, vale lembrar que, pela primeira vez no Brasil, uma legislação trata do **direito de brincar** (art.16, IV, do ECA). Importante destacar esse direito, sobretudo quando se discute

o combate ao trabalho infantil, tendo em vista a legitimidade do acesso dessa população à condição de pessoa que precisa viver a sua infância e a sua juventude.

Grave é também constatar as inúmeras violações apontadas (caracterização da exploração do trabalho infantil, inclusive nas piores formas; envolvimento com drogas e álcool; histórico de abuso sexual intrafamiliar; alto índice de evasão escolar; defasagem idade/série etc) que se perpetuam pela notória ausência do poder público, pelo silêncio pactuado pela família e comunidade, pela inexistência de um trabalho que exige a articulação e a integração efetiva das diversas políticas públicas setoriais e a construção de serviços de referência e contrarreferência, sobretudo na área da saúde.

Alguns aspectos chamam a atenção – a maioria das crianças e adolescentes pesquisados está frequentando a escola e muitos vivem em famílias cadastradas em programas oficiais (Bolsa-Família, PETI, etc.), cujos filhos participam de projetos sociais.

Por outro lado, a pesquisa aponta um dado preocupante – a forma equivocada como a população percebe o papel e atribuições do Conselho Tutelar, fator que deve ser levado em conta na formalização da Rede de Proteção.

O que se percebe é que o poder público, a família e a sociedade não estão favorecendo espaços necessários para discussão da proposta pedagógica do ECA, na garantia dos direitos das crianças e adolescentes nestas localidades. É importante destacar que a pesquisa trata de um perfil de público que se encontra **em condição peculiar de desenvolvimento**, ou seja, que não tem ainda maturidade suficiente, do ponto de vista físico, psíquico e emocional. O ECA impõe à família o direito de criar, de educar; à sociedade, o direito de zelar por todas essas crianças e adolescentes, e ao Estado, a competência de implementar, de promover políticas públicas que possam realmente fazer com que esses direitos assegurados por lei sejam efetivamente cumpridos. O paradigma posto é que a lei não pede favor. A lei não pode ter a generosidade do favor. O que ela impõe é que crianças e adolescentes não sejam tratados sob a ótica da filantropia ou da caridade, mas como cidadãos.

Os resultados da pesquisa, no entanto, conduzem à constatação de que, nesses municípios, o vigor da lei está em descompasso com a realidade social. Nas histórias de vida levantadas, fica evidente a perda da noção do **cuidado**, que expressa a condição do “tomar conta”, acolher e proteger, uma tarefa que deve ser compartilhada por todos.

Por todos os aspectos mencionados, e a partir das recomendações expressas pela pesquisa, é importante promover, em cada um dos municípios, um amplo debate sobre as violações pontuadas, com o objetivo de reorganizar a Política de Atenção à Criança e ao Adolescente, tendo como referência os princípios da descentralização, da articulação de ações governamentais e não-governamentais, e da participação da população, por meio de diversos conselhos. Essa visão sistêmica contribuirá para uma maior eficiência e eficácia das políticas públicas, sinalizando não só as potencialidades locais existentes como também os pontos críticos que devem merecer uma maior atenção por parte do poder público para alcançar de fato as crianças, adolescentes e famílias mais vulneráveis, criando as condições de sustentabilidade para o desenvolvimento de políticas e programas de proteção integral, nos termos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Anexos



O Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil

Presente em 17 municípios do Estado de São Paulo, o Programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil tem como objetivo contribuir para a prevenção e a erradicação do trabalho infantil. No Brasil, ele é posto em prática a partir do apoio fornecido pela Fundação Telefônica a 21 projetos de combate ao trabalho infantil. O Programa beneficia mais de 6.000 meninos e meninas no Estado de São Paulo.

Esses projetos são desenvolvidos por meio de parcerias com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) com ONGs ou órgãos de prefeituras em 17 municípios de São Paulo. O apoio da Fundação Telefônica inclui o acompanhamento e monitoramento dos projetos, para o que o Instituto Fonte foi chamado. Na prática, isto significa estabelecer e manter uma comunicação contínua com as equipes de coordenação dos projetos, acompanhando cada passo no desenvolvimento dos mesmos e oferecendo apoio para enfrentar as eventuais dificuldades que surgem. Inclui visitas e seminários com o objetivo de apoiar as organizações na reflexão e aprendizagem sobre suas atuações, além de estimulá-las a construir práticas sociais mais consistentes.

Combater o trabalho infantil implica desenvolver um projeto social complexo. É necessário envolver muitos atores e pensar estrategicamente em vários níveis de atuação. Não há respostas simples ou receitas de sucesso. Cada município é uma realidade, cada organização tem suas especificidades e cada criança e família é um universo em si. É um grande desafio observar este todo preservando sua diversidade e profundidade.

Perfil dos projetos de atendimento

1. Serviço de Apoio Sócio-Educativo/SASE (CESOMAR, Ribeirão Preto, SP)

O CESOMAR (Centro Social Marista Irmão Rui Leopoldo Depiné) desenvolve, desde 2002, um projeto de atendimento diário a aproximadamente 425 crianças e adolescentes, de bairros das periferias de Ribeirão Preto, uma cidade de 500 mil habitantes, no noroeste do Estado de São Paulo, instalada num cinturão do estado marcado pela industrialização de ponta e pela eco-

nomia do agronegócio, em especial da cana-de-açúcar. O projeto, apoiado pela Fundação Telefônica a partir de 2007, chama-se SASE – Serviço de Apoio Socioeducativo: Combate ao Trabalho Infantil por meio da Educação Complementar.

O atendimento faz-se das segundas às sextas-feiras, no período de contraturno escolar, para crianças e adolescentes de 6 a 18 anos de idade. Há dois grupos de oficinas para cada faixa etária: o primeiro, comum para todos os educandos e educandas (informática, jogos, comunicação e meio-ambiente), e o segundo, mais específico, com oficinas que podem ser escolhidas para personalizar o currículo de cada participante (artes circenses, artes cênicas, artes plásticas e expressão corporal). Além disso, há cursos profissionalizantes de apoio ao aprendizado, apoio familiar e participação em instâncias paritárias de decisão de políticas públicas.

A entidade possui sede própria, instalações amplas e muito bem montadas, e se localiza em área de fácil acesso para as famílias e os adolescentes, trabalhando com equipe técnica muito qualificada e comprometida com os atendimentos.

2. Semeando o Futuro (Prefeitura Municipal de Bebedouro, SP)

O Projeto Semeando o Futuro¹ é implementado pela Prefeitura Municipal de Bebedouro, cidade de 90 mil habitantes, com economia baseada na indústria e no agronegócio. O projeto consiste em atender diariamente 1200 crianças e adolescentes entre 5 e 16 anos de idade, no período complementar à escola. O atendimento é realizado em oito Centros Educacionais Municipais, todos eles localizados em regiões periféricas da cidade. Em sete deles, são atendidas crianças entre 5 e 12 e em apenas um centro educacional, são atendidos adolescentes entre 12 a 16 anos, em cursos profissionalizantes.

Os centros educacionais funcionam, para além do atendimento, como braços de ação social do governo municipal e como centros comunitários. Durante as visitas, foi possível notar

¹ Atualmente o Projeto Semeando o futuro foi desmembrado em duas frentes de ação. A primeira mantém as características originais do projeto, de atendimento a adolescentes entre 12 e 16 anos, em dois Centros Educacionais; e a outra, integra-se às Escolas Municipais de Educação Básica, como parte da implantação da Escola em Tempo Integral no município. Tal mudança elevou o número de atendidos para 2000 crianças/adolescentes, inserindo a questão do combate ao trabalho infantil na agenda política das escolas municipais.

a heterogeneidade dos perfis de atendimento pedagógico, social e de acompanhamento familiar entre eles, bem como as condições de infraestrutura (embora todos os espaços de atendimento garantam condições mínimas). Há uma equipe técnica e de coordenação do projeto, com profissionais bastante envolvidos com o trabalho de atenção às crianças e adolescentes, a mesma que, nos últimos anos, tem atuado para elevar a qualidade do atendimento pedagógico oferecido.

Os bairros atendidos pelo Projeto Semeando o Futuro são também heterogêneos quanto à composição e perfil da população, bem como à distribuição de serviços e equipamentos de garantia de direitos, embora todos eles sejam marcados pela presença de população de baixa renda e contem, tanto com escolas públicas, quanto com serviços de saúde, infra-estrutura urbana e saneamento.

3. Projeto Catavento (Grupo TUMM/Todos Unidos Mudaremos o Mundo, Mococa, SP)

O Grupo TUMM (Todos Unidos Mudaremos o Mundo) é uma entidade social formada na década de 1990, a partir do contato entre educadores e adolescentes moradores do município de Mococa, cidade de 60 mil habitantes, de economia agrícola, localizada no leste do Estado de São Paulo. A trajetória dessa entidade social passa pela articulação com os “movimentos de adolescentes”, nas esferas local, regional e nacional. O conjunto de suas atividades inscreve-se no escopo das iniciativas que promovem o “protagonismo juvenil”, caracterizado pelo trabalho com temas como sexualidade, arte e cultura, meio ambiente, educação etc.

O Projeto Catavento, financiado pela Fundação Telefônica, tem uma sede localizada na entrada da cidade e seu atendimento é descentralizado, atuando em diversos bairros da cidade e utilizando espaços públicos e não-governamentais. Com essa descentralização, a entidade hoje atende mais de 100 crianças e adolescentes por mês.

4. Super Ação, Sociedade Guairense de Beneficência (SOGUBE, Guairá, SP)

O município de Guairá tem cerca de 35 mil habitantes e localiza-se ao norte do Estado de São Paulo, em região cuja principal atividade econômica é a agricultura. A SOGUBE – Cidade dos Meninos Oswaldo Ribeiro de Mendonça é uma entidade social tradicional da cidade, que atende crianças de 6 e 7 anos em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal, trabalhando com

a prevenção ao trabalho infantil e a permanência no ensino regular, através de atendimento sociopedagógico com as crianças e suas famílias. Entretanto, como também havia crianças e adolescentes de outras idades sendo atendidas, submetidas à situação de trabalho infantil, elas foram igualmente incluídas como potenciais entrevistados desta pesquisa. A entidade conta com instalações amplas, localizadas em região central da cidade, de modo a propiciar o atendimento a todos os bairros. As ações desenvolvidas com crianças e adolescentes são basicamente centradas no reforço escolar, além de envolver atividades de esporte, cultura e recreação.

5. Centro Educativo Recreacional (Prefeitura Municipal de São Vicente, SP)

Em São Vicente, o projeto de atendimento apoiado pelo Pró-Menino está ligado diretamente à Secretaria de Cidadania e Ação Social do Município, por meio do Projeto CER (Centro Educacional Recreativo), desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação, com apoio do Fundo Social de Solidariedade. O CER é constituído por dezessete unidades que oferecem atividades socioeducativas e de convivência, que visam prestar atendimento a todas as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social. Essas crianças e adolescentes são inseridos no PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e atendidos no contraturno escolar.

Os objetivos do CER são promover a inclusão social, contribuir com o sucesso da criança e adolescente na escola, desenvolver autonomia, sensibilidade, responsabilidade, raciocínio lógico e resgate do tempo integral, proporcionando avanços como a melhoria no desempenho escolar, a construção da auto-estima e a eliminação das diferenças sociais.

As principais ações desenvolvidas são o apoio socioeducativo às famílias, de forma individualizada, os atendimentos familiares e multifamiliares, o atendimento coletivo de famílias, com fins terapêuticos, as visitas domiciliares, o desenvolvimento de ações e projetos intersetoriais e a promoção de campanhas de mobilização.

6. Projeto Vivendo e Aprendendo (Clube de Mães Girassol, Guarulhos, SP)

Sediado no município de Guarulhos, o Clube de Mãe Girassol está localizado em uma região marcada por alto grau de privação social. O local possui uma grande área de moradias coletivas (cortiços), dois cemitérios e duas feiras-livres onde a mão de obra das crianças e

adolescentes é utilizada com frequência. A origem da entidade responde à carência de espaços comunitários para debater os problemas da comunidade do Jardim Aliança. Criado em 2000, o Clube atualmente atende, por meio do projeto Vivendo e Aprendendo, apoiado pela Fundação Telefônica, cerca de 100 crianças e adolescentes. Os projetos voltados diretamente para combater o trabalho infantil buscam desenvolver, através de atividades sócioeducativas, da arte-educação, da música, da comunicação/inglês, de atividades corporais, oficinas de informática e atendimento psicológico, ações que contribuam para o combate e prevenção do trabalho infantil e da vulnerabilidade social.

7. Menino Cidadão (Associação de Apoio à Criança em Risco/ACER, Diadema, SP)

A Associação de Apoio à Criança em Risco (ACER) atua desde 1993 na defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, envolvendo atualmente cerca de 400 crianças e jovens em ações preventivas que visam evitar a evasão para as ruas e construir alternativas concretas de vida para esses cidadãos do futuro. Para o atendimento a essa demanda, são organizadas atividades de arte-educação, protagonismo juvenil e acompanhamento social. Destacam-se os projetos ACER Capoeira, Raízes do Brasil e Biblioteca Comunitária ACER, que colaboram para a execução desses objetivos. O público-alvo do projeto Menino Cidadão de combate ao trabalho infantil, apoiado pela Fundação Telefônica, são 115 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos e 11 meses, que residam preferencialmente na região Sul do Município, particularmente no bairro de Eldorado, e trabalhem em atividades perigosas, penosas, insalubres ou degradantes, priorizando a inclusão de famílias com renda per capita de até salário mínimo.

No projeto, há três eixos básicos de atendimento: educação (rede de ensino), jornada ampliada e trabalho com a família. Além dos eixos básicos, são desenvolvidos a sensibilização e o combate ao trabalho infantil junto às famílias e à sociedade. Nas ações educativas, há a presença de um educador social que acompanha a educação formal; na jornada ampliada (pós-escola), o projeto de capoeira pretende garantir o reconhecimento do corpo através do jogo, canto e toques musicais, e o conhecimento das próprias origens e tradições, através da história da capoeira, e ainda revelar os costumes relacionados à capoeira, através de apresentações do folclore brasileiro (Grupo Folclórico). O apoio familiar complementa o atendimento. Há uma biblioteca que desempenha o papel de Centro de Referência Comunitário.

8. Alcançando o Protagonismo Juvenil através da Ação Mobilizadora (Sociedade Batista de Beneficência TABEA, Diadema, SP)

A Sociedade Batista de Beneficência / TABEA atua nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. No Núcleo Social de Diadema, tem como objetivo principal atender crianças e adolescentes da região, oferecendo atividades socioeducativas em horário alternativo à escola. Atualmente são atendidas 120 crianças e adolescentes que moram no entorno do Núcleo.

O programa desenvolvido pelo Núcleo Social tem como foco principal a educação integral, desenvolvida por meio das atividades de reforço escolar, recreação, artesanato, música, informática, educação religiosa, auto-cuidado, educação sócioemocional, arte e cultura.

9. Fortalecendo Vínculos (Secretaria de Cidadania e Assistência Social, Embu, SP)

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) da Secretaria da Cidadania e Assistência Social da Estância Turística de Embu das Artes tem como objetivo retirar crianças e adolescentes com idade de até 16 anos do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, o qual coloca em risco a saúde e segurança dos mesmos.

As principais estratégias utilizadas para isso são o atendimento de rua e o acompanhamento da escolarização. As atividades são acompanhadas por atividades artísticas, de saúde e esportivas, além de programas e projetos de geração de trabalho e renda para as famílias. Para a realização dessas atividades, o governo municipal desenvolve parcerias com entidades não governamentais e conselhos de relação entre a sociedade civil e o Estado. As atividades normalmente são desenvolvidas nos CAJUs (Centros de Atendimento à Infância e à Juventude), também conveniados à prefeitura.

10. Convivência e Cidadania (Prefeitura Municipal, Campinas, SP)

O Programa Convivência e Cidadania é uma ação da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social, SMCTAIS, da Prefeitura Municipal de Campinas, voltada para o combate ao trabalho infantil, principalmente na região central da cidade. Uma característica central do Programa é a atuação de abordagem dos adolescentes em situação de trabalho no centro da cidade e nas principais avenidas. A abordagem é realizada por uma equipe do Convivência e Cidadania, que identifica o trabalhador infantil, entra em contato com a família e

o encaminha para as atividades do Programa, ou para a rede sócioassistencial.

O Convivência e Cidadania atende atualmente cerca de 80 adolescentes, na faixa etária de 12 a 17 anos. Além desses adolescentes, o atendimento estende-se para cerca de 70 de suas famílias. O horário das atividades é o do contra-turno escolar, dentro do princípio da jornada ampliada. No espaço físico do Programa, são desenvolvidas atividades de desenho, tapeçaria, bordado, mosaico e artesanato, além das atividades externas.

A ação junto à família é um destaque deste atendimento pois, para além da inscrição no Programa Bolsa Família ou no PETI, os núcleos familiares atendidos recebem uma complementação da transferência de renda, denominada “Bolsa Convivência e Cidadania”, que complementa os programas de transferência de renda.

11. Projeto Ciranda (Centro Promocional Tia Ileide/CPTI, Campinas, SP)

O Projeto Ciranda: Movimento de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil é realizado pelo Centro Promocional Tia Ileide (CPTI) e envolve uma complementação das atividades já realizadas pela organização. O CPTI é uma organização com mais de 15 anos de serviços voltados às crianças e adolescentes da região norte de Campinas. Através de um histórico de trabalho e de grandes parcerias, o CPTI cresceu muito e se profissionalizou, atendendo atualmente crianças e adolescentes na faixa etária de 4 a 18 anos. A entidade possui uma equipe de profissionais bastante diversificada, além de uma variedade de espaços físicos muito bem estruturados e equipados, entre eles: salas multiuso, salas de dança, salas de informática, biblioteca, refeitório e áreas de lazer. Atualmente o CPTI tem seis unidades de atendimento, todas espalhadas na mesma região da cidade e razoavelmente próximas umas das outras. O atendimento nas unidades é diferenciado e responde à divisão das faixas etárias, de forma que cada unidade realiza o atendimento de uma determinada faixa.

Entre as atividades oferecidas estão: apoio escolar, curso de informática, aulas de violão, aulas de percussão, aulas de balé e capoeira, e atividades voltadas à profissionalização, entre outras que são oferecidas de acordo com as faixas etárias atendidas.

Vale ressaltar que, recentemente, em função de uma demanda discutida na rede de proteção à criança e ao adolescente, teve início, no CPTI, um trabalho de identificação e combate à exploração sexual comercial (ESC) de adolescentes. Esse trabalho é pioneiro na região, que é

caracterizada, em função da proximidade com a Rodovia Anhangüera, como uma área que concentra casas e pontos de prostituição. Dessa forma, o CPTI está iniciando um trabalho específico de combate a uma das piores formas de trabalho infantil.

12. Educação Complementar (Secretaria da Ação Social de Araçatuba, SP)

O Projeto Educação Complementar é realizado pela Secretaria da Ação Social da Prefeitura Municipal de Araçatuba e consiste na complementação e ampliação das atividades desenvolvidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Governo Federal, no município de Araçatuba desde 2001. O projeto surgiu como uma tentativa de solucionar a situação de crianças e adolescentes que trabalhavam no lixão da cidade.

Em Araçatuba, o PETI está articulado com a rede de proteção à criança e ao adolescente do município, que envolve o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre outros órgãos, entidades e organizações sociais. A proteção às crianças e aos adolescentes da cidade, no que diz respeito ao trabalho infantil, está distribuída da seguinte forma: de 0 a 7 anos, são atendidos nas creches de tempo integral; de 7 a 16, são atendidos pela jornada ampliada do PETI; acima de 16 anos, são atendidos pela Fundação Mirim, SENAI e SESI, com cursos semi-profissionalizantes. O projeto também realiza apoio familiar, por meio de reuniões de pais e visitas domiciliares.

13. Construindo Redes (Prefeitura Municipal de Hortolândia, SP)

O Projeto Construindo Redes é realizado pela Prefeitura Municipal de Hortolândia, em parceria com seis instituições que já realizam atendimentos na cidade, descritas abaixo. A cidade de Hortolândia faz parte da região metropolitana de Campinas e seu desenvolvimento está bastante atrelado ao dessa cidade vizinha. Até o fim de 2004, a jornada ampliada do PETI acontecia nas escolas municipais, por meio de uma parceria da Secretaria de Cidadania, Trabalho e Promoção Social com a Secretaria de Educação, com algumas organizações conveniadas. Com o fim da parceria, o município perdeu o atendimento da jornada ampliada, que só retornou a partir da articulação com as organizações civis. Neste quadro, Construindo Redes não é um projeto de atendimento, mas tem, como principal característica, consolidar a articulação desse atendimento no município. Em função dessa estrutura, segue uma breve descrição, de cada

uma das seis unidades de atendimento à jornada ampliada do PETI, as quais vêm recebendo recursos da Fundação Telefônica e que integram a rede de proteção à criança e ao adolescente de Hortolândia.

13.1 – IPAEAS – Núcleo de Crianças Vinde a Mim atende a faixa etária de 0 a 17 anos, com escalas de horários e diferenciação de atividades, de acordo com a faixa etária dos atendidos. As crianças encaminhadas pelo PETI participam das atividades, em conjunto com as crianças que não têm envolvimento com o trabalho infantil. A região é conhecida na cidade como um local que concentra grande quantidade de pontos de venda de drogas. As crianças e adolescentes atendidos são oriundos do próprio bairro do núcleo e de bairros próximos. A maioria das crianças trabalha na coleta de recicláveis e, em muitos casos, com o tráfico de drogas.

13.2 – Centro Comunitário São Pedro é um espaço público com concessão de uso para a comunidade, resultado de um processo de reivindicação dos moradores da região. Entre outras atividades, ele atende, na jornada ampliada, cerca de 120 crianças e adolescentes. A faixa etária da jornada ampliada é de 7 a 14 anos. Os principais casos de trabalho infantil encontrados entre os atendidos são: trabalhar na feira, guardar carros e atuar como “aviãozinho” para o tráfico de drogas.

13.3 – Associação das Irmãs Missionárias da Imaculada Rainha da Paz – Casa Betânia Da Paz atende atualmente mais de 130 crianças, na faixa etária de 8 a 14 anos. Realiza diversas atividades, entre as quais: aulas de informática, educação religiosa, música, dança e reforço escolar. As meninas atendidas são oriundas de 22 bairros da cidade. No atendimento, está incluído o transporte de ida e volta para casa, realizado pela van da entidade.

13.4 – Barracão da Gente é a única unidade de atendimento da Prefeitura, a qual atualmente acompanha cerca de 110 crianças e adolescentes. A faixa etária de atendimento é de 7 a 18 anos. A equipe de trabalho do Barracão já identificou o envolvimento de algumas famílias que têm filhos atendidos, com o tráfico de drogas.

13.5 – CCART – Centro de Convivência, Aprendizagem e Reabilitação de Trabalho atende atualmente cerca de 100 crianças na faixa etária de 6 a 17 anos, oriundos da região em que está localizado.

13.6 – Escola Evangelho Esperança tem 26 anos de trabalho na comunidade, sendo que o perfil principal de suas atividades são cursos profissionalizantes nas áreas de mecânica, elétrica residencial e elétrica de automóveis. A escola atende atualmente cerca de 250 crianças e adolescentes da jornada ampliada. O espaço físico é muito amplo e muito bem estruturado, fruto de um trabalho intenso muitos anos. Parte dos recursos da organização vem da venda de peças produzidas nos tornos de alta precisão, operados por jovens capacitados na própria escola. A faixa etária de atendimento é de 7 a 14 anos, para quem são oferecidas diversas atividades, entre as quais: capoeira, dança, reforço escolar, informática e violão. Os adolescentes acima de 14 anos são encaminhados para os cursos profissionalizantes. O bairro em que a organização está localizada é um dos de mais baixa renda da cidade, e apresenta altos índices de violência. Existem muitos casos de trabalho infantil envolvendo o presídio, que fica nos arredores.

14. Pró-Menino Bauru (Secretaria Municipal do Bem Estar Social de Bauru/SEBES, SP)

O Projeto atende 1.000 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil ou em alto risco de trabalho infantil, bem como suas famílias, com vistas à superação dessa situação. Para isso, desenvolve ações com base em diretrizes e princípios do combate ao trabalho infantil, quais sejam, garantir a permanência de crianças e adolescentes nos Centros de Convivência Infância-Juvenil e de Jovens, em horário inverso ao escolar, acompanhamento da frequência e de bom desempenho escolar, apoio e acompanhamento do núcleo familiar, incentivo e acesso à inclusão digital, capacitação e supervisão pedagógica aos educadores dos Centros de Convivência Infância-Juvenil e divulgação das ações de combate ao trabalho infantil.

15. Re-Construindo (Associação Poiesis, Santos, SP)

O Projeto tem como foco o combate ao trabalho infantil e coloca a garantia de direitos num patamar de destaque. As ações são realizadas na região centro-histórica da cidade de Santos, a qual apresenta um número considerável de casos e uma fragilidade constante, devido ao

quadro de vulnerabilidade social em que se encontram seus moradores.

Tem o objetivo de atender 150 crianças e adolescentes em atividades sócioeducativas de arte, cultura e esportes, tendo como referência metodológica a arte-educação, utilizando-se ainda de tecnologias de informação, sempre em período oposto ao escolar. Os familiares dos atendidos contarão com acompanhamento psicossocial e encontros com técnicos e profissionais das mais diversas áreas, além de oficinas de qualificação para geração de renda, visando a melhoria econômica do núcleo.

16. Pró-Menino Pró Viver (Associação Pró Viver, Santos, SP)

O projeto visa contribuir para a prevenção e combate ao trabalho infantil na cidade de Santos, através de ações efetivas executadas em parceria com organizações públicas e privadas, formando uma rede de proteção para garantir os direitos de crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Na fase atual, o projeto atende 260 crianças e adolescentes de 6 a 16 anos, que vivem em situação de risco pessoal e social, diagnosticadas em situação de trabalho infantil ou na sua eminência.

Além de ações sócioeducativas voltadas para crianças e adolescentes, o projeto prevê ainda ações com a comunidade (famílias / escolas / comércio / residentes etc.), visando assim contribuir para o processo de sensibilização e conscientização sobre a problemática do trabalho infantil e suas conseqüências, como também prevenindo futuros casos.

O planejamento das ações sócioeducativas será fundamentado no método ECOAR, o que possibilita uma padronização das ações desenvolvidas.

17. Vem pra cá Menino (Associação Pró-Eco, Santos, SP)

O Projeto Vem pra cá Menino é uma proposta que soma esforços no combate ao trabalho infantil, mobilizando a escola, a família, a comunidade e o poder público, por meio de suas secretarias e equipamentos e, dessa forma, tecendo uma rede de enfrentamento.

Prevê a garantia da educação integral a 150 crianças e adolescentes em situação ou em alto risco de trabalho infantil, a qualificação de seus familiares para geração de renda e a conscientização destes últimos quanto ao seu papel na educação dos filhos, por meio de acompa-

nhamento psicossocial. Traz ainda grande preocupação em apoiar as unidades escolares com ações voltadas aos profissionais e educandos e chama a comunidade para essa responsabilidade, a fim de influenciar nas políticas públicas e, desse modo, alcançar um público-alvo indireto de aproximadamente 250 familiares, 50 educadores da rede formal de ensino e 3.000 alunos das escolas diretamente relacionadas a este projeto.

18. Pró-Menino Sumaré (Sociedade Humana Despertar/Prefeitura Municipal de Sumaré, SP)

Implantado no município de Sumaré-S.P., é um projeto de Inclusão Digital executado pela SHD - Sociedade Humana Despertar em parceria com a Prefeitura Municipal. Desenvolve, no período inverso ao da escola, ações sócioeducativas e de convivência para crianças e adolescentes advindos do trabalho infantil ou em alto risco do trabalho infantil, na faixa etária de 7 a 15 anos, com vistas à prevenção e à erradicação do trabalho infantil no município. Através do Pró-Menino, 154 crianças e adolescentes serão incluídas nas atividades, beneficiando indiretamente 616 pessoas.

19. Pró-Menino Ourinhos (Prefeitura Municipal de Ourinhos, SP)

O objetivo geral do projeto é suprimir e prevenir o trabalho infantil, através do atendimento, em jornada ampliada, de 577 crianças e adolescentes (beneficiários diretos e indiretos) em situação de risco social nos territórios dos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social). As principais atividades oferecidas são: canoagem, inclusão digital, horticultura comunitária e meio-ambiente e oficina de skate. As atividades objetivam a melhoria nas condições de saúde biopsicossocial da criança, no comportamento, na coordenação motora, no desenvolvimento físico, nos relacionamentos interpessoais e na socialização, bem como melhoria nas condições de vida dos grupos familiares em situação de insegurança alimentar, além do exercício de cidadania e do desenvolvimento de capacidade de reflexão crítica.

20. Incluir Pra Valer (Prefeitura Municipal de Várzea Paulista, SP)

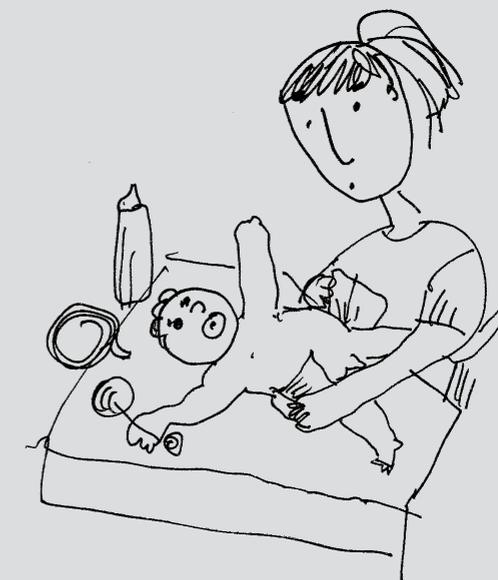
O projeto, que integra dois públicos-alvo distintos, visa contribuir para a saída de crianças e adolescentes do trabalho infantil e possibilitar ao jovem em pós-medida um amparo mais favorável e uma possibilidade de profissionalização. Para isso, contará com o apoio de toda rede

de proteção à criança e ao adolescente, tendo a inclusão digital como principal instrumento de inserção aos usuários inseridos. Das 150 crianças e adolescentes que são atendidos mensalmente, cerca de 100 estão em situação de trabalho ou em alto risco de trabalho.

Para as ações de combate ao trabalho infantil, são realizadas parcerias com a Secretaria de Educação. O projeto acompanha a frequência e o aproveitamento escolar da criança e do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; oferece reforço escolar; busca sensibilizar a família para as questões da infância e adolescência e realiza terapia comunitária, para além das usuais visitas domiciliares e do atendimento individual. Promove socialmente a criança e o adolescente, assim como sua família, orientando-os e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social. Um trabalho reconhecido é o de inclusão digital, feito de forma lúdica, que favorece o desenvolvimento e aprendizado da criança e do adolescente.

21. Integração (Associação Pinhalense de Amparo ao Menor/APAM, Espírito Santo do Pinhal, SP)

O Projeto Integração é realizado desde o final de 2008 pela APAM – Associação Pinhalense de Amparo ao Menor, uma das organizações mais tradicionais da cidade, com mais de 40 anos de existência. O Projeto objetiva atender 60 crianças e adolescentes em situação de trabalho ou em alto risco de trabalho infantil. São oferecidas atividades de educação complementar, desenvolvidas no contra-turno escolar, com oferta de atividades pedagógicas, culturais e de inclusão digital, de forma a garantir a permanência das crianças em espaços educativos.



Questionário

Data da Aplicação _____

Questionário N° _____

Dados da Criança/Adolescente

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: () 1-Masculino () 2-Feminino

Você estuda? () 1-Sim () 2-Não

(Se estuda) Horário: () 1-Manhã () 2-Tarde () 3-Noite () 4-Outros

Série/Ano (escolaridade) _____ Escola: _____

- P1. Com quem você mora? () 1-Mãe () 2-Pai () 3-Irmãos
 P1a. Quantos? ____ () 4-Outros
 P1b. Quem? _____
 P2. Sua mãe trabalha? () 1-Sim (continue) () 2-Não (pule para P3)
 P2.a (Se P2=1) O que ela faz? _____
 P2b. (Se P2=1) Horário: () 1-Manhã () 2-Tarde () 3-Noite
 P3. Seu pai trabalha? () 1-Sim (continue) () 2-Não (pule para P4)
 P3.a (Se P3=1) O que ele faz? _____
 P3b. (Se P3=1) Horário: () 1-Manhã () 2-Tarde () 3-Noite
 P4. Algum irmão(a) seu trabalha? () 1-Sim (continue) () 2-Não (pule para P5)
 P4a (Se P4=1) Quantos? ____
 P4b. (Se P4=1) Eles ajudam com o dinheiro em casa? () 1-Sim () 2-Não
 P4c. (Se P4=1) Algum dos que trabalha tem menos de 16 anos? () 1-Sim () 2-Não
 P4d. (Se P4=1) O que faz? _____
 P5. Alguma outra pessoa trabalha? () 1-Sim (continue) () 2-Não (pule para P6)
 P5.a (Se P5=1) Quantos? ____
 P5b. (Se P5=1) Eles ajudam com o dinheiro em casa? () 1-Sim () 2-Não
 P5c. (Se P5=1) Alguma das que trabalha tem menos de 16 anos? () 1-Sim () 2-Não
 P5d. (Se P5=1) O que faz? _____
 P6. Quantas pessoas moram na sua casa? _____
 P7. Quando você não está na escola e nem aqui no projeto:
 () 1. Você brinca? () 2. Você assiste TV? () 3. Joga futebol? () 4. Empina pipa?
 () 5. Vai à igreja? () 6. Fica na rua (praças, parques)?
 () 7. Faz cursos (inglês, informática, esporte e outros)?
 () 8. Lava vidro de carro na rua? (Se lava) () 1- no meio da semana () 2- no fim da semana

- () 9. Distribui panfleto na rua? (Se distribui) () 1- no meio da semana () 2- no fim da semana
 () 10. Cuida de carro na rua? (Se cuida) () 1- no meio da semana () 2- no fim da semana
 () 11. Vende fruta, bala, chocolate etc na rua? (Se vende) () 1- no meio da semana
 () 2- no fim da semana
 () 12. Faz malabarismo na rua? (Se faz) () 1- no meio da semana () 2- no fim da semana
 () 13. Engraxa sapato na rua? (Se engraxa) () 1- no meio da semana () 2- no fim da semana
 () 14. Pede dinheiro na rua? (Se pede) () 1- no meio da semana () 2- no fim da semana
 () 15. Cuida dos irmãos? (Se cuida) () 1- no meio da semana () 2- no fim da semana
 () 16. Faz/Esquenta comida em casa? (Se faz) () 1- no meio da semana
 () 2- no fim da semana
 () 17. Limpa a casa? (Se limpa) () 1- no meio da semana () 2- no fim da semana
 () 18. Cata sucata? (Se cata) () 1- no meio da semana () 2- no fim da semana
 () 19. Frequenta outros projetos educacionais? (Se frequenta) Qual? _____
 () 20. Faz outras coisas? (Se faz) O quê? _____
 P8. Você trabalha? () 1-Sim (continue) () 2-Não (pule para P9) P8a. (Se P8=1) Em quê? _____
 P8b (Se P8=1) () 1- no meio da semana () 2- no fim da semana P8c.
 (Se P8=1) Quanto ganha por semana? _____
 P9. Você trabalhava, antes de entrar no projeto? () 1-Sim (continue) () 2-Não (pule para P10)
 P9a. (Se P9=1) Em que? _____
 P10. Tem algum outro trabalho que você faz? () 1-Sim (continue) () 2-Não (pule para P11)
 P10a. (Se P10=1) Qual? _____
 P10b. (Se P10=1) () 1- no meio da semana () 2- no fim da semana
 P10c. (Se P10=1) Quanto ganha por semana? _____
 P11. Tem alguma outra coisa que você faz pra ganhar dinheiro? () 1-Sim (continue)
 () 2-Não (pule para o fim)
 P11a. (Se P11=1) Qual? _____
 P11b. (Se P11=1) () 1- no meio da semana () 2- no fim da semana
 P11c. (Se P11=1) Quanto ganha por semana? _____

Aplicador (nome por extenso): _____

Dados da Criança/Adolescente (a serem preenchidos pelo aplicador e/ou entidade após o término da entrevista)

Endereço residencial _____

Município: _____ Telefone: _____ Celular: _____

Encaminhado por: () 1-PETI () 2-Conselho Tutelar () 3-Outro. Qual? _____ Projeto: _____

Núcleo de atendimento _____ Data de ingresso no projeto: _____

Ficha do Aplicador

[Pesquisa sobre trabalho infantil – Ação Educativa e Fundação Telefônica]

Dados Pessoais

Nome: _____

Projeto: _____

Função: _____ Núcleo de atendimento: _____

Endereço Residencial: _____

Telefone: _____ Celular: _____ Email: _____

Número de questionários aplicados: _____

Instruções para Aplicação dos Questionários

1. O questionário deve ser preenchido pelo aplicador, nunca pela criança/adolescente entrevistado.
2. É preferível, mas não necessário, que o aplicador tenha algum vínculo de trabalho já estabelecido com a criança ou o adolescente entrevistado.
3. Antes de cada entrevista, o aplicador deverá numerar e datar o questionário nos locais apropriados do cabeçalho, além de identificar-se no rodapé..
4. Ainda antes de iniciar a entrevista, o aplicador deve se apresentar, sanar quaisquer dúvidas sobre a pesquisa e garantir a confidencialidade dos dados solicitados.
5. As entrevistas de aplicação devem ser presenciais e individuais. Recomenda-se que o entrevistado não esteja acompanhado de outras pessoas, para garantir a confidencialidade dos dados informados. Da mesma forma, recomenda-se que as entrevistas sejam realizadas em espaços abertos.
6. No caso da criança/adolescente recusar-se a responder, ou não souber responder a uma ou mais perguntas, o aplicador deverá deixá-las em branco. No caso de recusa de participar da pesquisa, o aplicador deverá preencher ao menos o nome da criança/adolescente e demais

informações de identificação, que atestem que ela vem sendo atendida pelo projeto apoiado pelo Pró-Menino – Combate ao Trabalho Infantil.

7. As perguntas e alternativas de resposta devem ser lidas exatamente como escritas, uma após a outra, em voz alta e na sequência em que aparecem. Importante: todas as informações entre parênteses são apenas para orientar o aplicador, e portanto não devem ser lidas para o entrevistado.

8. Após cada pergunta deve-se aguardar a resposta do entrevistado, para depois preencher o espaço correspondente do questionário, e em seguida passar à leitura da próxima pergunta.

9. As perguntas não devem ser explicadas. No caso de dúvida do entrevistado, devem ser relidas. Caso a dúvida permaneça, o espaço correspondente para resposta deve ser deixado em branco. Passa-se então para a pergunta seguinte.

10. Exclusivamente nas perguntas P8c; P10c e P11c, que pedem para que a criança diga qual é o seu ganho por semana, o aplicador poderá ajudar no cálculo.

11. Ao fim da aplicação do questionário, o aplicador deve preencher os dados do rodapé, agradecer a participação do entrevistado, anotar quaisquer observações pertinentes no verso, informar que seus contatos estão em poder da entidade e proceder à próxima entrevista.

12. Ao finalizar todas as entrevistas sob sua responsabilidade, o aplicador deverá agrupar seus questionários preenchidos e numerados, anexá-los à esta Ficha do Aplicador e entregá-los ao responsável/coordenador de seu projeto/entidade, que os encaminhará por correio à Ação Educativa, seguindo as instruções que constam da Ficha da Entidade.

Roteiro de entrevista com familiares

Parte 1 – Histórico da família

Apresentação do entrevistador e foco nas origens familiares, histórias das gerações anteriores, migrações realizadas, outras dimensões julgadas importantes. Perguntas norteadoras: Você poderia se apresentar? Quantos anos tem? Como foi sua história? Onde nasceu? Casado? Filhos?

Quantos moram nesta casa? Já moraram em outros lugares? Como foi que chegaram a morar aqui? Há mais familiares na vizinhança, na região, na cidade?

Verificar também condições sociais/urbanísticas de moradia e da região em que vive: água, luz, saneamento, transporte, pavimentação, arborização etc. Verificar percepção do entrevistado sobre estas questões.

Parte 2 – Inserção da família nas dinâmicas comunitárias e sociais

Compreender que relações esta família estabelece com as dimensões do trabalho, da escola, da igreja, do lazer, das organizações comunitárias etc.

Quem na família está trabalhando? Onde e em que situação/ocupação? Há quanto tempo? Qual é, em média, a renda familiar? Histórico de mudanças de trabalho/emprego/renda de cada indivíduo, incluindo crianças e adolescentes?

Alguém na família está estudando? Onde e em que série?

Alguém na família faz parte de alguma religião? Frequenta alguma igreja? Em que momentos?

Como é que a família ocupa o tempo livre? Costumam frequentar outros lugares da cidade?

Quais são os principais gastos da família? Como utilizam a renda familiar, em geral?

Alguém da família participa de cursos ou projetos de igrejas, ONGs, entidades, de outras instituições? Participa de algum movimento ou atividade comunitária (manifestações culturais, movimento hip-hop, movimento negro, associações etc)?

Parte 3 – Inserção da família em programas sociais e esfera pública

Compreender como a família se relaciona com as políticas públicas (de renda, saúde, educação, profissionalizantes, culturais, primeiro emprego, desarmamento etc.); como a família vê a polícia (políticas preventivas e repressão); como enxerga as instituições políticas e do judiciário (marcos jurídicos, promotorias, varas da infância). Perguntas norteadoras:

Alguém da família já participou de algum programa da prefeitura, dos governos estadual ou federal (renda, agentes de saúde, Bolsa Escola, Bolsa Família, Primeiro Emprego, outros profissionalizantes, culturais)? Alguém já foi a alguma agência de emprego pública? Utiliza serviços públicos de saúde? Utiliza serviços de educação ou assistência social pública? Participa de eventos programados pelas administrações? Como enxerga a política?

Alguém já foi abordado pela polícia? Quando e como? Como enxerga a polícia?

Alguém na família está em conflito com a lei, em algum tipo de processo judicial (criminal ou trabalhista), cumprindo pena ou medida sócioeducativa? Como foi a trajetória no judiciário (por que instâncias passou e passará)? Percepções gerais.

Parte 4 – Percepções sobre a trajetória da criança/adolescente atendido

Verificar as percepções gerais sobre a história do jovem em questão.

Como foi a trajetória da criança/adolescente em questão? Como era e é a relação dele com a família? Com os amigos? Com a escola? Com a igreja? Com o bairro? O que costuma(va) fazer para se divertir? O que faz para ganhar dinheiro?

Se necessário, perguntar sobre a presença de autoria de ato infracional, sobre a participação em programas de exploração sexual, as mudanças que este episódio e seus desdobramentos têm para a história do jovem e para a história familiar.

Parte 5- Ficha técnica do entrevistado

Nome completo / Data e local de nascimento / Profissão / Estado civil / Endereço / Telefone / E-mail

Questionário

Famílias atendidas pelo Programa Pró-Menino – Fundação Telefônica

Objetivo: Ampliar o acesso dos pesquisadores a informações comparativas, junto a uma amostra das famílias das crianças/adolescentes atendidas pelo programa Pró-Menino: Combate ao Trabalho Infantil.

Este instrumento, denominado Questionário das Famílias, tem caráter complementar aos outros métodos empregados na pesquisa (questionário inicial junto a todas as crianças e adolescentes atendidos pelo programa, e entrevistas semi-estruturadas, acompanhadas de observação direta e coleta de documentos qualitativos junto às famílias). Os tópicos abordados por este questionário são: **Trabalho e Renda, Moradia, Dinâmica familiar e comunitária e Tempo livre.**

Ano: _____
 Município: _____
 Pesquisador responsável: _____
 Nome do entrevistado: _____
 Grau de parentesco em relação à criança/adolescente: _____

1 - Composição Familiar (uma família é o conjunto de pessoas que habita a mesma casa). Por favor inclua o entrevistado.

NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DE NASCIMENTO	IDADE	NATURALIDADE (Cidade e Estado)	ESTADO CIVIL	GRAU DE INSTRUÇÃO	*OCUPAÇÃO Tabela 1	SALÁRIO/RENDA Tabela 2	SITUAÇÃO DE TRABALHO (Informal e Registrado)	QUANTAS HORAS DE TRABALHO POR DIA Tabela 3	QUANTOS DIAS POR SEMANA Tabela 4

Tabela 1	Tabela 2	Tabela 3	Tabela 4
1 - Empregado	1 - menos de 1SM	1 - 1 à 2 horas/dia	1 - 1 à 3 dias
2 - Desempregado	2 - de 1 à 2SM	2 - 3 à 4 horas/dia	2 - 4 à 5 dias
3 - Aposentado	3 - de 2 à 5 SM	3 - 5 à 8 horas/dia	3 - 6 dias
4 - Aposentado por invalidez	4 - de 5 à 7 SM	4 - 9 à 12 horas/dia	4 - 7 dias
	5 - de 7 à 10 SM	5 - 9 às 12 horas	
	6 - mais de 10 SM	6 - mais de 12 horas.	
		Quantas?	

2 - No Brasil, existem pessoas de diversas raças. Na sua opinião, qual a raça que você pertence?
 () branca () negra () mulata () amarela () outra. Qual? _____

3- Com que idade você começou a trabalhar? _____

4- Qual foi sua primeira atividade de trabalho? _____

5- Você concorda ou discorda das seguintes afirmações:
 Você acha que o trabalho infantil é...

Concordo Discordo

- Uma forma de ajudar as crianças e suas famílias a saírem da pobreza.
- Um mal necessário, já que é melhor trabalhar do que ficar ocioso.
- Um problema grave, pois compromete o desenvolvimento das crianças.
- Aceitável, desde que não exponha as crianças a situações perigosas ou desumanas.
- Aceitável, desde que não prejudique a criança nem atrapalhe os seus estudos.

6- Razões para as crianças trabalharem (marque as três principais):

- () Para ter seu próprio dinheiro
- () Para pagar os estudos
- () Para ajudar os pais nos gastos da casa
- () Para ocupar seu tempo livre
- () Porque gostam de trabalho
- () Porque os amigos também trabalham
- () Para se afastar da marginalidade
- () Para ter experiência de trabalho
- () Para aprender uma profissão
- () As crianças não devem trabalhar
- () Não existem razões para as crianças trabalharem

7 - Como suas crianças/adolescentes conseguem trabalho? (marque mais de uma resposta, se necessário)

- Os pais procuram. Os colegas indicam. A escola indica.
 A igreja consegue. A criança procura. Um parente indica.

8 - Quais são as principais atividades econômicas em que as crianças/adolescentes na sua casa trabalham? (marque todas as que forem verdadeiras):

- agropecuária indústria serviço de rua
 agricultura de subsistência comércio e serviços serviços domésticos
 coleta material reciclável mineração construção civil
 outras

9 - Você conhece o Programa de Erradicação do trabalho Infantil (PETI) do Governo Federal?

- Sim Não

10 - Se sim, quanto você conhece do Programa?

- Muito Pouco Já ouvi falar

11 - Existe alguma criança na sua casa que recebe a bolsa do PETI?

- Sim Não

12 - Algum adulto da casa frequenta alguma atividade de escolarização oferecido pelo PETI?

- Sim Não

13 - Algum adulto da casa frequenta alguma atividade de capacitação oferecida pelo PETI?

- Sim Não

14 - Você participa atualmente de algum Programa do Governo? (respostas múltiplas)

- PETI baixa renda (energia elétrica) Bolsa Escola Bolsa Família
 uniforme e material escolar leite/pão Sentinela outros. Qual?
 Não participa.

15 - Você conhece algum programa de incentivo a trabalho e renda em sua comunidade?

- Sim Não

16 - Caso a resposta tenha sido positiva, você está inscrito nesse programa?

Qual é o nome do programa? _____

Moradia/dinâmica familiar e comunitária

17 - Local de moradia:

- área livre/irregular/favela pensão casa
 cortiço apartamento outros. Qual? _____

18 - Qual o tipo de construção:

- madeira adobe (tijolo de argila) material aproveitado
 tijolo/alvenaria taipa revestida outros. Quais?
 plástico taipa não revestida

19 - Situação

- próprio invasão alugado cedido
 arrendado outra. Qual?

20 - Tipo de iluminação

- relógio próprio não elétrica relógio comunitário outro. Qual?
 sem relógio

21 - Tipo de abastecimento de água

- rede pública carro-pipa poço/nascente outro. Qual?

22 - Tratamento de água

- filtração cloração fervura sem tratamento

23 - Escoamento sanitário

- rede pública céu aberto fossa séptica outro. Qual?
 fossa rudimentar

24 - Destino do lixo no domicílio

- coletado enterrado queimado céu aberto outro. Qual?

Educação

25 - Você sabe ler?
 Sim Não Um pouco Não respondeu.

26 - Sabe escrever?
 Sim Não Um pouco Só escrevo o nome.

27 - Há alguém na casa que não saiba ler e escrever?
 Sim. Quem? Não

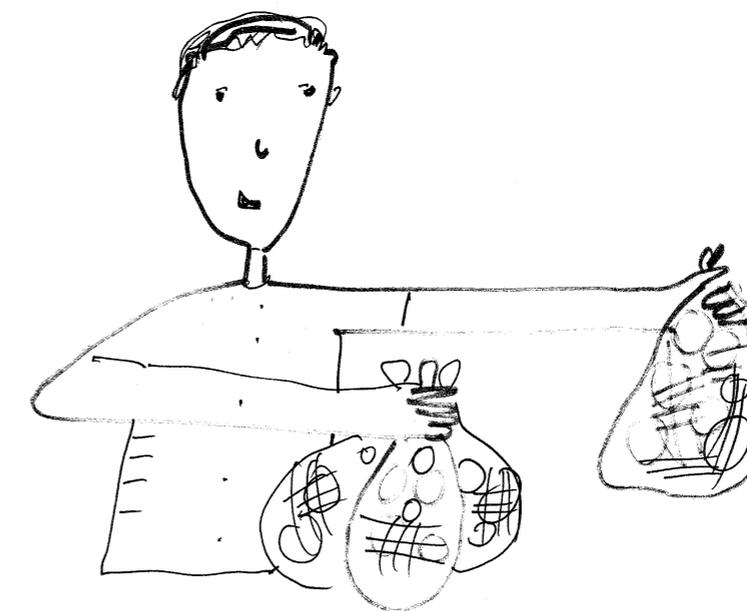
Cultura e lazer

28 - Participa de alguma atividade cultural?
 Sim. Qual? Não

29 - Existem espaços de lazer (campos, quadras, praças, CDM (Clube Desportivo Municipal) e outros em sua comunidade?
 Sim. Qual? Não

30- As crianças/adolescentes participam de alguma atividade cultural (dança, artes, teatro e outros)?
 Sim. Qual? Não

31 - Você acha importante a participação das crianças/adolescentes neste tipo de atividade?
 Sim Não



Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. *La lecture: une pratique culturelle*. Débat entre Pierre Bourdieu et Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). *Pratiques de la lecture*. Paris Payot et Rivage, 1993, p. 267-294.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.
- DOWDNEY, Luke. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004.
- FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese de doutorado. Unicamp, 2008.
- FERREIRA, Eleonor Stange. *O Trabalho Infantil: história e situação atual*. Editora da ULBRA. 2001.
- FREITAS, Rosângela F. de. *O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica*. São Paulo, 2004. Tese de doutorado em Psicologia Social, PUC-SP.
- LAHIRE, Bernard. *O homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. Convenções 138 e 182.
_____. *Manual sobre Metodologia em Diagnóstico Rápido*.
_____. *Trabalho Doméstico e Igualdade de Gênero e Raça: desafios para promover o Trabalho Decente no Brasil*, 2005.
- PRADO, Renata Lopes Costa. *O “Trabalho Infanto-Juvenil” no Discurso Acadêmico: uma interpretação ideológica*. Dissertação de mestrado sob a orientação da Dr^a. Fúlvia Rosemberg. PUC-SP, 2008.
- ROSEMBERG, Fúlvia. *Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a Constituição de 1988*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Ciências Sociais (ANPOCS), 2008.
- VENCENDO MOINHOS DE VENTO: a experiência do Projeto Cata-vento de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Relatório de Sistematização da Experiência. Fundação Orsa, Organização Internacional do Trabalho e Fórum Paulista Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2007.
- ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

Entrevistas

CORTELLA, Mário Sérgio. Meninos e meninas nas ruas do Estado mais rico do país. Entrevista concedida à Ação Educativa, São Paulo, 02/02/2009, com exclusividade para esta publicação.

GONÇALVES, Itamar. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Entrevista concedida à Ação Educativa, São Paulo, 30/03/2009, com exclusividade para esta publicação.

MENDES, Renato. O trabalho infantil na sociedade contemporânea. Entrevista concedida à Ação Educativa, São Paulo, 26/03/2009, com exclusividade para esta publicação.

OLIVEIRA, Isa. A importância dos programas sociais na prevenção do trabalho precoce. Entrevista concedida à Ação Educativa, São Paulo, 31/03/2009, com exclusividade para esta publicação.

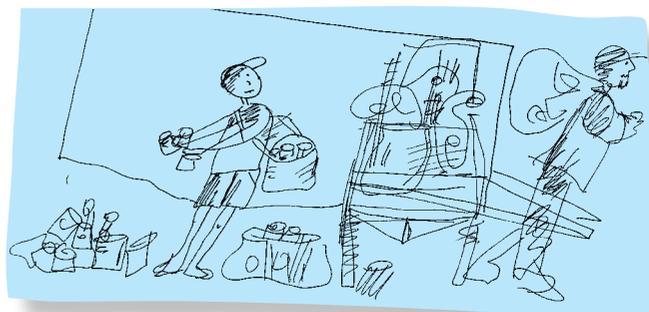
Sites

CRIANÇAS Trabalhando no Tráfico de Drogas. Disponível em: <http://www.fnpeti.org.br/images/stories/Boas%20Praticas/trafico.pdf,s/d,s/e>

FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Análise dos Dados sobre Trabalho Infantil na PNAD 2005. Brasília: FNPETI, 2007. Disponível em: <http://www.fnpeti.org.br>

FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. O Quadro do Trabalho Infantil no Brasil em 2006: uma análise a partir dos dados da PNAD. Brasília: FNPETI, 2007. Disponível em: <http://www.fnpeti.org.br>





Esta publicação apresenta os resultados de uma pesquisa realizada pela Ação Educativa, por solicitação da Fundação Telefônica. Seu principal objetivo é diagnosticar as formas de inserção e vulnerabilidade ao trabalho infantil do público atendido no Programa Pró-Menino – Combate ao Trabalho Infantil, mantido pela Fundação.

Além de quantificar aquelas crianças e adolescentes, participantes do programa, que se apresentam vulneráveis ou se encontram efetivamente em situação de trabalho, a pesquisa buscou caracterizar as formas e condições em que a ocupação de crianças e adolescentes ocorre, bem como o contexto familiar, escolar e de outras instituições, que devem atuar na proteção e garantia de seus direitos.

As complicações conceituais que envolvem a questão do trabalho infantil, em torno da qual circulam tantas interpretações e valores – muitas vezes antagônicos –, colocam desafios metodológicos para a pesquisa e o monitoramento de políticas de combate e prevenção ao trabalho infantil. Ainda assim, o esforço para superar tais desafios torna-se imprescindível, quando o que se busca, afinal, é melhor entender o trabalho infantil para poder combatê-lo.

Neste sentido, os dados sistematizados neste livro representam um subsídio valioso para qualificar a reflexão e a ação de educadores. Além disso, diante da extensão, ineditismo e relevância das informações aqui reunidas, esta publicação pode também servir para alimentar o necessário debate público sobre o tema.

Iniciativa



prómenino
Um programa da Fundação Telefônica

Parceria

